



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO - MESTRADO EM  
EDUCAÇÃO**

---

**PAULA NUDIMILA DE OLIVEIRA SILVA**

**OS IMPRESSOS PROTESTANTES COMO FONTE PARA A HISTÓRIA  
DA EDUCAÇÃO: INFERÊNCIAS EDUCATIVAS NO SUL DE MATO  
GROSSO. (FINAL DO SÉCULO XIX; INÍCIO DO SÉCULO XX).**

**DOURADOS - MS  
2011**

**PAULA NUDIMILA DE OLIVEIRA SILVA**

**OS IMPRESSOS PROTESTANTES COMO FONTE PARA A HISTÓRIA  
DA EDUCAÇÃO: INFERÊNCIAS EDUCATIVAS NO SUL DE MATO  
GROSSO. (FINAL DO SÉCULO XIX; INÍCIO DO SÉCULO XX).**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do Grau de Mestre em Educação, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação/Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Gomes Mancini.

**DOURADOS - MS  
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD**

377.10981 Silva, Paula Nudimila de Oliveira.  
S586i Os impressos protestantes como fonte para a História da Educação: Inferencias educativas no Sul de Mato Grosso. (final do século XIX; início do século XX) / Paula Nudimila de Oliveira Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2011.  
107 f. il.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Gomes Mancini.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Educação – Brasil. 2. Protestantismo – História. 3. Educação cristã protestante. I. Título.

**PAULA NUDIMILA DE OLIVEIRA SILVA**

**OS IMPRESSOS PROTESTANTES COMO FONTE PARA A HISTÓRIA  
DA EDUCAÇÃO: INFERÊNCIAS EDUCATIVAS NO SUL DE MATO  
GROSSO. (FINAL DO SÉCULO XIX; INÍCIO DO SÉCULO XX).**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Gomes Mancini  
Presidente da comissão e orientadora

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto  
Titular da Banca

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Carmo Brazil  
Titular da Banca

**DOURADOS - MS  
2011**

A minha amada mãe, Núbea Maria de Oliveira Silva, e, as Professoras Doutora Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto, e Doutora Ana Paula Gomes Mancini por suas trajetórias como educadora e pelo exemplo de mulheres intelectuais que são.

“As coisas mais interessantes e valiosas a respeito de um homem são seus ideais e suas crenças”.  
(WILLIAM JAMES, 1896).

## AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer a importância de alguém ou de algo por um determinado motivo, nesse momento gratidão é sinônimo de companheirismo, de felicidades, tristezas, de angústias, de anseios, de uma fase que chega ao fim.

Para tanto gostaria primeiramente de agradecer a minha mãe, pelo apoio, pelo amor e pela confiança de me deixar vir de tão longe trilhar o meu próprio caminho, pelas palavras de conforto que me acalmaram nos momentos de angústias, pelo auxílio financeiro e por tudo.

A minha a professora Dra. Nilce A. da S. F. Fedatto, que mesmo de longe me conduziu e me orientou, pelas leituras e pelo conhecimento ínfimo.

A minha Orientadora, a professora Dra. Ana Paula Gomes Mancini, que muito mais que orientadora, foi minha “mãe”, minha amiga, compartilhou sonhos, desafios, pesadelos, risos, acertos e desacertos.

A professora Dra. Maria do Carmo Brasil, pelos conselhos, pela sua amizade, pelas palavras de conforto, e pela grande contribuição como pesquisadora e como amiga.

A minha amiga Thalise, por seus conselhos e pela força nos dias felizes e tristes. Ao senhor Pedro pelos diálogos que me conduziram a lugares inusitados.

A William, “um anjo sem asas” que facilitou minha vida e que me acompanhou durante toda essa jornada, com carinho e atenção.

A Adriane, Pe. Marcio, Lincon, Nubea e Juliana, por dividir suas experiências, conhecimentos e seus risos, e tornar essa caminhada menos árdua e mais interessante. Ao amigo Marcelo, por acreditar em mim, quando eu mesma não acreditava. Ao amigo Carlos por compartilhar seus documentos, seus conhecimentos, suas experiências.

A professora Dra. Ester Fraga Vilas - Bôas Carvalho Nascimento, pelas contribuições durante a qualificação.

A CAPES pelo incentivo financeiro, sem o qual, essa jornada teria se tornado mais difícil.

A todos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho, os meus eternos agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho trata dos impressos protestantes como fonte de estudo para a História da Educação, no período correspondente entre final do século XIX e início do século XX. Tem por objetivo compreender a relevância de alguns impressos protestantes no processo educacional na região sul de Mato Grosso. Para tanto, analisamos como os diferentes jornais serviram para inserção, fixação e ampliação das instituições protestantes, buscando entender a função, destes nas ações educativas dos grupos protestantes. Nesse sentido buscamos compreender as estratégias de aproximação e intervenção que os grupos religiosos se utilizam para atrair as populações derivadas de outras religiões. Assim sendo foi primordial analisar a forma como os protestantes representavam a si e aos outros, levando sempre em conta os interesses das igrejas envolvidas e suas relações com a sociedade. Para o realização do dado trabalho utilizamos como fonte os jornais: O Expositor Christão, O Puritano, O Estandarte; O Brasil Presbiteriano.

**Palavras-chave:** Educação protestante, impressos, evangelização



## ABSTRACT

This paper presents Protestants journals as a source of research about education history between in the corresponding period of the late XIX and early XX century. The aim is to understand the importance of these printed in the educational process at the south of ancient Mato Grosso state. On this way, different newspapers were analyzed as a method used to insert, to determine and to improve the protestant institutions, trying to understand their functions on the educational process. So we have looked for known how they work to attract people from other religions. On this way, it was prime analyze how the protestants used to represent themselves and the others, taking always into account the church objectives and its relationship with the society. As a source to this research we have used the following newspapers: O Expositor Christão, O Puritano, O Estandarte; O Brasil Presbiteriano.

**Keywords:** Protestant education; journals; evangelization.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Prédio da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, funcionando anexo a igreja.....	01
<b>Figura 2</b> - Prédio Moderno da Escola Presbiteriana Erasmo Braga.....	88

## LISTA DE ABREVIATURAS

EBD	Escola Bíblica Dominical
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NHC	Nova História Cultural
PPG/Edu	Programa de Pós graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RBHE	Revista Brasileira da História da Educação
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção ao índio
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Jornal O Estandarte de 27 de setembro de 1928.....	109
ANEXO B - Jornal O Estandarte de 15 a 31 de dezembro de 1977.....	124
ANEXO C - Fragmentos do Jornal O Brasil Presbiteriano de 1 a 15 de novembro de 1966.	142
ANEXO D - Fragmentos do Jornal O Brasil Presbiteriano de 15 de maio de 1967.....	144
ANEXO E - Fragmentos do Jornal O Puritano de 10 de abril de 1953.....	146
ANEXO F - Fragmentos do Jornal O Expositor Christão de 05 de abril de 1933.....	148
ANEXO G - Fragmentos do Jornal O Expositor Christão de 19 de abril de 1933.....	149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
01 O objeto de Estudo e o Recorte Cronológico.....	05
02 Objetivos do Trabalho e Metodologia da Pesquisa.....	07
03 As Fontes.....	08
04 Organização do Trabalho.....	16
<b>CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEORICOS. O DIALÓGO NECESSÁRIO COM OS REFERENCIAIS .....</b>	<b>18</b>
1.1 A pesquisa em História Cultural.....	18
1.2 A Nova História Cultural: aproximações e distanciamentos.....	25
1.3 Nova História Cultural, possibilidades de diálogos com a História da Educação.....	27
1.4 Entre Práticas e Representações: possibilidades.....	30
<b>CAPÍTULO II – O PROTESTANTISMO NO BRASIL: O IMPRESSO COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DA FÉ E DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
2.1 O protestantismo Missionário no Brasil.....	38
2.1.1. Os Anglicanos.....	42
2.1.2 Os Luteranos.....	43
2.1.3 Os Metodistas.....	44
2.1.4 Os Congregacionais.....	46
2.1.5 Os Presbiterianos.....	47
2.1.6 Os Batistas.....	48
2.1.7. Os Episcopais.....	49
2.2 O protestantismo missionário no Sul de Mato Grosso.....	50
2.3 A palavra impressa e a propagação da fé.....	53
2.4 Os jornais protestantes no Brasil.....	57
2.5 O jornal O Estandarte: características materiais e conteúdo.....	58
2.6 Matérias do jornal O Estandarte: religiosas e educativas.....	63
<b>CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO COMO PROPAGADORA DA FÉ PROTESTANTE: INSTRUIR, CIVILIZAR E MORALIZAR.....</b>	<b>71</b>
3.1 Dourados: O exemplo analisado da ação protestante em MS.....	71
3.2 A participação da Igreja Presbiteriana na escolarização da população de Dourados.....	79
3.3 Os impressos e suas representações.....	91
3.4 A apropriação e a representação do discurso educacional veiculado nos impressos protestantes.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

A historiografia, ao referir-se à influência religiosa na educação brasileira, quase sempre, tem privilegiado como tema preferencial de pesquisas a influência católica. Mesmo autores como Fernando de Azevedo (1958), Jorge Nagle (1976), Otaiza Romanelli (1987), Dermeval Saviani (2007), que realizaram estudos bem completos da História da Educação brasileira, fizeram apenas rápidas referências à educação protestante. Parece que apenas em obras mais específicas, como nos trabalhos realizados por Weber (1920), Vieira (1929), Hack (1985), Ribeiro (1991), Reily (1993), Mendonça; Filho (2002), dentre outros, encontramos reflexões mais aprofundadas sobre o tema.

Nessa direção observamos que a partir da década de 1990 houve uma intensificação do interesse de pesquisas voltadas para a temática protestante, porém elas são mínimas se comparadas aos estudos referentes às instituições católicas. O que observamos também é que grande parte desses trabalhos detiveram-se em estudar as práticas religiosas e educacionais protestantes e sua influência na formação da sociedade brasileira, entretanto não se debruçam sobre a estratégia de aproximação e intervenção que os grupos religiosos se utilizam para promover sua definitiva inserção no país. Com esse foco, conhecemos apenas um trabalho que tem sido o pioneiro nessa abordagem: o da professora Ester Nascimento, *A palavra impressa entendida como estratégia de difusão do protestantismo no Brasil* (2002), portanto, seguindo esse caminho é que pensamos utilizar os impressos para analisarmos como eles serviram para inserção, ampliação e fixação dos protestantes no Sul de Mato Grosso, e também, para entender o papel dos impressos nas ações educativas dos grupos protestantes.

Nessa direção, estudar os impressos protestantes como fonte de estudo para a história da educação, enfocando o potencial destes para a expansão da educação protestante é importante para entendermos as estratégias do processo de fixação desses grupos no

país e identificar a função educacional que os impressos tiveram, não só no Sul de Mato Grosso, nosso lócus de pesquisa, mas no Brasil de modo geral, uma vez que o período e a região estudada pode ser entendida como uma amostra do que vivia o país no âmbito educacional.

Nesse sentido, este trabalho não é apenas mais uma contribuição para o tema, mas trata-se de um aspecto inovador na temática da educação protestante no Sul de Mato Grosso, abrindo um leque de possibilidades de pesquisas com os jornais protestantes, mapeando material e instituições a serem estudadas posteriormente, contribuindo para encontrarmos algumas respostas, nas lacunas abertas da História da Educação brasileira.

Outro aspecto a ser destacado na importância deste trabalho é que grande parte das publicações que envolvem temas de origem religiosa, principalmente protestante, são efetivados pelas próprias denominações, são publicações de cunho apologético, saudosista ou descritiva. Nesse sentido é que nosso trabalho é relevante, pois toma o protestantismo como objeto de análise acadêmica e não restrita às instituições religiosas.

Acreditamos que nosso recorte temporal, delimitado entre final do século XIX e início do século XX, tem relevância, por ser o final do século XIX o período em que os primeiros missionários protestantes chegam ao Sul do Antigo Mato Grosso, mais precisamente à região que atualmente compreende a Grande Dourados, através de viagens exploratórias para verificar qual o melhor lugar para estabelecimento da Missão de Catequese aos Índios Caiuá. Por outro lado, trata-se do período que marca a divisão oficial do Estado de Mato Grosso<sup>1</sup>, e, com a divisão, a parte que compreendia a região Sul recebeu o nome de Mato Grosso do Sul, com a capital Campo Grande, e a região norte permaneceu com o mesmo nome, sendo sua capital Cuiabá.

O interesse pelo tema enfocando a educação protestante surgiu da experiência como professora da escola Presbiteriana Erasmo Braga, em razão de nosso total desconhecimento dos grupos protestantes e pela tentativa de entender a doutrina destes grupos e sua inserção na educação. Levando em consideração que todas as pesquisas realizadas anteriormente se voltavam para escolas confessionais católicas, este trabalho pretende ampliar o entendimento do contexto social e educacional em Mato Grosso do Sul.

O primeiro contato com a pesquisa voltada para a questão religiosa se deu por meio da Iniciação Científica como acadêmica do curso de Pedagogia da UFGD, O ingresso no curso se

---

<sup>1</sup> Lei complementar N° 31 de 11 de dezembro de 1977.

deu em 2005 e logo no ano seguinte entramos em contato com a pesquisa, sob a orientação da professora Dra. Ana Paula Gomes Mancini. O primeiro projeto era muito básico e incipiente, foram os primeiros passos rumo à pesquisa e intitulava-se: *A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no município de Dourados-MS*. Tratava-se de uma reconstrução historiográfica da trajetória histórica da Atual escola Imaculada Conceição, instituição cristã de denominação católica. O projeto estava vinculado a um projeto maior dirigido pela professora Dra. Ana Paula Gomes Mancini e pela professora Dra. Magda Sarat. O projeto maior intitulava-se *História e Memória da educação no município de Dourados e região de 1940-1990*. No dado projeto trabalhamos com fontes documentais. A partir dessa primeira pesquisa, publicamos trabalhos na VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo Grande e no II Congresso de Iniciação Científica da FAI, 2009, Adamantina - SP. Revista Omnia.

No ano de 2007 demos continuidade à pesquisa tendo ainda como objeto a Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, enfocando, dessa vez, a questão da memória. O projeto intitulava-se: *A memória das normalistas do Instituto Educacional Dourados: de 1959- 1969*. É importante destacar que, ao trabalhar com memória, nossas fontes foram orais, e nossa metodologia de pesquisa ganhou um novo olhar, trabalhamos paralelamente com fontes orais e escritas. Tal trabalho rendeu dois artigos: um que se intitulou *Memória de Normalistas: a formação de professores na escola normal de Dourados- MS (1958-1970)*, publicado no 9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro Oeste, no ano 2008; outro que se denominou *Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no município de Dourados-MS de 1940-1970: Saberes escolarizados na formação de professores*, apresentado e publicado no V Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2008, Aracaju.

Assim, trabalhando sempre com saberes institucionalizados. Com a cultura escolar é que veio a ideia de conhecer outros grupos cristãos e seu processo educativo. Nesse sentido, pensamos em trabalhar com a escola Erasmo Braga, a pioneira na educação protestante do município de Dourados. Nossa intenção era não só conhecer, mas analisar em que pontos a educação confessional católica divergia da protestante e, nessa direção, apontar em que pontos elas se cruzavam e até mesmo concordavam.

A partir desse pensamento é que apresentamos, para efeitos de seleção no Curso de Mestrado em Educação/FAED/UFGD, uma proposta com vistas a estudar *O ideal missionário nos primórdios da educação no Sul de Mato Grosso: A escola Presbiteriana Erasmo Braga*. No entanto, ao iniciar as primeiras buscas por documentos que dessem conta de tal objeto e



com a ida a nosso lócus de pesquisa, nos deparamos com uma ausência quase absoluta de documentos. Tudo que encontramos foram documentos de cunho administrativo de um período muito atual que não abarcaria nosso recorte temporal período estudado e muito menos o objeto de pesquisa.

No entanto não desistimos: em visita à Escola Erasmo Braga, e em entrevista com a atual diretora, com vistas a buscarmos pistas de onde poderíamos encontrar algum documento antigo, ela nos indicou algumas pessoas ligadas à igreja que poderiam ter fotos, notícias, ou mesmo narrativas orais da edificação da escola, e do projeto protestante para Dourados. Localizamos cada uma das pessoas indicadas, mas tudo que encontrávamos eram fotos que não tinham identificações específicas, com imagens ruins, e relatos orais sobre a época.

Logo após essas buscas, decidimos ir ao Centro de Documentação da UFGD em busca de alguma pista, “garimpando” qualquer indício do “ouro” se fazia para nós um documento sobre a instituição sobre a qual pretendíamos estudar. Por “acaso”, o administrador do Centro de Documentação estudava a escola instalada na Missão Caiuá, e nos cedeu alguns materiais seus para nosso estudo. Dentre os materiais havia cartas, relatórios, revistas protestantes, fotos e muitos jornais de várias denominações protestantes.

Ao xerocopiar o material cedido pelo administrador do Centro de Documentação, marcamos uma reunião para orientação com a professora Dra. Nilce Fedatto. Com suas dicas e orientações, optamos por mudar o projeto, que ficou com o seguinte título: *Os Primórdios da Educação Protestante no Sul de Mato Grosso: um estudo no Município de Dourados/MS (1930 a 1980)*.

No entanto, após o exame de qualificação, observamos que quase todos os documentos que tínhamos eram jornais protestantes, e os mesmos não nos dariam os subsídios necessários para analisamos e mapearmos a educação protestante no município de Dourados-MS, como havíamos proposto. Nesse sentido e por sugestão da banca examinadora, no exame de qualificação, decidimos usar os jornais como fonte de pesquisa, o que resultou neste trabalho.

Desse modo é que pensamos analisar os impressos protestante como estratégia de expansão do protestantismo no Sul de Mato Grosso. Nosso interesse era perceber o processo de expansão e sua inserção educacional e quais fatores e vozes permearam tal projeto, uma vez que eles chegam com ações missionárias educacionais destinadas aos indígenas e se modificam, de certa forma, atendendo à elite de Dourados.

Portanto, nosso objetivo geral é analisar os impressos protestantes, buscando

reconstituir, um pouco, a obra evangelizadora e educativa da Igreja Protestante no Sul de Mato Grosso.

Especificamente, buscamos apontar como os jornais contribuíram para disseminar as ideias desse projeto e das ações educativas de modo geral na região Sul de Mato Grosso.

## **01 O Objeto de Estudo e o Recorte Cronológico**

Nosso objeto de estudo são os impressos protestantes, mais especificamente os jornais *O Estandarte*, *Expositor Christão*, *O Puritano* e *Brasil Presbiteriano*, produzidos entre os anos de 1928 a 1977, que se constituíram como nossas fontes de estudo para a História da Educação.

Nossa pretensão é entender as ações educativas que se manifestam através dos jornais das denominações protestantes, na tentativa de abstrair a ideologia, os comportamentos e a educação não escolar e escolar desses impressos. Do mesmo modo, compreendemos esses impressos como uma forma de representação das ideologias de um determinado grupo.

Nesse sentido, esta pesquisa acredita ser possível entender como os impressos protestantes chegaram ao Sul de Mato Grosso, e desse modo desvelar se essa cultura material é de alguma forma utilizada nas instituições educativas, e na igreja, seja como meio de evangelização seja como material pedagógico nas escolas dominicais.

Nosso recorte temporal compreende o período correspondente entre 1928 a 1977. A primeira data refere-se à primeira viagem exploratória do reverendo Alberto Sydnei Maxwell, membro da East Brazil Mission (Missão Leste do Brasil), para reconhecimento da região Sul do Estado de Mato Grosso, região esta, que hoje compreende o município da Grande Dourados, onde foi edificada a missão de catequese aos índios. Quanto ao ano final do nosso recorte temporal, refere-se à divisão do Estado de Mato Grosso.

No que tange à primeira referência encontrada sobre a criação de uma missão protestante no Sul de Mato Grosso, temos um artigo publicado no jornal presbiteriano, *O Puritano* (13/8/1927, p. 2), que vai relatar o idealizador projeto de catequese aos índios. Tal projeto buscava reunir várias instituições que tivessem interesse em missões indígenas.

Quem vem acompanhando com interesse a obra evangelica, no Brasil, nestes últimos dez anos, sente-se confortado quando verifica a consolidação de varias instituições que durante muito tempo não passaram de projectos mais ou menos vivos no pensamento da Igreja. Esta observação se estende a todos os ramos evangelicos, os quaes se vão impondo ao respeito do povo, não só pelo augmento do numero de seus adeptos, como pela participação efficiente na vida nacional em varias esferas de actividade, taes como, o campo educativo, a obra beneficente [...] Agora vae-se effectivar a Missão entre os Indigenas. Não é de hoje que se vae impondo á consciencia da Igreja o dever e a necessidade de irmos ao encontro dos nossos infelizes irmãos das selvas, afim de melhorarmos as suas condições materiaes e espirituas mediante o grande remedio que é o Evangelho do Senhor Jesus [...] Esperamos confiantes a manifestação da Igreja Presbyteriana .

Dentre as denominações protestantes que colaboraram para o estabelecimento da Missão de catequese indígena estavam a Igreja Presbiteriana do Brasil, Metodista e Presbiteriana Independente, além da Missão Brasil Leste, da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos.

É importante destacar que não adentraremos questões políticas e sociais que ocorreram no período de divisão do Estado. Apenas para conhecimento, destacaremos alguns pontos que consideramos relevantes para um panorama geral de como, e por que ocorreu a divisão do Estado.

O desmembramento do Estado de Mato Grosso ocorreu depois de sucessivas reivindicações políticas e econômicas, voltadas para a melhoria da região sul, uma vez que era gritante a diferença entre o sul e o norte do Estado. De um lado, a possibilidade de crescimento da região sul, de outro o atravancamento da região norte impossibilitava o crescimento do sul, visto que a última região possuía características pré-amazônicas.

Após sucessivas lutas, o governo federal, com base na lei complementar nº 20, estabeleceu, em 1974, a legislação básica do período da ditadura militar para a criação dos estados e territórios brasileiros, reascendendo, assim, a campanha pela autonomia do sul matogrossense.

No ano de 1977, mais precisamente em 11 de outubro, o presidente daquele período, o general Ernesto Beckmann Geisel, politico militar, assinou a Lei Complementar Nº. 31, que criou o Estado de de Mato Grosso do Sul, em área desmembrada do Estado de Mato Grosso.

A lei complementar de 11 de outubro de 1977, estabelecia que, a partir do dado momento, seria desmembrado o Estado de Mato Grosso, conforme se verifica nos trechos seguintes:

Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso [...].

Art. 3º - A Cidade de Campo Grande é a Capital do Estado.

A região estudada, hoje, está localizada na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul e antigo Estado de Mato Grosso, correspondente à área de localização que compreende a região de Dourados.

## 02 Objetivos do Trabalho e Metodologia da Pesquisa

Em termos gerais, buscamos analisar alguns dos impressos produzidos pelas denominações protestantes<sup>2</sup>, tentando compreender e explicar como os impressos protestantes contribuíram na difusão do protestantismo na região Sul de Mato Grosso e, do mesmo modo, entender como esses grupos se caracterizam com suas práticas e representações e de que modo isso influencia a educação enquanto prática não escolar.

Em termos específicos, tentamos compreender a construção social e cultural das denominações protestantes históricas. Ainda, tentamos entender como se deu a apropriação e representação do discurso educacional veiculado nos impressos protestantes e então buscamos explicar a representação que cada denominação faz de si mesma, como forma de representação social.

Assim, mais do que analisar os impressos protestante como estratégia de expansão do protestantismo no Brasil, nosso interesse é perceber como esses grupos se disseminaram no Brasil e logo na região Sul de Mato Grosso, identificando como se deu sua inserção educacional e quais fatores e vozes permearam tal projeto.

O estudo se apoiará nos aportes teóricos dos referenciais da Nova História Cultural. Para consolidação do trabalho, serão utilizados, dentre outros autores, Burke (2008), Vieira (1929), Rayle (2003), Filho (2002), Mendonça (1995), Frago (1995), Hack (1985), Ribeiro (1991), Falcon (2006), Fonseca (2003). Destacaremos primordialmente Chartier, que

---

<sup>2</sup> Jornais *O Estandarte*, *Expositor Cristão*, *O Puritano*, *Brasil Presbiteriano*.

apresenta “as representações do mundo social assim construídas embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p.17). Assim, trata-se da análise de alguns aspectos da representação dos grupos protestantes, a partir da simbologia transmitida por meio dos impressos. A cultura material, “entendida dessa forma, permite ressaltar não só aspectos relacionados aos conteúdos da educação, articulada a função de transmissão cultural da escola e também aos relacionados a sua existência material e simbólica” (FRAGO, 1994, p.5).

Na busca de um aporte teórico que possibilitasse o desenvolvimento da pesquisa, optamos pela Nova História Cultural, pois acreditamos que ela é que melhor responde aos nossos anseios enquanto conjunto de métodos e técnicas de pesquisa. Assim, segundo os postulados da Nova História Cultural, “[...] tudo tem uma história, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado [...]” (BURKE, 1992, p.11).

Para este trabalho, procuramos empreender uma atividade histórica na busca, seleção, classificação e análise de jornais produzidos até a década de 70 do século XX. Sabemos que os jornais serão de suma importância para a análise representativa da História da Educação protestante no Brasil, principalmente no Sul de Mato Grosso, uma vez que eles vêm ganhando espaço muito significativo no rol das novas fontes, pois nos permitem ir além do que está escrito, nos possibilita vislumbrar as funções sociais e ideológicas por trás de cada letra impressa, nos descortina os valores que estão imbuídos na cultura impressa. É preciso ler nas entrelinhas os comportamentos e atitudes a serem seguidos a partir da escrita.

Nesta pesquisa, serão utilizadas para análise, cartas e relatórios referentes à Missão Caiuá, porém estas serão tratadas de maneira secundária, uma vez que nosso objeto de pesquisa são os impressos, que se constituem como nossa fonte documental. As cartas e os relatórios, em virtude dos objetivos da pesquisa, terão o papel de reconstituição histórica.

Para isso, pretendemos desenvolver estudos que proporcionem debates mais aprofundados, que tragam ao cenário científico maiores esclarecimentos sobre a constituição, a estruturação, o papel institucional e social dos impressos, além das repercussões sociais que essas representações trazem, influenciando na prática social dos protestantes.

Como nos diz Chartier (1990, p.17), “uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro deles diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do

real”.

No sentido de seguir estas premissas, metodologicamente realizamos uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da análise histórico documental, tal como no estudo sobre representações baseado nas pesquisas de Roger Chartier.

Por método de pesquisa, compreendemos a “escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos” (RICHARDISON, 1999, p.70). Genericamente falando, há dois grandes métodos que são classificados em quantitativo e qualitativo. O primeiro corresponde à organização de dados de domínio quantificáveis, e o segundo a dados mais descritivo e qualificáveis, o que induziu nossa escolha pelo segundo método.

O método qualitativo, para Bogdan e Biklen (1994 *apud* LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.13), “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa vai permitir uma visão mais abrangente dos fatos estudados a partir dos documentos analisados, pois o pesquisador se preocupa com o todo, com as representações, com o contexto, a palavra escrita vai assumir um lugar primordial tanto no registro dos dados como na disseminação dos resultados. A ênfase da abordagem qualitativa está no processo e não no resultado ou no produto.

A abordagem qualitativa “permite compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDISON, 1999, p.80) e ainda admite o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, o que vai ao encontro de nossa perspectiva de pesquisa, em estudar o comportamento dos grupos protestantes em suas particularidades.

A esse propósito, Psathas, afirma:

Os investigadores qualitativos em educação [que é nosso caso] estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objetivo de perceber ‘aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam e suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem’(1973 *apud* BOGDAN, S. & BIKLEN, R. 1994, p.51).

No que tange à pesquisa histórica, *ela* “se preocupa, particularmente, com o registro escrito dos acontecimentos”, e é a partir do registro que o homem pode avaliar e analisar os acontecimentos do passado, tendo em vista obter subsídios para melhorar o presente, assim muito mais do que contribuir para as soluções de problemas atuais, a função da história é

produzir um registro do passado. Desse modo, “os acontecimentos atuais só têm significado com relação ao contexto dos fatos passados dos quais surgiram” (RICHARDISON, 1999, p.245).

Sabemos que a pesquisa histórica ocupa-se do passado e, assim sendo, é o historiador quem vai dar vida aos documentos. Nesse sentido, a tarefa do historiador é “localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado” (BORG, 1974, p.81).

Portanto a pesquisa histórica é muito mais que a compilação de dados históricos, é uma forma de produzir novos conhecimentos, de criar novas formas, de compreender os fenômenos históricos e dar a conhecer a forma como estes se têm desenvolvido, além disso, é a forma de interpretação do historiador diante dos fatos, que vai determinar o percurso da historiografia e gerar tendências.

Mas definitivamente o que seria análise documental?

A análise documental, segundo Caulley (2004 *apud* Lüdke & André, 1986, p.38), “[...] busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”, determinadas pelos traços que foram deixados, dos vestígios não apagados que são representações de sociedades passadas ou não. Para Lüdke & André, (1986, p.39), “finalmente, como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta”.

A nosso ver, a análise documental é uma técnica de pesquisa que permite ao pesquisador inferir um juízo de valor ao documento de acordo com sua concepção de veracidade. Ela permite abstrair do documento os valores, os sentimentos, as intenções de quem o escreveu e a ideologia das fontes; são esses fatores que, para nós, justifica nossa opção pela pesquisa documental, pois, além dos dados já imersos no documentos, essa técnica nos permite ir além da escrita, nos permite ver as entrelinhas do documento.

Quanto aos limites dessa técnica de pesquisa, estes permeiam o caminho da subjetividade, e da veracidade. Portanto acreditamos que a objetividade estará no conhecimento do historiador na leitura das fontes, e no que tange à veracidade, sabemos que qualquer fonte sofre influência de algo ou de alguém, seja do grupo que a produziu, seja dos valores da época, seja da ideologia a ser inculcada.

Desse modo, temos consciência que na pesquisa documental, como em outros tipos de pesquisa, jamais alcançaremos resultados definitivos. “Os dados e as conclusões inferidos são provisórios e sujeitos a mudanças, dependendo de descobertas posteriores. Deve-se lembrar que são subjetivos e refletem o ponto de vista do autor” (RICHARDISON, 1999, p.245). Conduzida pela teoria que permeia os conceitos de práticas e representações é que realizamos esta pesquisa.

### **03 As Fontes**

As fontes são os objetos primordiais para o trabalho do historiador. Sem elas, esse trabalho seria inexistente, elas podem ser orais, documentais, monumentais, arqueológicas, audiovisuais, biográficas, impressas, enfim, existe uma infinidade de fontes.

Mas qual o conceito de fonte?

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. Além disso, a palavra fonte também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é constituído artificialmente. Como ponto de origem, fonte é sinônimo de nascente que corresponde também a manancial o qual, entretanto, no plural, já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a determinada necessidade (SAVIANI, 2006, p.29).

No caso da história, ou da História da Educação, não podemos falar em fontes naturais, uma vez que todas as fontes históricas são construídas, ou seja, são produções humanas. Nesse sentido a palavra fonte é utilizada de maneira analógica, as fontes na história são utilizadas como ponto de partida, como base para a realização do movimento historiográfico.

Para nós, fontes são quaisquer vestígios deixado pelo homem que possam ser analisados e tragam traços do passado, ou mesmo do presente, que tenham relação em um contexto e permitam a reconstrução de um fato histórico.

Qualquer tipo de material por si só não se constitui como fonte, pois os “objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de



pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas” (SAVIANI, 2006, p.30).

O uso das fontes está diretamente ligado com o contexto histórico cultural de cada época, e é imprescindível destacar que em um determinado período, uma ou mais fontes podem ter mais relevância que outras. Isso varia de acordo com o tempo e o espaço e tem relações diretas com os interesses vigentes.

No Brasil, em todo o século XIX e nos anos iniciais do século XX, o uso das fontes era diretamente ligado à tradição positivista, associado ao ideal de busca da verdade dos fatos. Nessa direção a verdade só seria atingida por meio dos documentos oficiais. “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade” (LUCA, 2010, p.112). Nesse contexto, os jornais ficariam marginalizados, pois seriam inadequados para a recuperação do passado. Para Luca,

os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2010, p.112).

Nos anos de 1930, com a *Escola dos Annales*, emergiu uma crítica a essa concepção, no entanto isso não implicou no reconhecimento direto dos jornais e revistas como fontes historiográficas, portanto com a renovação dos temas, das problemáticas e dos procedimentos metodológicos do fazer história, pouco a pouco a cultura impressa vai ganhando espaço.

É somente a partir dos anos de 1970, no Brasil, que se inicia uma produção de trabalhos usando o jornal como fonte, porém, ainda era um número muito pequeno, apesar de uma produção e circulação significativa desses impressos em vários pontos do território nacional, pois o primeiro jornal a circular no Brasil data de 1808, o conhecido *Correio Braziliense*. Passados 160 anos após a primeira publicação ainda relutava-se para reconhecer o jornal como fonte para a história. Dessa forma, “reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2010, p.111).

Neste trabalho nos propomos a desenvolver um trabalho por meio dos impressos protestantes, pois acreditamos que eles se constituem como uma fonte privilegiada, pois

trazem consigo uma vasta gama de acontecimento do período, permitindo diagnosticar os fatos ocorridos em uma época, extrair os valores, entender o contexto histórico, retirar o pensamento e os valores do grupo envolvido com a produção dos mesmos.

Os impressos são fontes interessantes, pois nos permitem ir além do impresso. Através da materialidade, conseguimos diagnosticar o tipo de material utilizado na impressão, o local em que foi produzido e, por meio das notícias, identificamos o contexto da época, e ainda, nas entrelinhas, identificamos por que algumas ideias tinham mais ênfases que outras, por que uma notícia e não outra. Tudo isso serve de parâmetro para identificar os valores primeiros do grupos que estavam a frente dos jornais. Os jornais e revistas, por reunirem um conjunto de indivíduos, agregam pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se difundem a partir de uma escrita.

Nossa escolha pelos jornais como fontes primárias não se deu de maneira neutra, uma vez que nossa proposta inicial era fazer um mapeamento da educação protestante no município de Dourados- MS. Ao iniciar a pesquisa, fomos buscar a documentação existente nas escolas do município que se enquadram na categoria confessional protestante. As escolas são as seguintes: Escola Presbiteriana Erasmo Braga, ligada à Igreja Presbiteriana, a escola Luterana Concórdia ligada à Igreja Luterana, a escola IEPID ligada à Igreja Presbiteriana Independente, a Escola Geração Renovada ligada à Igreja Metodista Renovada e ainda a Faculdade Teológica e o Seminário Batista Ana Wollerman. O que nos chamou a atenção foi o número significativo de escolas ligadas diretamente a alguma ramificação do protestantismo.

Devido ao nosso recorte temporal, decidimos trabalhar apenas com as escolas existentes no período estudado. Nossa pesquisa se voltaria a estudar a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, fundada em 1939, pioneira na transmissão do ensino confessional<sup>3</sup> protestante e a escola Luterana Concórdia, que neste momento encontra-se desativada. No entanto, devido aos limites documentais essa primeira tentativa ficou pelo caminho.

---

<sup>3</sup> Queremos somente apontar alguns esclarecimentos a cerca da designação escolas confessionais. Quando tratamos de escolas confessionais, a LDB nos apresenta uma designação específica para elas, as diferenciando de escolas particulares comuns e de escolas públicas de acordo com o grupo que a institui. O que de certo modo nos leva a compreender a ausência de documentos históricos e a conservação de documentos administrativos. Segundo a LDB<sup>3</sup> 9394/96 artigo 20º, respectivamente inciso I e III as escolas confessionais são:

**Art. 20º.** As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado [...];

III - Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior.

No que tange aos arquivos das escolas confessionais, estes não são considerados arquivos escolares, mas arquivos de instituições agregadas a uma fé. Seus documentos são direcionados às matrizes da instituição ou da congregação religiosa mantenedora, o que justifica a sua ausência na escola Presbiteriana Erasmo Braga.

A escola Presbiteriana Erasmo Braga não possui arquivos em sua unidade, e tudo que encontramos foram alguns registros de matrículas de anos muito recentes. A escola nos informou que todos os anos, a direção faz um recolhimento do material produzido e envia ao Makenzie College, na cidade de São Paulo.

Já os arquivos da Escola Concórdia (que se encontra desativada), toda a documentação foi tombada como patrimônio histórico, e seus documentos encontram-se sob posse da Secretaria de Educação do Estado. Em visita a essa instituição, falamos com a diretora das escolas recolhidas que nos ajudou a localizar toda a documentação que restou da escola. Dentre os documentos, estão a planta baixa e alta da escola, fotos, atas, ofícios, alguns registro de matrículas, PPP, convênios e notas de jornais da época recortados juntos com a documentação oficial. Essa documentação está acondicionada de maneira aleatória dentro de caixas específicas para arquivos, no entanto encontra-se em estado de deterioração, pois está armazenada em uma sala sem a climatização adequada para a preservação dos documentos.

Mesmo com a documentação, referente à parte administrativa, e à parte histórica da escola Luterana Concórdia, não seria possível fazer a construção histórica que almejávamos, pois nos faltavam os documentos da escola Presbiteriana Erasmo Braga. A partir desse momento, iniciamos um processo de garimpagem das fontes existentes que poderiam dar subsídios para nossa pesquisa.

Em contato com outros pesquisadores, fomos aos poucos juntando algumas peças de um grande quebra cabeça. Então entramos em contato com pessoas diretamente ligadas a essas instituições e localizamos um acervo particular de jornais de algumas denominações protestantes. Convém ressaltar que se trata de uma pessoa que está diretamente ligada com a pesquisa, e hoje todo esse acervo encontra-se no Centro de Documentação da UFGD, disponível a outros pesquisadores que tenham interesse de pesquisar na área.

Pesquisadores de áreas afins à da educação têm se interessado bastante pela construção dessa história, que une confessionais e não confessionais, e a doação de documentos ao Centro de Documentação da UFGD tem facilitado o trabalho de pesquisadores desta área e tem permitido a localização dos demais arquivos. Nesse caso específico, a cidade de

Sorocaba no interior paulista tem sido o berço dessas informações.

No tocante aos documentos oficiais, ressaltamos nossas angústias de não tê-los encontrado, assim levantamos algumas indagações para as quais não temos respostas, mas poderá nos ajudar e ajudar a outros pesquisadores que tenham interesse nesse objeto de pesquisa a refletir sobre o paradeiro desses documentos. Desse modo, qual o motivo de tanta dificuldade de se localizar o acervo dessas instituições? Trata-se realmente de inexistência? Dificuldades de localização por falta de informações mais específicas? Ou por tratarem de instituições particulares, há uma certa barreira a ser rompida, o que nos distancia dessas fontes, ou elas estão sendo ocultadas por algum motivo particular? Não temos resposta, mas pensamos ser necessário refletir e hipotetizar sobre os motivos de tantas dificuldades na localização dessas fontes.

Em virtude da falta de fonte que nos fornecesse elementos para a construção histórica para mapear a educação protestante no município de Dourados, utilizamos os impressos como fonte, no sentido de identificar as práticas e as representações sociais contidas nas entrelinhas de seus escritos.

Trilhando por esse caminho, não abandonamos nossa proposta inicial de estudar a educação protestante, porém a educação que nos propomos a estudar é uma educação instituída e não escolarizada, é a educação impressa por meio da representação dos grupos protestantes nos impressos de suas denominações, é a educação que ultrapassa os muros da escola e vai se estabelecer na sociedade, nos comportamentos moldados, nos pensamentos direcionados.

Nesse sentido, na perspectiva de inquirir os textos dos jornais como um documento historicizado, Antoine Prost (1998 *apud* LUCA, 2010, p.114) faz uma menção pontual, afirmando que “interessará menos pelo que dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” Seguindo o viés do historiador, acrescentamos que “poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem”.

Inquirimos o jornal como fonte documental sabendo de sua subjetividade, pois este é um atributo que todo vestígio do passado ostenta, no entanto procuramos analisar os mesmos de modo não instrumental, nem ingênuo. Nossa pretensão é ultrapassar as fronteiras no modo de olhar os periódicos, é observá-los não como meros receptáculos de informações a serem selecionadas extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador.

Os jornais nos permitem obter dados de natureza diversa, seja econômica (câmbio, produção e preços), seja demográfica para analisar diversos aspectos da vida social e política, gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer entre outros, enfim os jornais são um manancial de informações que nos permite vislumbrar além do escrito, obtendo resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade.

Pelos motivos acima citados, e por muitos outros motivos, é que compartilhamos da justificativa de Capelato; Prado (1974 *apud* LUCA, 2010, p.118):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negam-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Nosso interesse se reveste de importância por recuperar o processo inicial de propaganda religiosa implementado por várias denominações protestantes, que se constituíram como uma verdadeira rede de publicação, venda e distribuição em massa desses impressos que têm sido esquecidos pela historiografia brasileira.

## **04 Organização do Trabalho**

Na construção deste trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica, na busca de indícios e de dados que nos permitissem dialogar com o tema, buscamos estabelecer um diálogo com os quatro jornais protestantes que se constituíram como nossas fontes primárias de pesquisa e análise. Dessa forma, este trabalho está assim organizado:

A **introdução** faz uma síntese esclarecendo a escolha do tema, a trajetória da pesquisa e o modo organizacional do trabalho.

O **primeiro capítulo** trata de alguns esclarecimentos, enfocando o referencial teórico metodológico da Nova História Cultural, que se constituiu como nossa opção de trabalho. Para tanto, primeiramente, fizemos alguns esclarecimentos sobre o que é a História Cultural,

posteriormente distinguimos esta da Nova História Cultural, apontamos as possibilidades de diálogos desta com a História da Educação, para então focarmos diretamente nosso objeto de pesquisa, destacando as fontes e o conceito de representação elaborado por Rogier Chartier.

O **segundo capítulo** apresenta uma caracterização e descrição, respectivamente, dos seguintes grupos de protestantes: os anglicanos, os luteranos, os metodistas, os congregacionais, os presbiterianos, os batistas e os episcopais, apontando as raízes históricas de cada um destes, sua doutrina e o momento de inserção de cada um deles no Brasil. Com essa breve caracterização, pretende-se, tão somente, oferecer ao leitor informações que distinguem cada denominação e o momento de sua chegada ao Brasil na tentativa de compreender as condições sócio-culturais em que esses grupos conseguem se fixar e se expandir por todo o Brasil.

O **segundo capítulo** trata, ainda, da chegada dos primeiros protestantes no Sul de Mato Grosso, destacando o primeiro município em que eles se estabelecem, para posteriormente focar o estudo em nosso lócus de pesquisa, que nesse primeiro momento estará centrado no projeto de catequese indígena, através das ações missionárias, porque apesar de ser de um projeto de evangelização dos indígenas tratava-se efetivamente de uma ação educativa protestante.

O **terceiro capítulo** aborda os tipos de impressos protestantes disseminados no Brasil a partir do século XIX, para, em um segundo momento, apontar a inserção destes no Sul de Mato Grosso, analisando como esses impressos serviram para divulgação das ideologias protestantes e para a propagação da fé, destacando a região que hoje compreende o município de Dourados-MS.

O **terceiro capítulo** aborda a educação como Propagadora da Fé protestante, nas instituições protestantes edificadas em três pilares: Instruir, Civilizar e Moralizar, para, em seguida, enfatizar a participação da Igreja Presbiteriana no Processo de escolarização da população no Brasil e finalizar o trabalho destacando como ocorreu o processo de apropriação e a representação do discurso educacional veiculado nos impressos protestantes.

Por fim, temos as **considerações finais** que tratam da função dos impressos protestantes no Sul de Mato Grosso, apontando a trajetória e os impactos que estes tiveram na região estudada, estabelecendo um elo entre os impressos, a religião e a educação, e ainda os projetos missionários que foram de suma importância para o estabelecimento e fixação da educação dos protestantes no Sul de Mato Grosso.

## CAPÍTULO I

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: O DIÁLOGO NECESSÁRIO COM OS REFERENCIAIS

#### 1.1 A pesquisa em História Cultural

Neste capítulo faremos alguns esclarecimentos a respeito da pesquisa em História da Educação e as contribuições da História Cultural, buscando apontar alguns traços que a caracterizam, como o seu surgimento, seus métodos, suas técnicas e seus objetos. Este último tem trazido fragilidade à História Cultural enquanto corrente, e ainda tem gerado muitas críticas que se esbarram na amplitude do conceito de cultura.

Os que pensam que a História Cultural é uma corrente, uma descoberta ou uma invenção nova, enganam-se, uma vez que ela já era praticada na Alemanha com esse nome (*Kulturgeschichte*) há mais de 200 anos (BURKE, 2008). Segundo o mesmo autor, a partir de 1780 encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações. No século XIX, o termo *Culture*, ou *Kultur* foi empregado com frequência cada vez maior na Inglaterra e na Alemanha.

Burke (2008) divide a História Cultural em quatro fases: a História Clássica, a História Social da Arte (1930), a História da Cultura Popular (1960) e a Nova História Cultural. Para Burke, essas divisões não eram tão claras, na época, quando se costumava lembrar após os acontecimentos, entretanto irá mostrar uma série de semelhanças ou continuidades entre novos e velhos estilos.

Na verdade, o que se chamava de História Cultural “Clássica” era um período compreendido entre os anos de 1800 a 1950. Esse período também ficou conhecido como de grande tradição, pois eram feitas análises de romances clássicos, e o papel, nesta época, do historiador era a de um pintor que tinha a responsabilidade de pintar o “retrato da época”. Além disso, Burke ressalta mais alguns aspectos e o porquê do nome desse período que, “também poderia ser chamado de “clássico” no sentido de que foi um tempo em que os historiadores culturais concentravam-se na história dos clássicos, um “cânone” de obras primas da arte, literatura, filosofia, ciências e assim por diante” (BURKE, 2008, p.16).

Entre os romances mais analisados estavam *A cultura do renascimento na Itália* (1860), de Jacob Burckhardt; *Outono da Idade Média* (1919), de Johan Huizinga; *Victorian England* (1936), de G. M. Young. As obras do primeiro autor tratavam do individualismo, da competitividade, da autoconsciência, e da modernidade na arte, na literatura, filosofia. Já Huizinga discutia a variedade de ideais de vida, as visões de idade de ouro, o culto do cavalheirismo, o ideal clássico, o declínio, o lugar do simbolismo, o medo da morte, etc. Segundo esse historiador:

O principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. O historiador sugeria ele, descobre esses padrões de cultura estudando “temas”, “símbolos”, sentimentos” e “forma” (BURKE, 2008, p.18).

São alguns estudiosos, Jules Michelet, Kant, Hegel, Jacob Burckhardt, Leopold Von Ranke, Johann Gustav Droysen, Wilhelm Dilther, Sigmund Freud, Marcel Mauss e Émile Durkheim (BURKE, 2008), que nos primórdios, de algum modo, contribuíram para o desenvolvimento da História Cultural ao longo da história.

No que se refere à história social da arte, tomando emprestado o termo utilizado por Burke (2008), trata-se na verdade de um deslocamento de interesses de objetos. Esse movimento teve início na Alemanha, logo após se estendendo para todo mundo. Ele ganhou maior dimensão, especialmente, quando Max Weber publicou a sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. O que caracteriza o texto e o enquadra nesse período historiográfico é a sua mudança de foco, que, na verdade, tratava de uma explicação cultural para a mudança econômica, ou seja, uma obra inovadora para a época.

Uma das maiores influências nesse período foi Aby Warburg. Ele estava particularmente “interessado na tradição clássica e suas transformações a longo prazo. Ao estudar essa tradição dirigiu o foco para [...] os gestos que expressam emoções particulares,



por exemplo [...] a maneira pela quais poetas e pintores representavam o vento no cabelo de uma moça” (BURKE, 2008, p.22). Assim, a nova abordagem de Warburg<sup>4</sup> tornou-se muito frutífera, e a ideia do esquema serviu como parâmetro para muitos historiadores culturais, literários, psicólogos e principalmente aos historiadores da arte, interessados pela história dos símbolos. Dentre os autores que se destacaram, estavam o filósofo Ernst Cassirer e os historiadores da arte Fritz Saxl, Edgar Wind e Erwin Panofsky.

Utilizando novos métodos e novas abordagens, ferramentas da História Cultural na Grã-Bretanha na década de 1930, estava se escrevendo uma história intelectual e cultural, fora dos departamentos de história. Dentre os nomes de destaque estão Basil Willer (1934), E. M. W. Tillyard (1934), G. M. Young (1936). Podemos observar que mesmo antes da escola dos *Annales* aparecer, já havia, em outros países, uma relação entre cultura e sociedade.

Diante da efervescência cultural da época, surgem em 1929 os primeiros *gérmenes* da História Cultural, condensadas numa revista denominada *Annales*. Esta revista vem concretizar uma tendência que estava se formando. Isto é, a revista dos *Annales* concretiza os anseios de uma sociedade ávida por novos instrumentos de análise que possam ajudar na explicação da realidade. Portanto, a revista dos *Annales* pode ser considerada o marco inicial da História Cultural.

A revista dos *Annales* foi o nome dado à fundação de uma revista, materialmente falando, na qual veiculavam impressos com uma nova abordagem histórica, dando espaço a novas fontes e a novos objetos. Foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que eles tinham, inicialmente, uma proposta de “história total” aberta às contribuições de vários campos do conhecimento. A recusa de Bloch e Febvre “à história *événementielle*, essencialmente política e épica, levou-os na direção da história social, [...] levando ao privilegiamento das condições da vida material, das formas de viver, de pensar, de sentir, significando a proposição de novos objetos de investigação” (FONSECA, *apud* FONSECA; VEIGA, 2003, p.49).

Com criação da revista dos *Annales*, vários historiadores, antropólogos e outros estudiosos começaram a aderir às novas ideias e a adotar os novos procedimentos de fazer a história, começando assim o movimento de estudiosos que recebeu o nome de *Escola dos Annales*. É importante ter claro que quando falamos de *Escola dos Annales*, não estamos nos referindo a um ambiente institucionalizado, mas a um movimento que ocorreu na França em

---

<sup>4</sup> Sua época (1904) apresenta o capitalismo como um modo de vida.

1929 e que teve grande repercussão por todo o mundo ocidental, propondo um novo modo de ver e de fazer a história.

Podemos dizer que os seguidores da *Escola dos Annales*, em um primeiro momento, na busca pela totalidade, revelam-se com pouca possibilidade de criar seguidores, até o início do século XX, eram os referenciais marxistas e positivistas que dominavam a escrita historiográfica. No repúdio aos referenciais marxistas e positivistas, os seguidores dos *Annales* se enveredam em busca dos arquivos de coleta sistemática de dados que foram organizados sequencialmente. Desse modo, a história narrada pelos *Annales* se impusera como uma alternativa ao marxismo, não o negando, mas passando para primeiro plano as especificidades históricas de cada contexto.

Foi esse o momento em que se instaurou a crise dos paradigmas explicativos da realidade como afirma Pesavento, ocasionando uma ruptura epistemológica, que colocou em xeque os marcos conceituais dominantes da história (PESAVENTO, 2004). Como afirma Fonseca:

[...] temas como a sexualidade, a religiosidade, as atitudes diante da morte, a vida cotidiana, a cultura material – alguns dos quais já haviam sido objeto de interesses de muitos autores desde o século XIX — passaram a atrair a atenção dos historiadores interessados nestas questões e em suas novas possibilidades de abordagem (FONSECA, *apud* FONSECA; VEIGA, 2003, p.49).

Esse movimento historiográfico se torna homogêneo e nasce a História Cultural, depois de uma trajetória conturbada, sobretudo por suas ligações com a História das Mentalidades. Esse movimento se tornou um campo fértil para pesquisas e estudos que têm contribuído muito para a renovação da historiografia, bem como tema nas pesquisas em História da Educação.

Mas o que seria realmente a história cultural? Uma corrente teórica? Um campo historiográfico? Ou um movimento histórico? O que os historiadores culturais fazem especificamente?

Peter Burke, em *O que é história cultural?*, tenta responder à pergunta que dá título à sua obra. Segundo esse autor, a pergunta foi formulada há mais de um século por Kal Lamprecht, e continua sem resposta até os dias atuais. Desse modo, nossa intenção é fazer alguns apontamentos sobre os caminhos seguidos pelos historiadores culturais, na tentativa de elucidar o entendimento sobre esse “campo historiográfico” tão diverso quanto os objetos investigados por ele. Não pretendemos de modo algum tecer uma resposta pronta e acabada,

mas oferecer elementos para que se possa compreender a História Cultural e, sobretudo, nossa opção em utilizá-la, como referencial teórico metodológico em nossa pesquisa.

Para Fonseca (2003, p.56), a História Cultural apresenta-se como “um campo historiográfico, caracterizado por princípios de investigação herdados das propostas inauguradas como movimento dos *Annales* e dotado de pressupostos teóricos metodológicos que lhe são próprios”.

Outra definição passível de verosimilidade é a de Pesavento (2008), vista como um campo historiográfico que articula diferentes correntes historiográficas. Para ela, o que dá visibilidade à História Cultural,

É a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a multiplicidade de novas fontes. Figurando como cortes inusitados do real, produzido por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não visualizada como aproveitáveis pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminada por novas perguntas (PESAVENTO, 2008, p.03).

A “História Cultural consiste, em sua grande parte, em materiais gerados de modo não intencional, desinteressado ou mesmo involuntário pelas fontes e monumentos” (BURKE, 2008, p.33). Levando em consideração as colocações do autor, tendemos a olhar as fontes como não intencionais, porém pretendemos praticar a crítica às fontes, interrogando-as e questionando-as.

Na verdade, não há uma resposta definitiva para o que seja história cultural, pois torna-se cada vez mais difícil dizermos o que faz parte da cultura; o que notamos é uma ebulição imensa de histórias fragmentadas, é história da pobreza; história do sabonete; história de velhos; história de viajantes; e assim por diante, tornando cada vez mais complicado dizermos onde essas histórias se encerram e o limites delas com a cultura.

Uma solução para o problema da definição de História Cultural “poderia ser deslocar a atenção dos objetos para os métodos de estudo” (BURKE, 2008, p.9). No entanto, o assunto é cheio de controvérsias e este se configura como o ponto frágil da História Cultural – a não limitação de campo específico de saberes, de conhecimentos, de objetos, assim como de métodos.

Neste trabalho compreendemos a História Cultural como um campo historiográfico que se tornou mais preciso nas últimas décadas do século XX, e se presta a quaisquer temas atravessados pela polissêmica noção de cultura, com métodos e objetos muito diversos. Assim, torna-se impossível uma definição precisa do campo, dos métodos e dos objetos.

Acreditamos que a grande renovação da História Cultural é possibilitar ao Historiador criar a sua própria fonte, quebrando as regras rigidamente incorporadas pelo positivismo. Como nos diz Pesavento (2008, p.63), “é a questão formulada ou o problema que ilumina o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte ou documento, mas é preciso fazê-los falar”. Nesse sentido somos nós quem daremos verossimilidade à fonte, é a pergunta destinada a ela que nós dará subsídios, ou não, para desenvolvermos nosso trabalho. Se a pergunta não for feita de forma adequada teremos parcialmente ou inadequadamente o retrato de outra época ou mesmo do tempo presente.

Mas qual seria o método do historiador cultural?

Carlo Ginzburg, em seu livro *Mitos, Emblemas e Sinais* (1989), nos fala de uma paradigma indiciário. Nele o historiador é comparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo.

Sobre o assunto, Pesavento, em seu livro *História e História Cultural* (2008), aponta:

De detetive o historiador se transforma em médico, em busca de sintomas dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos. Como – crítico da arte, o historiador não se atem apenas ao primeiro plano ou à aparência de um conjunto que se dá a ver, segundo uma primeira impressão; busca o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto (PESAVENTO, 2008, p.64).

Apoiando-se em Walter Benjamin, Pesavento analisa o método da montagem:

Baseando-se na montagem cinematográfica, a partir das fotografias que, combinadas, produzem o movimento, Walter Benjamin imagina para o historiador um caminho semelhante. É preciso recolher os traços e registros do passado, mas realizar com ele um trabalho de reconstrução, verdadeiro quebra cabeça ou *puzzle* de peças capazes de reproduzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar as analogias e relação de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias (PESAVENTO, 2008, p.64).

Para nós, o historiador vai dar voz às fontes, vai fazer brotar, através das sementes das fontes, uma planta chamada historiografia. Para que ela cresça e vire uma formosa árvore, é necessário que a adubemos; cada grão de adubo é como os vestígios que encontramos e juntamos fazendo com que eles fiquem homogêneos e fortaleçam nossa árvore; a água funciona como o conhecimento do historiador que vai fazer estipular o tempo de vida de nossa árvore.

Apesar do campo da História Cultural ser vasto, amplo e propiciar contribuições

profícuas à historiografia, principalmente no que tange ao tratamento dado às fontes e a novidade do alargamento dos objetos, o grande avanço foi indiscutivelmente as contribuições que inseriram a cultura como objeto de análise, buscando a mesma validação dos fenômenos políticos e econômicos que permitiu ao historiador vislumbrar o processo historiográfico com outro olhar, com novas perspectivas, permitindo visualizar os problemas políticos como manifestações relativamente superficiais de conflitos culturais.

É importante destacar que, com a efervescência de inúmeros trabalhos nas últimas décadas, utilizando como referencial teórico metodológico a História Cultural, essa tem sido alvo de muitas críticas, porém a todo momento tem tentado demonstrar sua firmeza frente aos obstáculos.

Uma das grandes críticas feitas a essa corrente a que estamos tratando, é a do polissêmico conceito de cultura, entendido por cada historiador de um modo diferenciado. Nós compartilhamos do conceito criado por Pesavento (2003, p.15), que pensa “a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.

Nesse contexto cultura é entendida como:

[...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003, p.15).

Para Burckhardt (1882), história cultural é um “conceito vago”. Em geral, é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura ou a cultura popular.

Para os marxistas, “o problema da abordagem clássica da cultura está no fato que ela “fica no ar”, faltando-lhe contato com qualquer base econômica ou social” (BURKE, 2008, p.30). Ainda para esse grupo de pensadores, os historiadores da cultura estariam segregando a homogeneidade cultural ignorando os conflitos econômicos e sociais.

Alguns historiadores preferem trabalhar como Jacob Burckhardt, intuitivamente; outros caracterizam o seu trabalho como em termos de uma procura de significados; alguns vêem seu objetivo basicamente descritivo ou apenas como uma narrativa; e outros focalizam as práticas e representações como é caso de Roger Chartier, e o nosso caso, em que pretendemos seguir os passos em especial deste historiador.

Sabemos que a História Cultural é instigante e sedutora, mas também sabemos dos

riscos e dos perigos de nos envolvermos com ela, o que a torna ainda mais sedutora. A esse respeito afirma Pesavento:

A história cultural apresenta riscos e põe exigências: é preciso teoria, sem dúvida, ela exige o uso desses óculos, conceituais e epistemológicos para enxergar o mundo. A história cultural pressupõe um método, trabalhoso e meticuloso, para fazer revelar os significados perdidos do passado. Pressupõe ainda uma carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível para o acontecido, e certezas provisórias (PESAVENTO, 2008, p.119).

Sabemos dos riscos e aceitamos enfrentá-los, pois entendemos que o conceito de cada historiador é que vai direcionar o caminho do seu trabalho. Por mais polissêmico que o conceito de cultura seja, no nosso trabalho ele se apoia nas ideias de Pesavento e Chartier, o que nos possibilitará fazer um trabalho acadêmico e científico de maneira profícua, nos desviando dos perigos e enfrentando aqueles dos quais não pudemos desviar.

Entendemos também que todos os métodos pressupõem desafios a serem vencidos, caminhos incompletos, verdades parciais, transitórias, pessoais ou sociais, são concretamente verdades transitórias. A ciência, apesar de sua imensa tentativa de ser objetiva, por ser uma constante busca pela verdade absoluta, sempre está quebrando paradigmas, o que a torna sempre subjetiva, pois o que é verídico hoje pode não ser amanhã, uma descoberta nova pode mudar a trajetória do trabalho científico e interferir diretamente na vida das pessoas, mudando suas crenças e seus valores. É aí que a história ganhou espaço e legitimidade, pois negar a mudança, seria negar a própria dinâmica sobre a qual se baseia a compreensão da história.

As antigas concepções foram e continuam sendo aos poucos substituídas por essa modalidade chamada de História Cultural vencedora de entendimento da cultura, que ganhou espaço junto às universidades, o que vem a justificar nossa opção por esse referencial teórico metodológico que posteriormente vai avançar em algumas questões, atribuindo legitimidade ao conceito de representação que será a base deste trabalho.

## **1.2 A Nova História Cultural: aproximações e distanciamentos.**

É importante lembrar que inicialmente a história tida como verídica e/ou oficial era a dos grandes heróis, era a história globalizante, contada de cima para baixo. Esse era um

procedimento bastante utilizado que predominou na historiografia do século XIX e XX, e que, aos poucos, tem sido substituído em decorrência de um novo modo de olhar as fontes e os objetos.

Por volta de 1927, inicia-se nos Estados Unidos um movimento que ficou conhecido como “Nova História”, porém, no plano da pesquisa, era a história das ideias que reinava. Nesse contexto das ideias, ganharam destaque Perry Miller e as pessoas ligadas ao círculo de Arthur Levejoy.

Desde então, a história e a historiografia mudou constantemente em decorrência de novas correntes, e novos pressupostos que têm surgido principalmente nas últimas décadas, caracterizando um outro modo de fazer a História, dando ênfase a novas fontes e a novos objetos; em um primeiro momento, tem destaque a História Cultural, em virtude da ampliação do conceito de cultura. Com a inserção de novos conceitos como o de representação, surge um novo momento historiográfico que recebeu o nome de Nova História Cultural, vinculada à História Cultural, porém com um novo olhar para a história.

A “Nova História Cultural” teve muito sucesso nos “Estados Unidos, reunindo historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”, historiadores da arte e da ciência” (BURKE, 2008, p.46).

Diferentemente do que muitos imaginam, que a nova história cultural nasceu e se propagou rapidamente na França, ela demorou muito a ser aceita e difundida por lá, mesmo sendo gerada a partir da escola dos *Annales* em 1929. Ela só ganha legitimidade em 1990 com a publicação de Roger Chartier intitulada de *Les origines culturelles et la Révolution Française*.

Em outros países, ela também ganha espaço e se define. Na Alemanha e na Holanda, por exemplo, a “nova história cultural” foi enxertada na tradição de Burckhardt e Huizinga, dando maior ênfase à chamada “história do cotidiano” (BURKE, 2008). Na Grã-Bretanha, por outro lado é muito mais por meios dos estudos culturais, que a Nova História Cultural ganha proeminência.

Mas o que seria a Nova História Cultural? Em que ela se diferencia da História Cultural?

Se utilizamos hoje a expressão Nova História Cultural (NHC), é porque antes dela, houve ou há, uma história tradicional, uma história antiga, velha. Para Pesavento (2008, p.14),

a expressão é utilizada porque foram deixadas de lado “concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites”. Mas as rupturas vão além disso, pois deu início a um estudo da cultura popular em contraposição à cultura erudita.

Para Burke (2008), a NHC trabalha com termos referentes à cultura popular representada pelo povo, então surgem questionamentos sobre quem é realmente o povo e o que é considerado popular. Por isso, procura-se trabalhar com a pluralidade, utilizando-se de conceitos como rural e urbano, masculino e feminino, velho e jovem e assim por diante.

Pesavento ultrapassa as fronteiras de uma designação específica e aponta:

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construído pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2008, p.15).

Compartilhamos das ideias de Pesavento no que tange a sua concepção da Nova História Cultural. Para tanto, pensamos que muito mais que uma nova forma de trabalhar a cultura como um conjunto de significados, é trabalhar as práticas e as representações dos homens como uma forma simbólica do real, uma expressão dos valores e das ideias inculcadas no decorrer de sua trajetória de vida.

Para tanto, estudar as representações pode ser uma maneira de desvendar a sociedade tal como ela é percebida por seus atores. Assim, as representações se caracterizam como visões de mundo, e explicariam como alguns comportamentos vistos como naturais foram em verdade construídos através do contato social e das práticas sociais da humanidade.

### **1.3 Nova História da Cultura: possibilidades de diálogos com a História da Educação**

Já vimos a trajetória da História Cultural até a sua nova configuração como Nova História Cultural. A partir desse momento buscaremos enfatizar o lugar da História da Educação inserida no campo metodológico da História Cultural. Desse modo, pretendemos



traçar algumas características que marcaram e que auxiliaram na configuração dos contornos desse campo de pesquisa.

Mas o que seria a História da Educação? Como ela foi criada? Qual o seu campo? Quais seus métodos e seus caminhos?

De acordo com as pesquisas de Lopes & Galvão (2001), a disciplina História da Educação, nasceu no final do século XIX, e desenvolveu-se sobretudo nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores. Suas raízes estão intrinsecamente ligadas ao campo da Pedagogia que se desenvolveu primordialmente em alguns países da Europa e nos Estados Unidos.

[...] No Brasil a história da História da Educação também está muito associada às trajetórias das escolas normais e, posteriormente, dos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia e, portanto, ao campo da educação e particularmente ao ensino.

Assim, a História da Educação não se desenvolveu, em sua trajetória, como uma área da história, embora seu objeto fosse (seja) extremamente importante para compreender o passado das sociedades. No campo da História, a educação tem sido tradicionalmente, um objeto ignorado ou considerado pouco “nobre” (LOPES & GALVÃO, 2001, p.25).

Falcon, em uma pesquisa realizada a partir de trabalhos da 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, como resultado de sua pesquisa elabora um texto intitulado *História Cultural e História da Educação*, publicado em agosto de 2006, pela Revista Brasileira de Educação em seu volume 11. Nele, o autor vai apontar que a recente publicação não tem dado créditos a História da Educação, segundo o autor, “salvo poucas exceções, não se pode constatar a presença da História da Educação no território da oficina histórica” (FALCON, 2006, p. 328).

A pesquisa realizada por Falcon analisou algumas obras a partir dos anos de 1970. As fontes foram escolhidas aleatoriamente e o objetivo era verificar os rumos da produção historiográfica ocidental, buscando identificar os motivos que grande parte das vezes separam a história e a História da Educação.

Dentre as obras analisadas estavam *Faire de l’histoire*; *História: novos objetos*, *História: novas abordagens* e *História: novos problemas*. Trata-se de uma coletânea de três volumes organizados por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1970), *Domínios da história*, organizado por Ciro Framarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), *Passados recompostos: campos e canteiros da história* de Jean Boutier e Dominique Julia (1998), *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio* de José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca (2001).

Dentre os livros acima mencionados, na primeira coletânea composta por três livros,

havia apenas um artigo de Roger Chartier, que se intitula *O livro: uma mudança de perspectiva*, que se vincula à História da Educação. No segundo livro organizado por Cardoso e Vainfas, que contém 19 capítulos, nenhum se dedica à História da Educação; também no livro organizado por Boutier e Julia, a história da educação primou pela ausência, tal como nos livros analisados anteriormente, no de Arruda e Fonseca não havia nenhum artigo destinado a abordar a temática da educação.

No entanto, acreditamos que a pesquisa de Falcon (2006) vai tratar muito mais de questões específicas da História da Educação, pois se avaliarmos individualmente a produção ocidental, observaremos que no fim do século XX já havia uma preocupação mesmo que pequena com fatores ligados à educação. Desse modo, afirmamos que é diferente o modo como a temática da educação é abordada; não podemos generalizar e dizer que não existia produção com relação à temática da educação, já que na verdade a educação era abordada de maneira muito sutil. Como exemplo, temos um artigo de Georges Duby (1961) intitulado *Histoire des mentalités*, no qual ele vai afirmar que:

“o estudo das mentalidades do passado deve apoiar-se numa história da educação [...] deve partir de todas as comunicações, e do seu meio, dos meios através dos quais o indivíduo recebe os modelos culturais, e, portanto em princípio deve partir de uma história da infância” (DUBY *apud* FALCON, 2006, p.02).

Outro exemplo são os dois artigos de Jacques Revel – *Universidade e sociedade na Europa moderna*, e *A constituição de uma rede de colégios em França do século XVI ao XVIII* de Dominique Julia, ambos publicado em 1982 no Colóquio Franco-Húngaro de Tihany. Seguindo, temos o livro de Roger Chartier, *A história Cultural: entre práticas e representações* no qual o autor destina dois capítulos para temas voltados à educação: o capítulo 4 – *Textos, impressos, leituras* e o capítulo 5 – *Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII*.

Mais recentemente temos um artigo de Taís Nívia de Lima e Fonseca, *História da Educação e História Cultural*, publicado na coletânea *História e Historiografia da educação no Brasil*. Dando continuidade, temos um artigo de Marta Maria Chagas de Carvalho, *A configuração da historiografia educacional brasileira*, que consta no livro organizado por Marcos Cezar de Freitas com o título *Historiografia brasileira em perspectiva*. Além dessas publicações temos também algumas outras produções a nível local que abordam a temática em questão.

Neste capítulo não elencaremos todas as produções, uma vez que isso não seria útil ao

trabalho. O nosso objetivo é demonstrar que a História da Educação é um campo que tem sido pouco valorizado, mas é um campo muito profícuo que merece atenção e que já se encontra em ascensão.

A História da Educação não tem um campo metodológico próprio, por isso tem buscado em outras áreas elementos para construir um campo único. Esse ainda é, no entanto, um desafio a ser vencido, e acreditamos que muitos aspectos precisam ser levados em consideração para que a História da Educação tenha seu próprio arcabouço metodológico e seu próprio campo de pesquisa. Nesse sentido, a História da Educação se constitui muito mais como um tema ou objeto de investigação do que como um campo dotado de métodos próprios.

Para Fonseca (2003, p.57), a História da Educação “seria vista como um desses campos de investigação, no momento atual fortemente influenciada pelos referenciais da História Cultural, sobretudo de alguns de seus conceitos-chave”. Para Fonseca, a história cultural é um campo historiográfico e a História da Educação seria um de seus campos de investigação. A História da Educação seria ao nosso ver, um objeto do campo da História, uma vez que é ela nosso principal ponto de apoio teórico e metodológico.

#### **1.4 Entre Práticas e Representações: possibilidades**

Neste ponto específico do nosso trabalho, apontaremos os principais traços que constituíram e constituem a obra de Roger Chartier<sup>5</sup>, enfatizando seu conceito de

---

<sup>5</sup> No entanto para compreendermos o pensamento de um autor, se faz necessário entender sua trajetória intelectual, pois é através do caminho seguido por ele que entendemos suas escolhas e sua teoria. Nesse sentido, apontaremos uma breve trajetória da vida de Chartier, assinalando alguns pontos que consideramos relevante para a compreensão de seu conceito de representação, e, em um segundo momento, abordaremos sua teoria que constitui a parte mais relevante do nosso referencial teórico.

Roger Chartier nasceu em 1945, em Lyon, França, é filho de uma família operária. Formou-se professor e historiador simultaneamente pela Escola Normal Superior de Saint Cloud, nos arredores de Paris, e pela Universidade Sorbonne, na capital francesa. Em 1978, tornou-se mestre conferencista da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e, depois, diretor de pesquisas da instituição. Em 2006, foi nomeado professor-titular de Escrita e Cultura da Europa Moderna do *Collège de France*. É membro do Centro de Estudos Europeus da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e recebeu o título de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras do governo francês. Também leciona na Universidade da Pensilvânia, nos EUA, e viaja pelo mundo proferindo palestras. Veio várias vezes ao Brasil, onde é, depois do antropólogo Claude Lévi Strauss, o intelectual francês

representação, conceito este que no presente momento tem sido a grande referência de nosso trabalho, permitindo configurar o modo como os impressos protestantes podem ter influenciado na educação protestante do município de Dourados-MS, que se configura como nosso lócus de pesquisa.

Roger Chartier pertence à geração que rompeu, nos anos 1980, com a tradição hegemônica francesa, constituída desde 1929 por nomes como March Bloch (1886-1944) em torno da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. No entanto ele compartilha de alguns legados essenciais da escola dos *Annales*; o principal deles é a revolução das fontes, mas, para o autor, as fontes primárias ainda são de relevância indelével. Suas ideias estão calcadas nos pensamentos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984).

De modo muito genérico podemos dizer que as publicações de Chartier perpassam por cinco grandes áreas. A primeira delas visa a análise das instituições de ensino e das sociabilidades intelectuais, a segunda área agrupa um conjunto de investigações parcelares, que tratam de temas diversos que vão desde a marginalidade, a festa ou a morte, da França urbana à vida privada. Esses estudos são uma tentativa de reinvenção da história social. Outro campo de estudo do autor é a história da leitura, permanentemente confrontada com a história do livro, da edição ou dos objetos tipográficos, e que ao mesmo tempo se esforça por interrogar a teoria da recepção e a sociologia cultural. Nesse sentido, o autor foi o responsável por utilizar a história da cultura para entender a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais, e sua grande contribuição nessa área foi demonstrar que é possível estudar a humanidade pela evolução do escrito. Um quarto domínio diz respeito às análises da cultura política nas suas várias configurações – dos círculos cortesãos aos meios populares – e concedendo uma atenção particular aos discursos escritos. O último domínio revela um “permanente esforço em refletir sobre o domínio do historiador, por um lado, a partir do exame das condições de produção dos agentes da prática historiográfica, por outro, através de uma avaliação dos conceitos e das formas discursivas que fundam essa mesma prática” (CHARTIER, 1990, p.10).

No fim da década de 1980, as ciências sociais entraram em uma crise geral. São dois os grandes fatores apontados, de um lado o abandono dos sistemas globais de interpretação, de outro a rejeição das ideologias que haviam garantido sucesso aos paradigmas dominantes

(estruturalismo/ marxismo). No meio desta crise encontrava-se a disciplina de História, não imersa por completo, mais “atravessada por incertezas devido ao esgotamento de suas alianças tradicionais (com a geografia, a etnologia, a sociologia)” (CHARTIER, 1991, p.173). A crise que assaltou a história punha em causa a disciplina nos seus objetos, as questões econômicas, sociais e demográficas. Ao apoiar estudos mantidos até então sob a forma globalizante e apoiados nas normas de cientificidade das ciências exatas, a História entra em declínio, mas muito rapidamente os historiadores dão uma dupla resposta: “operam uma estratégia de captação posicionando-se nas frentes abertas por outros. Donde a emergência de novos objetos” (CHARTIER, 1991, p.174). Isso significou uma ampliação nos objetos de pesquisa, a vida, a morte, os rituais e as crenças passaram a partir daquele momento a ter espaço e legitimidade na historiografia.

No entanto para Chartier não foram nem a crise das ciências sociais nem a as mudanças de paradigma que resultaram na mudança do trabalho do historiador. Isso tem ligações muito mais precisas com a distância tomada, nas próprias práticas de pesquisas, em relação ao princípio de inteligibilidade que tinham governado o procedimento do historiador a vinte ou trinta anos (CHARTIER, 1991).

Assim, o autor destaca três deslocamentos que constituem a forma de renúncias aos velhos modelos historiográficos. São estes:

O projeto de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a definição territorial dos objetos de pesquisa, geralmente identificados com a descrição de uma sociedade instalada num espaço particular [...] o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais (CHARTIER, 1991, p.176).

A partir desses deslocamentos, os historiadores passaram a penetrar o funcionamento social com um olhar não mais hierárquico no que tange às práticas e as temporalidades. Surge então, a tentativa de decifrar de outro modo as sociedades a partir de um ponto particular, seja um acontecimento, um relato de vida, uma prática social, penetrando nas relações e nas tensões, considerando não haver prática ou estrutura que não possa ser reproduzida pelas representações.

Assim sendo, há uma mudança epistemológica, o que gera a entrada de um novo olhar, um novo modo de enxergar o movimento historiográfico, passando do social para o cultural, entrando em cena novos conceitos que darão corpo e forma à nova história cultural. O principal desses conceitos é o de representação, incorporado inicialmente por formulações de

Marcel Mauss e Émile Durkheim, para quem as “representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viver nelas e por elas” (PESAVENTO, 2008, p.39).

Para Chartier, toda reflexão parte de uma prática particular. Nesse sentido, o trabalho do autor organiza-se em torno de três pólos: o estudo crítico dos textos, a história dos livros e a análise das práticas que se dá através dos bens simbólicos. A hipótese de Chartier (1991, p.178) era que a “circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações de poder”. Daí decorre toda a sua atenção voltada para o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, pois para ele, “as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõe a leitura”.

O cerne da História Cultural tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. “O primeiro deles diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p.17). Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

O trabalho do autor pressupõe o uso dos impressos como uma forma de interrogar os efeitos do sentido e da forma material da escrita. Nessa direção é importante voltar a atenção para as *condições* e os *processos*, que são os fatores que sustentam as operações de produção de sentido. Assim, é importante destacar o processo pelo qual um texto, uma fórmula, uma norma fazem sentido para os que deles se apoderam.

Os estudos do autor foram baseados nos textos impressos do antigo regime (na França), mas sua teoria ainda continua sendo válida, e sua importância em estudar os impressos se caracteriza pela forma como os impressos foram apreendidos. Nas palavras do autor, “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos” (CHARTIER, 1990, p.17).

Para tanto ele vai destacar a necessidade de atenção às redes de práticas que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação aos textos, vai realçar a

importância da leitura não como uma operação abstrata, mas uma operação dotada de sentido, é inscrição num espaço, é relação consigo e com o outro.

Para o autor, “não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor” (CHARTIER, 1991, p.182). Neste caso, dois conjuntos de dispositivos são fundamentais: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão.

É o espaço que constrói o sentido do texto que vai inferir diretamente no efeito a ser causado no leitor, e é neste ponto que a obra de Chartier vai ao encontro da nossa proposta de pesquisa, na tentativa de mostrar o quanto os impressos produzidos pelas denominações protestantes estavam imbuídos de intenções, de projetos, de representações, que apreendiam o leitor através do que chamaremos aqui de técnicas de escrita. Essas técnicas, entendidas como modo de apreensão do leitor, são os sinais emitidos pelo textos, que levam o leitor a apreender-se e a reproduzir alguns comportamentos no caso dos grupos protestantes, os impressos são disseminados para serem acreditados. Dessa forma, várias são as estratégias de apreensão dos leitores, e muitas são as formas de representações impressas a partir de suas práticas.

Para Chartier (1991), a partir dessa área de trabalho com o texto, o livro e a leitura que se podem formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais. O texto vai permitir, através dos códigos partilhados, outra forma de articulação entre o texto, as práticas e o mundo social.

A partir desse trabalho com os textos e com os livros, Chartier vai buscar em outros autores um embasamento para formular o seu conceito de representação. Inicialmente faz um retorno a Durkheim e Mauss, referente ao conceito de representações coletivas, articulando três modalidades de relação com o mundo social:

de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” [...] marcam de modo visível em perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p.183).

As citações de Durkheim e Mauss, voltadas para o conceito de representação coletiva, enfatizam a função lógica e reguladora de significados das representações, isto é, a promoção

da integração coletiva permitindo maior atuação ativa dos indivíduos e grupos sociais. O retorno a esses dois autores vai permitir o entendimento das representações coletivas como verdadeiras instituições sociais.

Posteriormente, Chartier recorre a Marx, Weber, Elias, Marin, de Certeau, e outros autores para realizar o entendimento das representações como forças reguladoras da vida coletiva e do exercício do poder.

Os trabalhos de Bourdieu também aparecem como base na qual Chartier se apoia. As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Chartier parte da obra de Marin, intitulada *Des pouvoirs de l'image*, para realizar seus estudos sobre as representações. Nessa obra, o autor apresenta uma imbricação entre duas formas de representação, que são o texto e a imagem, o discurso e a pintura. Para ele, os registros cruzam-se, ligam-se, mas jamais se confundem. O quadro tem o poder de mostrar o que a palavra não pode enunciar.

A obra de Marin baseava-se nos estudos de Port-Royal<sup>6</sup>, que trabalhava com a teoria do signo. A contribuição de Luis Marin para a teoria da representação é expressa nos seus livros sobre os lógicos de Port-Royal, sobre os usos e abusos das imagens pictóricas no início da modernidade, sobre as representações dos monarcas absolutistas. A partir desses estudos, nasce um duplo conceito de representação, impressos no dicionário universal de Furetière, a “representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa” (CHARTIER, 1991, p.184).

Enfim é tornar presente o ausente; e modos de exibição da própria presença. As representações tornam presentes um objeto, conceito ou pessoa ausente mediante sua substituição por uma imagem capaz de representá-los adequadamente. Há uma distinção radical entre o representado ausente e a imagem que o representa.

---

<sup>6</sup> Foi um agrupamento de homens de letras, na metade do século XVII, que deu origem ao método fonético.



Assim entendido, o conceito de representação leva a pensar o mundo social ou o exercício do poder de acordo com um modelo relacional. As modalidades de apresentação de si são, certamente, comandadas pelas propriedades sociais do grupo ou pelos recursos próprios de um poder.

O referente e a sua imagem precisam se identificar, a aparência deve ser tomada pelo ser. Esses postulados revelam uma potencialidade explicativa com relação à teatralização da vida no Antigo Regime. Aqui a representação de si deve transformar-se em máquina de fabrico de respeito e submissão: Pascal vai descortinar a “vitrine” dos signos que tem o poder de ilusão: ele percebera que se os médicos tivessem realmente o poder de curar, e os juristas a justiça, eles não precisariam de sotainas, galochas, pantufas brancas, nem de barretes e togas, instrumentos por meio dos quais fazem crer que detêm os mencionados poderes e atraem respeito para si, no entanto eles só possuem ciências ilusórias e imaginárias e necessitam lidar com esses instrumentos que impressionam a imaginação atraindo poder. “A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, [...] que considera os signos visíveis como índices seguro de uma realidade que não o é” (CHARTIER, 1991, p.185).

A força, como demonstra Marin, não desaparece, pois está sempre à disposição do soberano: ela fica em reserva pela multiplicação dos dispositivos que a potencializam (marchas militares, medalhas, louvores, narrativas, etc.) no sentido de produzir a obediência e a submissão sem apelo à violência física direta – é a dominação simbólica (CHARTIER, 2002, p.170-71).

Pesavento faz uma releitura do conceito de representação de Roger Chartier:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotada de força coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2008, p.39).

Diante do que já foi dito, concluímos que o conceito de representação tal como apresenta Chartier, baseado nos estudos de Marin, e este, em *Logique* de Port-Royal, e agrupando alguns conceitos de clássicos como Marx, Weber, Elias, de Certeau, Durkheim e Mauss, que se dispuseram a pensar esses conceitos cumulativos de modo operacionalizáveis. As representações são portadoras do simbólico, carregam um sentido oculto que vai aos poucos se construindo social e historicamente, se internaliza no inconsciente coletivo e se

apresentam como naturais. “A força da representação não se dá pelo seu valor de verdade [...] se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social” (PESAVENTO, 2008, p.41).

Enfim a finalidade da representação é substituir à realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas baseiam seu modo de vida, e assim elas se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade.

Nesse sentido, as representações são matrizes de discursos e de práticas e só tem sentido a partir do momento que comandam práticas e atos. A partir de tais concepções, Chartier chama a atenção, seguindo Bourdieu, para as lutas de representações decorrentes do recuo da violência física direta, e para a constatação de que o poder depende do crédito concedido à representação. Este último ponto permite avaliar a chamada violência simbólica, a que depende de uma predisposição incorporada previamente para o reconhecimento e o consentimento de quem a sofre.

A guisa de esclarecimento e de conclusão gostaríamos de apontar que, na teoria de Chartier, o conceito de prática e de representação está apresentados de maneira distinta. Para ser mais claro, de maneira cruzada, uma história das práticas, social e historicamente diferenciada, de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos. Enfim, o conceito de representação apresentado por Roger Chartier mantém ligações diretas com vários clássicos como Durkheim, Mauss, Marx, Weber, Elias, Marin, de Certeau, Bourdieu, no entanto Chartier procurou firmar um novo momento e um novo projeto intelectual para a história cultural a partir das representações coletivas.

Como diria Pesavento (2008, p.42), “a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprio e o mundo”.

Para tanto, seguindo os caminhos abertos pela NHC e buscando atingir os objetivos propostos, o próximo capítulo apresenta uma breve trajetória da introdução do protestantismo no Brasil, buscando entender a função dos impressos enquanto estratégia da difusão e fixação protestante no país.

## CAPÍTULO II

### O PROTESTANTISMO NO BRASIL: O IMPRESSO COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DA FÉ E DA EDUCAÇÃO

#### 2.1 O Protestantismo Missionário<sup>7</sup> no Brasil

A América Latina sediou várias missões protestantes, e o Brasil foi o país onde ocorreu a primeira tentativa de estabelecimento protestante. “Isso aconteceu em 1557, quando a Igreja de Genebra enviou dois pastores reformados para a colônia que o francês Villegaignon havia fundado no Rio de Janeiro” (GONZÁLEZ; ORLANDI, 2008, p.445).

A respeito da chegada dos primeiros missionários protestantes Kidder e Fletcher, (1941, p. 53) narram:

Após longa e perigosa viagem, Villegaignon entrou na Baía de Niterói, e começou a fortificar uma pequena ilha junto à barra da mesma, hoje

---

<sup>7</sup> O protestantismo no Brasil pode ser classificado em dois tipos: de imigração e missionário. O primeiro, o protestantismo missionário se deu por volta de 1810, foi quase que experimental se deu principalmente com os Europeus. Suas raízes protestantes estavam vinculadas com o movimento anglicano e luterano, trouxeram consigo a modo de vida da terra natal, e preservaram suas origens. O protestantismo missionário chegou um pouco mais tarde com fins de evangelização; seus representantes se preocupavam principalmente com a veiculação dos valores religiosos e com a educação. A chegada e a expansão no país se deu através dos norte-americanos de origem presbiteriana.

denominada Lage que é ocupada por uma fortaleza [...] Foi nessa ilha que eles erigiam sua tosca casa de cultos, onde os puritanos franceses ofereceram suas orações e cantaram seus hinos.

Essa tentativa foi fracassada e por fim terminou em tragédia, pois Vellegaignon, traiu as esperanças nele depositadas pelo grupo protestante. Sobre o episódio (KIDDER e FLETCHER, 19941, p.56) apontam:

Tendo conquistado sua absoluta influência, certo número de adeptos não muito dados à piedade espiritual, Villegaignon, sob o pretexto de modificar a sua religião e voltar a verdadeira fé, iniciou uma série de perseguições. Aqueles que haviam vindo da França Antártica para desfrutar liberdade de consciência, viram-se diante de condições ainda peores do que dantes. Foram sujeitados a um tratamento abusivo e grandes privações. Essa inesperada defecção consumou a prematura ruína da colônia. Os colonos recém-chegados pediram licença para regressar, o que lhe foi assegurado, porém numa nau tão mal suprida de recursos que alguns recusaram-se a embarcar, e a maioria que aceitou, sofreu posteriormente as agruras da fome. [...] por falta de alimentos, não só devoraram todo o couro, [...] em desespero, tentaram mastigar o duro e seco pau-brasil que havia a bordo.

Após a fracassada tentativa dos Huguenotes, [...] houve uma segunda tentativa de estabelecimento de protestantes reformados no Brasil, atrelada às lutas pela hegemonia política entre as nações europeias. Sobre o assunto, Mendonça; Filho (1990, p.26) narram:

Libertos do domínio espanhol em fins do século XVI, os holandeses, além de formarem ao norte dos países baixos um reduto de tolerância religiosa, passaram a dividir com os ingleses o domínio dos mares. Em 1630 os holandeses, conquistaram parte do Nordeste do Brasil e formaram uma colônia, com sede em Pernambuco, sob a liderança de Maurício de Nassau. Essa colônia durou vinte e quatro anos (1630-1654) e, no espírito da reforma calvinista, formou uma espécie de estado teocrático que assegurava a tolerância religiosa. No entanto, a ética calvinista dos holandeses esbarrou na dura realidade da sociedade colonial e não foi suficientemente forte para combater instituições rigidamente implantadas.

Até aproximadamente os anos de 1800, a Igreja Católica foi muito débil em termos de evangelização, realizando apenas missas esporádicas em locais isolados do país, não tendo intenções de expansão em um primeiro momento, o que fez com que grande parte da população brasileira permanecesse marginalizada no que diz respeito aos assuntos religiosos:

como exemplo disso, podemos assinalar a lentidão com que se estabeleceu a hierarquia eclesiástica, tanto antes como depois da independência. Com cem anos de colonização, o Brasil contava somente com um bispado, o de Salvador; cem anos depois, tinha sete; no final de outro século, dez; com quatrocentos anos de sua fundação, doze. Se considerarmos a imensidão geográfica do país e o aumento de população durante esses quatrocentos anos, vê-se que o desenvolvimento da hierarquia foi extremamente lento (GONZÁLEZ & ORLANDI, 2008, p.440).

Podemos dizer que não havia no Brasil uma religião fortemente arraigada, e vinculada

a interesses religiosos no país. Na verdade o que havia era a tentativa de aquisição de poder e direitos com a vinculação da Igreja com o Estado, visando a centralização do poder.

Aos poucos o Estado foi limitando os poderes da Igreja Católica. No século XIX, a família real portuguesa aportou no Brasil. Por volta de 1810, Portugal firmou um tratado de Comércio de Navegação com a Inglaterra, o que ocasionou a abertura dos portos entre esses dois países e determinou o cenário ideal para a implantação definitiva do protestantismo no Brasil.

Ao firmarem esse tratado, Portugal concede à Inglaterra algumas liberdades no Brasil, uma dessas refere-se às questões religiosas. O artigo XII do referido tratado de Comercio e Navegação conferiu liberdade de culto aos ingleses e tolerância religiosa a outros católicos residentes no Brasil (REILY, 2003). O mesmo documento trata das concessões e dos limites estabelecidos para realização do culto protestante no país.

Em 1824, com a primeira Constituição Imperial, estabeleceu-se o direito de todos os residentes do país, o direito de praticar a sua religião em particular, porém sem que perturbassem a paz pública, ou tentassem fazer prosélitos entre os brasileiros. O artigo 5º da dada Constituição dispõe: "A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo" (BRASIL, 1824, p.1).

Outro documento<sup>8</sup> do mesmo período que trata das penalidades ao descumprimento da lei no que tange ao artigo 5º da Constituição Imperial, ou dos assuntos que tratam da religião as Leis do Código Criminal aponta:

“Ofensa à moral, à religião e aos bons costumes”

276. Celebrar em sua casa ou edifício que tenha alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado:

PENAS: No grau máximo – serem dispersos pelo juiz de paz os que estiverem reunidos para o culto, demolição da forma exterior, e multa de 12\$, que pagará cada um.

227. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Império por meio de papéis impressos, litografados ou gravados, que se distribuem por mais de quinze pessoas, por meio de discursos proferidos em públicas reuniões ou em ocasião e lugar em que o culto se prestar.

228. Propagar por meio de papéis impressos...que se distribuem por mais de quinze pessoas, ou por discursos em públicas reuniões doutrinas que diretamente destruam as verdades fundamentais da existência de Deus e da

---

<sup>8</sup> Lei do Código Criminal, artigo 5º.

imortalidade da alma”(BRASIL, 1824 apud REILY, 2003, p.48).

Para o tema que ora nos ocupa, o jornal, notamos que sua veiculação era dificultada pela letra de uma lei infraconstitucional. Ou seja, o código tratava de fechar a “porta aberta” pela Constituição Imperial.

E foi assim que, por meio de questões políticas e econômicas, inclusive com o incentivo governamental à imigração europeia, que Portugal “abre as portas brasileiras” com limitações, é claro, para a veiculação de uma nova religião no Brasil, logo surgiram as primeiras colônias organizadas por protestantes.

Nesse primeiro momento, os protestantes que aportaram aqui “foram basicamente de *origem migratória* isso se deve em virtude abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês” (MENDONÇA; FILHO, 1990, p.12). Destacam-se aqui os alemães e os suíços. Nesse sentido a intencionalidade era a de “preservar o patrimônio cultural, incluindo a religião, a língua e o sistema de interesses dos seus países de origem” (RAMALHO, 1976, p.54).

Num segundo momento por volta de 1850, chegaram outras denominações protestantes com a finalidade explícita de propagarem a sua fé, e “esse segundo impulso responde pela inserção no país de que chamamos aqui de *protestantismo missionário*”. Através dele, instalaram-se no Brasil a Igreja Congregacional, a Presbiteriana, a Metodista, a Batista e a Episcopal” (MENDONÇA; FILHO, 1990, p.12). Convém mencionar que o protestantismo missionário chegou ao Brasil por meio dos Estados Unidos decorrente do esforço de missões das diversas denominações históricas acima citadas.

Gradativamente, as vistas esclarecidas dos grandes assuntos de tolerância e liberdade tornam-se mais disseminadas entre o povo brasileiro, fato que desencadeia a abertura de uma profissão de fé nova, sendo nesse ambiente de novos anseios, que o protestantismo ganhou espaço e se estabeleceu, na tentativa de propiciar ao povo brasileiro “o que há tão longo tempo estão sistematicamente esperando: O evangelho da verdade para o seu próprio uso pessoal” (KIDDER e FLETCHER, 1941, p.294).

Finalmente é preciso lembrar que o foco da análise incide num período histórico determinado, a República Velha, período em que a política esteve inteiramente dominada pela oligarquia cafeeira, em cujo nome e interesse o poder foi exercido. É necessário um olhar para o cenário sócioeconômico do Brasil e sua relação com o capitalismo para compreender o sucesso do protestantismo.

### 2.1.1 Os Anglicanos

Os ingleses estavam diretamente ligados ao comércio, uma vez que, com o tratado de comércio e a abertura dos portos, alguns privilégios lhes foram concedidos no Brasil. Dentre os privilégios estavam o da prática particular do culto anglicano, o que favoreceu não só a entrada, como também a permanência deste grupo por aqui.

Ao que consta nos documentos analisados, esses foram os primeiros protestantes a se estabelecerem no Brasil, e também a fixarem igrejas. No primeiro momento, em 1810 aproximadamente, os cultos anglicanos eram realizados dentro dos próprios navios, navios de guerra, posteriormente eram realizados, segundo o jornal *O Puritano*,

na residência do ministro Lord Strangford, que lançou a 12 de agosto de 1819, nesta capital, à rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, a pedra fundamental de sua capela. O Rev. Crane foi o primeiro Capellão, em 1898-99 procedeu-se a reconstrução do edifício, desta vez com forma exterior de templo – a gothica (O PURITANO, 20-07-1932, p. 07).

A capela só foi inaugurada em 1822, poucos meses antes da independência do Brasil, no Rio de Janeiro, e foi o primeiro edifício para o culto protestante erguido, em tempos modernos no Brasil (REILY, 2003).

O culto anglicano no Brasil, sempre se caracterizou pelo atendimento religioso dos ingleses, na sua forma litúrgica tradicional no idioma inglês, e não pela propagação da sua fé protestante à população brasileira (REILY, 2003). Mais de quarenta anos depois do estabelecimento dos anglicanos no Brasil, eles possuíam apenas duas igrejas, a do Recife e a do Rio de Janeiro, com o atendimento religioso somente em Inglês.

Levando em consideração que a população brasileira era praticamente analfabeta, isso nos leva a concluir que os anglicanos, não tinham o propósito de propagar a sua fé, mas sim de manter suas origens. É possível afirmar que a intencionalidade deste grupo no Brasil era muito mais financeira e comercial do que religiosa.

Pode-se verificar a “presença deste grupo na província de São Luiz, aproximadamente a partir de 1812, quando as firmas inglesas aportaram em São Luiz” (SANTOS, 2006, p.31), porém, não houve a presença de templos propriamente ditos. Acreditamos que os cultos eram realizados na residência dos próprios ingleses, conforme determinava a Lei do Código Criminal em seu artigo 5º.

### 2.1.2 Os Luteranos

Sob a ótica institucional, ou seja, com a formação de comunidades permanentes e com protestantismo de imigração, os alemães foram os primeiros protestantes a se estabelecerem definitivamente no Brasil. “A primeira leva de imigrantes alemães radicou-se em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1824, formando a colônia de 334 imigrantes acompanhados por seu pastor, Friedrich Oswald Sauerbronn” (REILY, 2003, p.58). Isso se deu graças à política de colonizar o Brasil com agricultores europeus, um acerto de D. João VI, com a confederação suíça, que foi seguido rigorosamente por D. Pedro I.

A primeira Igreja em forma de templo foi construída no Rio de Janeiro.

Esta realizou o seu primeiro culto, à rua Matacavallos, agora rua Riachuelo, inaugurado, a 27 de julho de 1845, à sua capella a rua dos Inválidos. O Rev. Neuman, foi o seu primeiro pastor. O templo, stylo colonial, é agora a rua Carlos Sampaio. Pastor L. Holpffuer (O PURITANO, 20-07-1932, p.07)

Além dos luteranos estabelecidos no Rio de Janeiro, outros alemães de confissão luterana se deslocam para a Província do Rio Grande do Sul, a respeito das colônia, Reily (2003), registra: as mais importantes colônias dos primeiros anos de colonização, nas outras regiões, são as das províncias de São Paulo (1827 – 1824), Santa Catarina (1828 – 1830 e Paraná (1829).

No que tange à chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, e a fundação de Igreja Protestante, Reily nos aponta:

Aproximadamente 4.800 alemães chegaram ao Rio Grande do Sul até 1830, e logo fundaram suas igrejas e escolas. As primeiras destas comunidades e seus respectivos pastores foram: São Leopoldo (1824), sendo Johann Georg Ehles pastor de 1826 a 1844; Três Forquilhas (1826), sendo Kal Leopold Voges pastor de 1826 a 1829; Campo Bom, Christian Klingelhoffler pastor de 1829 a 1838.[...] as comunidades alemães, assim estabelecidas, eram tipicamente igrejas de imigrantes. Usavam a língua materna nas igrejas e escolas, e muitos entenderam que a manutenção do idioma era essencial à conservação da fé evangélica (REILY, 2003, p.58).

Desse modo, baseado nos documentos analisados, concluiu-se que esse grupo era muito fechado, ficando à margem da cultura brasileira, por forças das condições da vida rural, lugar onde eles predominavam. Em virtude das fazendas ou propriedades rurais ficarem distantes e os meios de transportes serem limitado, as reuniões e cultos eram de difícil acesso, ou mesmo restritas a poucos. Assim sendo, a preservação da fé ficava por conta dos cultos domésticos e das orações realizadas em casa.



### 2.1.3 Os Metodistas

No período que correspondeu à chegada dos missionários metodistas, segunda metade do século XIX, o Brasil, era um país monárquico, basicamente agrícola, com transportes atrasados e mão de obra deficiente, “no campo religioso predominava a Igreja Católica. Era, na verdade, um cristianismo utópico, mais aparente do que real” (SALVADOR, 1991, p.18).

A partir de agora, deixaremos de lado o protestantismo de imigração, que possuía intenções muito mais comerciais que de propagação de fé, para nos debruçarmos sobre o protestantismo missionário, que conseguiu sobreviver até os nossos dias, com a intencionalidade de catequizar os indígenas, educar a população e propagar a sua fé.

Os metodistas chegaram ao Brasil depois de várias viagens exploratórias de reconhecimento do território. Três anos após essas viagens, o bispo James Osgood Andrew comissionou o jovem Fountain E. Pitts para fazer “uma viagem de reconhecimento às mais importantes cidades da costa ocidental [...], Pitts efetivamente fez a viagem, chegando a organizar pequenos grupos metodistas no Rio de Janeiro” (REILY, 2003, p.100).

Após sua viagem, estabelece-se a primeira missão metodista no Brasil que durou de 1836 a 1841. O primeiro missionário metodista foi Justin Spaulding, de Nova York, que trouxe consigo sua família, chegando ao Rio de Janeiro em 27 de abril de 1836. A respeito da primeira tentativa missionária metodista de estabelecimento no Brasil, com o Sr. Spaulding como precursor, observamos:

A Igreja Methodista Episcopal dos Estados Unidos pertence a honra da primeira tentativa para plantar o evangelho no Brasil, em tempos modernos. Em 1836, o Sr. Spaulding foi ao Rio de Janeiro como missionário daquela igreja (O ESTANDARTE, 14-01-1893, p.03).

Spaulding, quando aportou no Brasil, organizou a primeira escola dominical, e antes de completar um mês de sua chegada, projetou uma escola diária, além do trabalho de evangelização; “durante anos desenvolveram no Rio de Janeiro grandes actividades, pregando e espalhando entre o povo, em profusão, Bíblias, Novos Testamentos e tratados religiosos” (O PURITANO, 20-07-1932, p.07). Paralelo a esse trabalho, escrevia cartas e relatórios constantemente, descrevendo os primórdios do trabalho metodista.

“A pressão financeira daquelles tempos impelliu para o abandono da missão, e o Sr.

Spaulding voltou em 1842” (O ESTANDARTE, 14-01-1893, p.03). A “Missão Spaulding”, durou apenas 6 anos, e os motivos do fracasso desta missão, de acordo com Reily (2003, p.100) seriam:

[...] 1) falta de pessoal missionário; 2) dificuldade de acesso direto ao povo brasileiro devido às superstições e limitação da liberdade religiosa; e 3) arrocho financeiro provocado pela depressão econômica nos Estados Unidos, o chamado “Pânico de 37”.

Durante esse período, os Estados Unidos passavam por uma guerra civil<sup>9</sup>, e os protestantes que, em grande parte eram a favor da escravidão, viram-se suprimidos com o fim da mesma. e então, em busca de novas alternativas, alguns imigraram para o Brasil, visto que nos anos entre 1842 e 1876, o Brasil ainda era um país escravocrata. Entre esses imigrantes, haviam metodistas, presbiterianos, batistas e outros. O principal lugar de estabelecimento desses imigrantes foi Santa Bárbara d’Oeste, no interior do estado de São Paulo. Junius Eastham Newman organizou, em 1871, uma pequena congregação metodista, num lugar denominado Saltinho perto daquela cidade (MENDONÇA; FILHO, 2002, p.102).

Newman percebeu a vastidão que poderia alcançar o seu trabalho, porém sentiu-se limitado, visto que sozinho não alcançaria tamanha imensidão. Desse modo, recorreu aos seus amigos da América, para que lhes enviassem missionários que pudessem acompanhar a obra. Seu principal interesse era “converter os brasileiros que estavam no vício e no pecado fazendo deles verdadeiros cristãos, assim como se estavam fazendo nos Estados Unidos” (EXPOSITOR CHISTÃO, 1910, p.03). Ele escreveu principalmente ao bispo Mc. Tyeire, com a devida atenção, aos apelos veementes do Missionário, foi enviado ao Brasil o Rev. Ransom, que aportou em 1876 e organizou sua primeira igreja, no Rio de Janeiro, em 1878.

Desde então, o trabalho metodista passou a ser realizado nas cidades grandes e médias e voltado para a implantação de escolas, tendo início em Piracicaba em 1879, e espalhando-se por todo o Brasil. Foi assim que o Metodismo tornou-se urbano, voltou sua atenção para o aperfeiçoamento de suas instituições e abandonou as tentativas de avanço missionário. Ele se destaca a partir de sua obra educativa:

com o Collegio Piracicabano, fundado pela educadora Miss Martha Watts [...] seu progresso, no Brasil, tem sido rápido e solido. Além dos inúmeros estabelecimentos educativos, alguns já famosos como o de Granbery, de Juiz de Fora, o Collegio de Porto Alegre, o Piracicabano, o União, de Uruguayana, o Centenário de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul,

---

<sup>9</sup> A Guerra Civil Americana foi um conflito envolvendo o norte e o sul dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865. A guerra ocorreu principalmente pelas diferenças econômicas entre o sul e o norte; essas diferenças ficaram mais evidentes após a independência no ano de 1776.

o Instituto de Passo Fundo, no mesmo Estado, o Methodista de Ribeirão Preto, o Bennett, do Rio de Janeiro, o Isabella Hendriz, de Belo Horizonte, conta com muitos outros de menores proporções e não poucas escolas primarias espalhadas pelos diversos Estados do Brasil (O ESTANDARTE, 04-09-1930, p.11).

Pela citação acima, parece que a ação educativa é quem dá elementos para os Metodistas expandirem sua obra no país, ampliando o seu rol de membros no ano de 1930 para cerca de vinte mil mais ou menos (O ESTANDARTE, 04-09-1930, p.11).

#### 2.1.4 Os Congregacionais

A obra congregacional no Brasil teve início com o médico escocês Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Kalley, que se estabeleceram na ilha da Madeira, em 1838 e começaram um trabalho de serviços médicos combinados com a pregação do evangelho. Os convertidos foram tantos que o partido clerical iniciou uma perseguição violenta contra ele e contra os seus (GONZÁLEZ; ORLANDI, 2008, p.445). Devido a esse fato, eles foram obrigados a voltar para os Estados Unidos, retornando ao Brasil em 1855, ao que consta:

indo residir em Petrópolis, onde permanecera celebrando o serviço divino até 1858, quando se transferiu para essa Capital,<sup>10</sup> organizou nesse mesmo anno a Igreja, estando o seu templo hoje situado a rua Camerino – stylo gótico. Os cultos eram primitivamente realizados à Travessia das Partilhas, depois a rua Larga de S. Joaquim (O PURITANO, 20-07-1932, p. 07).

Três meses após sua chegada, os Kalley organizaram sua primeira escola dominical, em 1858, batizou o primeiro brasileiro protestante além disso, escreveu e traduziu várias obras e apoiou vigorosamente as sociedades bíblicas. Cauteloso, após o acontecimento da ilha da Madeira, Kalley trabalhava dentro dos limites estabelecidos pelas leis brasileiras, seguindo o culto doméstico como modelo de evangelização.

A obra dos Kalley não atingiu um contingente numérico vantajoso, entretanto seu trabalho foi considerado precursor e de grande importância. A esse respeito Reily (2003, p.115) afirma:

Os congregacionais nunca atingiram grandeza numérica no Brasil. Entretanto, por ser a primeira das “igrejas de missão” a se instalar permanentemente, pelas significativas contribuições do casal no setor da

---

<sup>10</sup> No ano de 1858, a Corte do Brasil era o Rio de Janeiro.

hinologia e ainda pelo êxito de uma interpretação mais ampla da liberdade religiosa, a igreja estabelecida pelos Kalley merece destaque.

Enfim, a obra dos Kalley foi significativa para a permanência do protestantismo no Brasil, uma vez que, a partir de seu trabalho, o protestantismo obteve consideração legal e até chegou a conceder validade ao casamento protestante.

### 2.1.5 Os Presbiterianos

Os presbiterianos chegaram ao Brasil em 1859, iniciaram o trabalho com Ashbel Green Simonton, um jovem de 26 anos. O processo de evangelização ocorreu primeiramente na zona rural, e nesse ponto eles vão divergir dos metodistas, que efetivaram a sua obra missionária na zona urbana. A respeito da obra dos presbiterianos, o jornal *O Estandarte* aponta:

Foi criada no Rio de Janeiro uma igreja, de confissão presbiteriana, depois de 1858; em 1873 foi organizada uma igreja em Pernambuco. Todavia a primeira igreja do Rio de Janeiro foi criada pelo Sr. A. G. Simonton, no ano de 1861, “era uma pequena sala no terceiro andar de uma casa em uma das próximas ruas centraes daquela grande cidade. Sua primeira audiência consistiu de dois homens aos quaes teve de dar instruções em Inglez” (O ESTANDARTE 01-07- 1893, p.3).

A igreja localizava-se na rua do Ouvidor, nº 31. A partir da criação da primeira igreja, a obra vai aos poucos se desenvolvendo, de uma reunião para outra, o número de adeptos vai aumentando. Dados do mesmo jornal apontam que, na segunda reunião, havia três pessoas, na terceira seis pessoas e assim esse número foi aumentando e o presbiterianismo se desenvolvendo:

[...] até o fim de 1885, mais de trezentos e vinte pessoas tinham sido recebidas sob profissão de sua fé à comunhão da igreja do Rio de Janeiro, sendo quase todas elas convertidas do Romanismo, ou da infidelidade ou da indiferença a que o Romanismo conduz os homens e pensadores (O ESTANDARTE , 01-07- 1893, p.4).

Agregado à igreja, havia uma sala de preleções, uma escola e uma biblioteca, ocorriam cultos regulares e ainda reuniões de oração.

Ainda segundo *O Estandarte* (1893), em agosto de 1875, foi organizada uma segunda igreja no Rio de Janeiro, que ficou aos cuidados do Sr. J. M. Kyle. O trabalho foi crescendo, e outras necessidades foram surgindo, entre elas a carência da divulgação do evangelho através de outros meios que não mais a pregação. A isso se soma a necessidade de demonstrar o

trabalho dos outros evangelizadores que se encontravam em outros pontos do país.

Com este objetivo, depois de 1864, um jornal quinzenal, chamado *A Imprensa Evangélica*, foi publicado, primeiro no Rio de Janeiro e, alguns anos depois, em São Paulo. Esse mesmo jornal depois de algum tempo passou a ser publicado semanalmente.

De acordo com dados do jornal *O Estandarte* no ano de 1863, a missão se estende para São Paulo seguindo a trilha do café, pregando e criando congregações. Ali o trabalho ocorre a passos muito lentos, já que dois anos após o estabelecimento dos missionários, havia apenas 15 comungantes na Igreja. Assim o impulso do trabalho missionário em São Paulo correu por meio da criação de escolas.

Há indícios da criação de uma escola junto à igreja, posteriormente em 1878 um departamento de ensino em forma de pensionato destinado a mulheres; em 1885, abriu-se comodidades de ensino pensionista para os homens. No que se refere à função destinada às escolas, *O Estandarte* (01-07-1893, p.4), apresenta estas como “[...] indispensáveis em qualquer parte onde as igrejas são fundadas e sua importância sobre o futuro da nação não pode ser avaliado jamais”

Dados do jornal *O Estandarte* de 1893, apontam a chegada da ação missionária na Bahia em 1871. Logo em seguida em Sergipe e, posteriormente, o trabalho se estende a Aracaju, Laranjeiras onde em dezembro de 1884 se estabelece uma igreja. É nesse momento que ocorre uma efervescência do movimento protestante em todo o Brasil, se estendendo aos vários Estados, entre eles Minas Gerais e logo também a toda a região Sul do Brasil.

### **2.1.6 Os Batistas**

Segundo Reily, (2003), anterior ao momento de fixação no Brasil, houve entre os batistas, uma tentativa fracassada de estabelecimento, aproximadamente em 1859, com Thomas Jeferson, que veio para o Rio de Janeiro, tentando evangelizar escravos em sua própria língua, mas foi expulso do país pouco depois de sua chegada.

A presença batista era significativa em Santa Bárbara d’Oeste em São Paulo. Nessa cidade, eles se fixaram em 1871, com a criação da primeira igreja batista de americanos, para

americanos, que ficou conhecida como Igreja Batista Colonial.

No mesmo ano, fixaram-se em São Paulo, mas desta vez com a Igreja Batista Catequética. É importante verificar que a Igreja Batista Missionária é a última a se estabelecer, e ainda assim é designada a priorizar as regiões mais longínquas, como a Bahia.

Em relação aos batistas que se fixaram no Brasil, vindos dos Estados Unidos, registra-se que sua presença é mais notória a partir de 1881, quando destacaram-se, nas ações batistas, os missionários, Revs. William Buck Bagby e Z. C. TAYLOR (*O PURITANO*, 20-07-1932, p.07). No ano seguinte, precisamente em 15 de outubro de 1882, eles fundaram a primeira Igreja Batista Missionária na Bahia. A criação dessa Igreja deu margem à criação da Igreja do Rio de Janeiro, presidida pelo Rev. Bagby a 24 de agosto de 1884, na rua Dr. Cassiano, de onde depois se transferiu para diversos locais, até que, a 1 de janeiro de 1928, foi inaugurado na rua Frei Caneca, o seu belo templo, em *stylo* grego-clássico, de ordem jônica, sob o pastoreado do Rev. Francisco Fulgencio Soren .

Em fim, os batistas se espalharam por todo o território brasileiro estabelecendo congregações. A semelhança com outros grupos religiosos, como os metodistas e resbiterianos, se dá pelo fato de que esse grupo também organizou muitas escolas, porém essa nunca foi uma preocupação primordial; ao que consta, suas estratégias eram muito mais expansionistas, partindo da evangelização rural, e depois para a evangelização urbana.

### **2.1.7 Os Episcopais**

As primeiras tentativas de estabelecer missões episcopais no Brasil datam de 1853, quando W. H. Cooper embarcou em uma nau que naufragou. Depois do trágico acontecimento, passaram-se quase sete anos, para que um novo missionário fosse enviado ao Brasil. Em fins de 1860 foi enviado o escocês Richard Holdem, que trabalhou por três anos no Pará e na Bahia sem conseguir estabelecer uma missão permanente (REILY, 2003).

Somente com a chegada de James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolvin, as vésperas da primeira República, os episcopais iniciaram verdadeiramente uma missão no Brasil. O local escolhido como sede da missão foi o Rio Grande do Sul, e isso se justifica por não haver

ali outras missões. O primeiro templo organizou-se a 1 de junho de 1990, na rua Voluntários da Pátria (O PURITANO, 20-07-1932, p.07).

Dentre as ações dos episcopais, destacamos, em julho de 1890, o início de cultos regulares, segundo o rito episcopal, uma escola em Porto Alegre - RS e em agosto de 1891, receberam dos presbiterianos uma congregação na cidade de Rio Grande. Fundaram também o seu jornal, *O Estandarte Cristão* (REILY, 2003).

De modo geral, a obra dos episcopais não teve o alcance nem a expansão rápida que tiveram outras igrejas protestantes no Brasil, como a Metodista, a Batista e a Presbiteriana, mas, assim como as outras foi de grande importância para a propagação do protestantismo no país.

## **2.2 O Protestantismo Missionário no Sul de Mato Grosso**

As primeiras iniciativas protestantes chegaram ao Sul de Mato Grosso por volta da segunda metade do século XIX, mas só se estabelecem, definitivamente, no início do século XX. Durante o período de fixação dos primeiros protestantes, o Sul de Mato Grosso ainda era uma vasta zona de pastagem pouco habitada.

A região foi colonizada basicamente por mineiros e paulistas, e posteriormente por paranaenses e gaúchos, e logo por “filhos de outros Estados”. Antes da ocupação, já havia no Estado a presença indígena. Segundo as idéias de Borges (2001), as primeiras tentativas de penetração e ocupação do Mato Grosso se iniciaram a partir do século XVI, por intermédio dos espanhóis, inclusive com a formação de povoados nas proximidades do Rio Paraguai, porém essas ações não se concretizaram em decorrência do isolamento territorial, a inexistência de base econômica e a hostilidade dos indígenas (BORGES, 2001).

Desse modo, é somente no século XVIII, que a região Sul de Mato Grosso iniciou o seu desenvolvimento econômico, através da atividade mineratória, mais precisamente. Outro fator que contribuiu significativamente para a economia foi a extração de ouro em Cuiabá a partir de 1719, exaurindo-se em 1727, e reaparecendo a partir de 1738, em vários locais até verificar novos declínios (BORGES, 2001). “A mineração constituiu um mercado interno

mais amplo do que o da grande lavoura, especialmente em torno da atividade não agrícola e também por meio de alguns centros urbanos” (SILVA, 2007, p.18). De acordo com os fatos acima citados, percebemos que a atividade mineratória constitui-se como a mola propulsora da economia no início da colonização do Sul de Mato Grosso.

Podemos dizer que o Estado de Mato Grosso, principalmente a região Sul, tardou no seu processo de urbanização principalmente por ser uma região afastada do que se considerava “grandes centros” nesse período. Para tanto, o Estado era visto como um local “com vias de comunicação e transporte precários, lenta dinâmica das atividades produtivas, local de pessoas rudes, imensos espaços não habitados pelo homem “civilizado” [...] a presença de grupos indígenas” (GALETTI, 2000, p.88).

No que se refere à ação evangelizadora, essa se inicia no século XX, com a instalação dos primeiros protestantes no município de Corumbá, por volta de 1911, durante esse período o mais importante centro comercial do referido Estado (SILVA, 2007).

Pessoas de vários lugares do Brasil eram atraídas para a região em busca de terras férteis e uma melhoria de vida; isso fez com que protestantes de várias denominações religiosas migrassem para a região Sul de Mato Grosso, outro fator, foram as perseguições que enfrentaram nos lugares onde residiam. Assim, “esses pequenos grupos de denominações protestantes chegaram ao Sul de Mato Grosso e se reuniram para estudar e pregar a ideologia de suas igrejas. Na região Sul de Mato Grosso é a ação dos Batistas e dos Presbiterianos” (SILVA, 2007, p.13).

Nesse momento estamos falando de ação evangelizadora, da população de modo geral e, nesse sentido, os batistas são os primeiros a se estabelecer no município de Corumbá. Em um segundo momento, quando falarmos de ações de evangelização entre os indígenas, se destacará o município de Dourados, com ações voltadas aos indígenas Caiuás, com a “Associação Evangélica de Catechese dos Índios do Brasil”, criada em 1929.

A primeira igreja protestante da região Sul do Estado de Mato Grosso foi organizada pela denominação Batista em 20 de agosto de 1911, no município de Corumbá, com quatro membros portadores de cartas demissórias da Igreja de Rio Claro, Estado de Alagoas (NOGUEIRA, 2004).

Relatos de 1926 já apontam para um trabalho de expansão protestante no município de Corumbá, com a criação de um instituto para o preparo de evangelistas. Apontaremos, a seguir, o trabalho que foi desenvolvido em todo Estado de Mato Grosso:



Em Mato Grosso estabeleceu-se um ponto em Cárceres, base do trabalho entre os Nhambiquaras, Parecis, Cabixis e Chiquitos, da zona brasileira. O povo de Cárceres recebeu muito bem o Evangelho, havendo conversões. Em Corumbá foi criada uma escola para o preparo de evangelistas. Afim de percorrer mais de 4.000 milhas de rios navegáveis, está em construção no Rio de Janeiro a lancha “ Esperança”, sob a direção de nosso irmão o Sr. Alfredo Rocha. Em Bananal houve recentemente três conversões, sendo um dos novos crentes official do Serviço de Proteção aos Índios, agora em serviço entre os Kaiuás (PURITANO, 19-05-1926, p.01).

A partir da citação acima, observamos que desde a chegada dos primeiros protestantes ao Sul do Estado de Mato Grosso, os grupos missionários tiveram uma preocupação de transformar os “hábitos” e a “cultura” dos indígenas, tentando inserir a cultura não índia, pois através dos indígenas eles chegariam aos não índios. Assim sendo, é por meio das missões que eles ganharam espaço no Estado e conseguiram efetivar um trabalho civilizatório envolvendo índios e não índios. O que fizeram os missionários protestantes se assemelha, em alguns aspectos, ao que fizeram os jesuítas no período de colonização do Brasil.

A denominação protestante mais antiga na região Sul de Mato Grosso são os Batistas que, após se estabelecerem em Corumbá seguem para Campo Grande em 1917. Em 1930, já tinham um trabalho muito organizado de propagação do evangelho através das igrejas, e também outras instituições que serviam como ponto de apoio e disseminação das ideias protestantes da dada denominação.

O jornal *O Estandarte* referencia alguns dos trabalhos Batistas em Campo Grande a partir desse período, destacando: “A convenção Batista matogrossense” foi realizada em 18 de fevereiro de 1930 para tratar dos negócios concernentes a essa instituição; os indícios apontam os estabelecimentos de algumas instituições que contribuem para o desenvolvimento do trabalho dos Batistas em Mato Grosso, entre elas destacam-se: o Hospital Batista Matogrossense, o Ginásio Batista e a Sociedade Batista de Educação também conhecida como SOMABE, outro passo na evangelização de Mato Grosso foi a criação de Associações Evangélicas Estaduais (O ESTANDARTE, 11-09-1930). No ano de 1967, já havia em Campo Grande oito igrejas Batistas.

Outro município que apresentou manifestação protestante muito cedo foi Três Lagoas, desde 1920, também por intermédio da denominação supra mencionada. Apesar da fixação dos batistas no dado município, eles não possuíam igreja em forma de templo, essa só é organizada em 1925. Nesse período, contavam com 18 membros atuantes. Anterior a esse momento, funcionava apenas uma organização congregacional missionária (SILVA, 2007).

Entre os presbiterianos destaca-se o trabalho de catequese aos índios, estabelecidos em 1929 no distrito de Dourados, pertencente ao Município de Ponta Porã, localizado ao Sul do Estado de Mato Grosso.

Posteriormente, essa denominação segue para o município de Campo Grande, fixando-se em 24 de abril de 1935, sob a direção do missionário Phillippe Landes. Nos primórdios do estabelecimento dessa denominação, destacam-se também os missionários Salley, Lenington, Buyers e Adam Martin.

Em outubro de 1960, os presbiterianos fundam a Escola Primária Evangélica, em convênio com o Estado, os cursos oferecidos eram o primário e admissão para o ginásio (BRASIL PRESBITERIANO, 01-07-1967, p.05). Desde a chegada dos primeiros protestantes, várias denominações estendem suas ações para a área educacional no sentido de disseminar suas ideias e consolidar sua ideologia através das escolas confessionais que eram um meio de penetração nas camadas burguesas. No trabalho educacional, destacam-se os metodistas e os presbiterianos; na específica região que constitui o lócus de nossa pesquisa, são os presbiterianos que se sobressaem.

A educação não foi apenas mais um meio de expansão protestante, mas também foi uma forma de se adquirirem mais adeptos e se inserir culturalmente, uma vez que essas escolas divulgam não só o pensamento, mas o estilo de vida e os hábitos de trabalho. Enfim, as escolas são um verdadeiro “campo de missão” protestante no Brasil.

No ano de 1964, o campo missionário da Igreja Presbiteriana na região Sul de Mato Grosso se ampliou ainda mais, se estendendo para Coxim e Rio Verde (BRASIL PRESBITERIANO, 01-07-1967, p.05). Quanto as outras denominações protestantes, elas se fixam nessa região em um momento posterior a esse, porém sem muitos avanços. Elas caracterizam-se principalmente pela construção de templos e divulgação do evangelho, através da pregação, se destacando apenas na disseminação da religião protestante.

### **2.3 A palavra impressa e a propagação da fé**

O protestantismo de um modo geral sempre teve uma preocupação com a divulgação

da Bíblia, e o primeiro passo dado para a divulgação das verdades registrada nas escrituras sagradas foi a disseminação da palavra impressa. Para Lutero, essa verdade precisava ser disseminada a um maior número de leitores, “não somente em latim, mas também nas línguas vulgares. Era preciso tornar a leitura (...) mais facilmente acessível a um público muito vasto, sendo esta uma das principais tarefas da imprensa no seu começo”(FEBVRE; MARTIN, 1991, p.361).

Nesses termos, afirmamos que a impressão das escrituras indubitavelmente foi a mais poderosa ajuda dada aos reformadores religiosos. “A Bíblia era lida por pessoas de todo nível social, e suas palavras e idéias tornaram-se a propriedade comum e o padrão espiritual do povo em geral” (EBY, 1978, p.16).

A “palavra impressa” com fins de divulgação cristã e de evangelização chegou ao Brasil nos oitocentos, através do trabalho sistemático de propaganda desencadeado pela Sociedade Bíblica Estrangeira Britânica e, posteriormente, pela Sociedade Bíblica Americana e pela Missão Brasil<sup>11</sup> (NASCIMENTO, 2002, p.03).

A Sociedade Bíblica Americana iniciou o envio das escrituras sagradas para o Brasil a partir de 1816, e faziam com que alguns exemplares circulassem. Na década de 20, esse envio se intensificou graças a um reverendo chamado Boys:

Essa nova fase se liga a uma carta do Rev. Boys, capelão britânico na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, que passou algum tempo no Rio de Janeiro em fins de 1819. Impressionado com a ausência da Bíblia, da escola, e da “pura religião” que observava, Boys propôs o estabelecimento de uma sociedade bíblica auxiliar, para facilitar a distribuição de Bíblias em português aos brasileiro (REILY, 2003, p.77).

A carta de Boys foi transmitida e logo buscaram pessoas com influência no Brasil, para que pudessem efetivar esse trabalho. Foi desse modo que iniciou o processo de divulgação da palavra impressa.

Anterior ao estabelecimento definitivo de agências das sociedades bíblicas no Brasil, a “palavra impressa” era distribuída através de missionários, vendedores e negociantes residentes nos portos. Estas Bíblias eram entregues às pessoas que manifestavam interesse de conhecer as escrituras sagradas.

As sociedades bíblicas eram “entidades mundiais que tinham como finalidade a divulgação integral ou parcial da Bíblia na língua vernácula de cada povo” (NASCIMENTO,

---

<sup>11</sup> Órgão vinculado à Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos.

2002, p 04).

Foi a Sociedade Bíblica Americana que forneceu livros Bíblias aos missionários metodista Kidder e Spaulding, e aos primeiros missionários presbiterianos Simonton, Chamberlain, Lane e outros.

O envio de livros, aos poucos, foi se tornando um trabalho mais especializado, sendo efetuado somente por pessoas credenciadas, denominadas de agente e *colporteur*<sup>12</sup>:

O primeiro tinha nível superior e era o representante nacional da instituição. Já o *colporteur*, no Brasil se caracterizou como o distribuidor e vendedor ambulante de impressos protestantes [...] sua missão era a de criar polêmica com as autoridades eclesiásticas locais através da imprensa e observar a cidade mais propícia para as futuras instalações de igrejas e escolas protestantes mesmo que não tivesse muita familiaridade, era orientado a demonstrar muito entusiasmo na apresentação (NASCIMENTO, 2002, p.04).

As denominações protestantes que mais se destacaram na distribuição de Bíblias foram os metodistas e os presbiterianos. Um missionário presbiteriano, o Rev. A. L. Blackford, foi nomeado agente da Sociedade Bíblica Americana. Seu trabalho, a partir do ano de 1877, era instruir os *colportores* e planejar a larga distribuição das escrituras sagradas. Posterior a Blackford, foi agente da sociedade em 1880 o Rev. William M. Brown, ministro da Igreja Congregacional.

No período de estabelecimento das sociedades bíblicas no Brasil, elas se dividem de modo a realizar o trabalho da melhor maneira possível, com o objetivo de atingirem o maior número possível de pessoas. Para tanto, cada sociedade fica responsável de efetuar a distribuição de Bíblias em uma parte do país. De maneira sucinta, as ações se dividem da seguinte forma:

A Sociedade Britânica responsabiliza-se pelo trabalho nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, [...], metade do Estado do Rio de Janeiro servida pela E. de F. Leopoldina, o centro e norte do Estado de Minas Geraes, os Estados do Espírito Santo, Bahia e Sergipe.

A Sociedade Americana fica responsável pelo trabalho nos Estados de Paraná, S. Paulo, a parte sul do Estado do Rio de Janeiro servida pela E. de F. C. Brazil, o sul e oeste de Minas Geraes, como um districto. O seu segundo districto consta dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão (O ESTANDARTE, 1903, n.28, p.23).

Quanto aos outros Estados, como Goiás, Pará, Amazonas e Mato Grosso e também o Distrito Federal, ficaram temporariamente como território das duas Sociedades divisão que teve início no dia 01 de julho de 1903, e vigorou por um espaço de três anos.

---

<sup>12</sup> Vendedor de livros religiosos

Em estatística efetuada no ano de 1926, o percentual de distribuição de escrituras sagradas ultrapassou os mais de 143.803 (cento e quarenta e três mil e oitocentos e três volumes). Nesse mesmo ano, já existia uma sub-agência da Sociedade Britânica para atender as necessidades da bacia do Amazonas. O ano de 1927, foi o ano do jubileu do trabalho organizado da Agência Brasileira da Sociedade Britânica. Durante a comemoração foram distribuídos folhetos e tratados que continham divulgação do evangelho, e do trabalho das agências.

A sociedade não possui grande patrimônio, depende principalmente de ofertas das igrejas e de contribuições individuais para a sua manutenção e extensão da obra mundialmente. Os países que sediam as matrizes foram muito generosos na distribuição de fundos ao seu dispor anualmente. Isso se deve ao fato da expansão da obra de distribuição de Bíblias (O ESTANDARTE, 10-02-1927, p.06).

Percebendo o alcance da obra que as Sociedades Bíblicas alcançaram, os protestantes, de modo geral, perceberam desde muito cedo a importância dos impressos como meio de divulgação da ideologias protestantes. Nos primórdios da chegada dos primeiros protestantes ao Brasil, como já vimos a Bíblia foi o impresso utilizado para a divulgação das ideologias protestantes. Porém levando em consideração o tamanho da obra de evangelização em todo o Brasil e logo a expansão das missões, foi necessário outro meio de comunicação que atingisse a população; agora não mais divulgando somente a palavra, mas um estilo de vida, os hábitos de trabalho, as ideologias protestantes, as obras missionárias e o trabalho educativo. A partir dessa necessidade, surgem vários impressos no Brasil, divulgando tudo que ocorria nos lugares mais longínquos em que se estabelecia uma obra de evangelização, fosse uma escola, uma igreja ou uma missão.

Os impressos no Brasil tiveram uma dupla função: em um primeiro momento, disseminar a religião protestante e, num segundo momento, era o meio de comunicação utilizado entre as diversas denominações para apresentar as ações efetuadas em todos os lugares do país. “A circulação múltipla dos escritos impressos modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações de poder” (CHARTIER, 1991, p.178).

Na religião protestante, os impressos ocuparam e ocupam um lugar significativo, pois é a partir destes que os protestantes divulgam suas ações e adquirem mais seguidores. Para tanto, esses jornais estão recheados de simbolismos, os quais nossa pesquisa buscou

identificar (pelo menos alguns). As significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais são percebidas pelos leitores (CHARTIER, 1991, p.178).

Nesse sentido, os impressos analisados eram muito mais que jornais, cartas e folhetins, eram abstrações do real, que permitiam ser lidas a partir de sua forma simbólica. Por forma simbólica entende-se “todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p.19).

Os impressos disseminados por todo o país eram muitos desde folhetos, romances, livretos, livros doutrinários, cartilhas, livros de história, revistas e jornais, esses últimos se caracterizaram como fonte de pesquisa para este trabalho.

## 2.4 Os jornais protestantes no Brasil

Os tipos de impressos de denominações protestantes disseminados por todo o país eram muitos, desde folhetos, romances, livretos, livros doutrinários, cartilhas, livros de história, jornais e revistas, porém, elegemos como fonte de pesquisa os impressos *O Estandarte*, *O Expositor Cristão*, e *O Puritano*. Por isso, faremos um panorama geral desses impressos, que foram de suma importância para a difusão do protestantismo no Brasil.

O primeiro periódico protestante a circular no Brasil foi o jornal *Imprensa Evangélica*, criado no ano de 1864:

Primeiro órgão de comunicação presbiteriano brasileiro e fundado pelo missionário norte-americano Ashbel Green Simonton, foi subvencionado pela junta de Missões da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, de Nova Iorque. Com sua morte, em dezembro de 1867, seu cunhado, o missionário Alexander Latimer Blackford, assumiu a direção. Este pretendia publicá-lo na Tipografia Universal de Lammert. Entretanto, após os irmãos Laemmert sofrerem ameaças, passou a imprimir na Tipografia Perseverança, localizada a rua do Hospício, n. 99, no Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2002, p.07).

O jornal durou cerca de 28 anos. Era um jornal de grande aceitação não somente onde residiam evangélicos, como também em outros grupos sociais, sendo amplamente lido. Em 1892, o jornal deixou de ser publicado, ficando a Igreja Presbiteriana do Brasil sem um veículo de comunicação oficial de longo alcance, mas já no ano de 1893 era fundado o jornal

*O Estandarte*, impresso que existe até os dias atuais, porém já não mais pertence à IPB, porque depois da cisão, em 1893, uma briga interna de cunho doutrinário, que deu origem à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, o jornal passou a ser um órgão de comunicação desta segunda denominação.

## **2.5 O jornal *O Estandarte*: características materiais e conteúdo**

O *Estandarte*, atualmente é órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, foi fundado em 07 de janeiro do ano de 1893, pelos Reverendos Eduardo Carlos Pereira e Bento Ferraz e Presb. Joaquim Alveus Corrêa. Este último sucessor do jornal *Imprensa Evangélica*, fundado em 05 de novembro do ano de 1864.

O jornal era impresso em São Paulo, sua redação estava localizada na Rua 24 de maio, n. 48, na época centro da cidade, seus primeiros redatores foram: E. Carlos Pereira, Bento Ferraz e J. A. Correia. Sua Tipografia intitulava-se: *Typographia da Sociedade Brasileira de Tractados Evangélicos*.

Seus colaboradores oficiais eram J. R. C. Braga, J. Zacharias de Miranda, Álvaro E. dos Reis, H. E. Gouvêa, Benedieto Ferraz de Campos, Remiio de Cerqueira Leite, Dr. Bernardo da Silva, José Primenio, B. de Araujo Cesar, Joaquim Ribeiro e David dos Santos.

As primeiras edições impressas no ano de 1893, que compõem as edições numéricas que vão de 01 a 52, eram compostas de quatro páginas, cada página era dividida em quatro colunas, cada coluna media horizontalmente sete centímetros, as letras com espaçamento simples, a fonte se assemelha com a Times New Roman, o enunciado das notícias trazia fontes de três a quatro vezes maiores que a letra do corpo do texto, o tamanho e o formato das letras mudavam de acordo com a ênfase dada a notícia, quanto mais ênfase, maior o tamanho.

Entre as 52 edições de 1893, 1894, 1895, as 51 edições do ano de 1896, as 52 de 1897, as 53 de 1898 e 52 de 1899, praticamente não houve nenhuma mudança na estrutura material deste jornal, apenas em 1900, há uma leve mudança, inserindo-se a propaganda, anúncios de venda, de lojas, enfim esse espaço é aberto à população de modo geral.

A capa do jornal compunha o nome do jornal, inicialmente só Estandarte, com letras de 3cm de comprimento e 1 cm de diâmetro, em negrito, logo abaixo havia uma versículo que dizia, “passae, passae pelas portas, preparaê a estrada ao povo, fazei plano o caminho, escolhei as pedras e ARVORAE O ESTANDARTE A’S GENTES”.Logo após, um espaço semelhante ao espaço duplo conhecido hoje e logo uma linha dividida em cinco colunas, que traziam respectivamente as seguintes informações: ano do jornal, endereço para o qual as pessoas poderiam enviar notícias, relatos, com interesse de publicação. Logo na próxima coluna havia o nome da cidade de impressão, data, mês e ano; na penúltima coluna, havia o endereço da redação do jornal e, por fim, na última coluna o número da edição do impresso. A numeração das páginas constavam no canto superior direito de cada página, no que tange às notícias, o impresso também contava com uma divisão de quatro colunas, ao que se pode supor que, em virtude das letras pequenas, era uma forma de organização para facilitar a leitura.

Durante as edições do ano de 1893, não havia nenhum tipo de imagem ilustrativa nos jornais. Supomos que dois fatores foram primordiais para isso: primeiro o atraso tecnológico em que vivia o país no dado período e, segundo o alto preço para a reprodução de imagens, o que acabou tardando o seu processo de inserção no meio jornalístico.

Os impressos, até o ano de 1905, possuíam a mesma característica material: quatro páginas, letras pequenas, no modelo de impressão utilizado na época, normalmente a impressão através de prelos simples, ou manualmente. Eram esses os modelos de impressões mais utilizados no início do século XX. Isso se deve à falta de recursos financeiros que viabilizassem a compra de máquinas modernas, no entanto com o crescimento e a expansão desses jornais, há uma otimização de recursos o que ocasionou a atualização da maquinaria, logo foi possível mudar o formato, as letras, o modelo de organização, colocar animações gráficas, tornando os jornais mais atrativos.

A partir do ano de 1901, o jornal apresentava o seu nome, como acima citado, em letras grandes de tamanho aproximadamente de 3cm de comprimento e 1 cm de diâmetro, logo abaixo havia um anúncio distinguindo a natureza do jornal, no caso, um órgão evangélico presbiteriano.

No ano de 1903 o jornal *O Estandarte* passa oficialmente a pertencer à Igreja Presbiteriana Independente, pois até a última edição do ano anterior o mesmo ainda recebia a denominação de órgão evangélico presbiteriano.



No ano de 1905, o jornal possuía letras mais desenhadas, no entanto nas demais características nada foi acrescentado ou retirado até o ano de 1912, no qual há uma reestruturação na impressão desses jornais. Entende-se que muito mais que uma mudança de estrutura física e material, há uma reestruturação financeira capaz de ampliar o rol de alcance, o número de páginas que se estendeu de 4 para 12, as colunas foram diminuídas de 4 para 2, as letras ficaram maiores, o espaçamento maior deixou a leitura mais prazerosa. Essa foi mais uma estratégia visual para atrair mais leitores, otimizada por questões financeiras, já que a letra miúda deixava a leitura enfadonha e afastava os leitores pouco interessados.

Em 1913 o jornal ganha nova capa, com letras desenhadas, no formato brush Script MT, agora seu nome não está mais na horizontal como nas edições anteriores, e sim girando um ângulo de aproximadamente 30°. A capa já não contava com as seções divididas em quatro, continha dois desenhos de papiros, um do lado esquerdo e outro do direito no qual havia, no primeiro, a informação do grupo redator do jornal e no segundo as informações dos diversos presbitérios espalhados pelo Brasil. Assim sendo, a única informação de capa que mudava constantemente era a informação dos presbitérios, nas edições do dado ano ao qual nos referimos acima o número de páginas aumentou para 20, isso se deve ao estabelecimento financeiro pelo qual passava a denominação responsável pelo mesmo.

A partir de 1913 as gravuras foram aparecendo timidamente nos jornais em formato de caricatura. A primeira gravura de que se tem notícias nos jornais tratados foi a do Colégio Evangélico da Igreja Presbiteriana Independente, supostamente o de São Paulo. A imagem foi capa da edição 36, de 04 de setembro de 1913, tratava-se de uma figura nos moldes góticos, que se destacava por sua verticalidade e majestade.

Após o estabelecimento do jornal *O Estandarte*, e a mudança em sua estrutura física e material, este não possuía características rígidas quanto ao número de páginas a ser publicado, a publicação dependia da quantidade de cartas, do nível da informação enviada à edição dos jornais. Em 1914 as capas voltam a ter o formato semelhante às primeiras publicações com letras quadradas e horizontalizadas.

Em 1915 as oficinas do jornal mudaram para a Rua visconde de Ouro Preto nº20, ainda na cidade de São Paulo. Seu redator responsável continuava sendo o Rev. Eduardo Carlos Pereira e o tesoureiro responsável o senhor Isidro Bueno.

Em 1916 a única mudança significativa é a utilização de mensagens razoavelmente longas na capa de abertura do presente jornal, como forma de induzir os leitores a refletirem

sobre a “palavra de Deus”, antes do início da leitura das informações propriamente ditas, sendo necessário um “coração puro” para entender a mensagem. Na verdade tratava-se de um apelo emocional com fins de atrair o maior número de assinantes e adeptos à Igreja Presbiteriana Independente.

É importante salientar que o formato da capa do jornal mudava constantemente, principalmente quando se tratava de edições especiais, entretanto não ficaremos nos atendo aqui a todas essas mudanças, só à guisa de informação estamos salientando que elas existiam e eram constantemente aplicadas. Essas alterações eram mínimas não influenciando o conteúdo específico do jornal, no entanto eram um marco indicativo de mudança.

Outra característica de grande importância na forma material dos jornais são os anúncios; os grandes estavam na contra capa do jornal e não no final como conhecemos hoje. Antes mesmo das notícias vinham os anúncios, supomos que se tratava de uma estratégia para atrair anunciantes e financiar os gastos com a impressão.

No ano de 1917 a única mudança significativa foi o retorno da capa mais desenhada com bordas e a utilização do nome do jornal descrito anteriormente com letras desenhadas e girando em um ângulo de aproximadamente 30°. Isso ocorre até o ano de 1932; no período correspondente a 1919, é inserido o sumário na capa do jornal, especificando o conteúdo a ser tratado.

Em 22 de março do ano de 1923, a redação do jornal passa temporariamente a J. A. Correia, J. M. Higgins e Albertino Pinheiro, sendo o tesoureiro o senhor Adolpho Hempel. Em 28 de fevereiro de 1924 a redação geral ficou a cargo do Rev. Bento Ferraz, ficando J. A. Correia. A função de redator gerente e de redator auxiliar ficaram para o senhor Albertino Pinheiro; por fim, como tesoureiro, o senhor Adolpho Hempel. No segundo semestre de 1924 mudou a pessoa do tesoureiro ficando a cargo do Dr. Flaminio Faveiro. Em 07 de março de 1929 é acrescido o cargo de presidente sendo determinado o Rev. Alfredo Borges Teixeira para a ocupação do mesmo e mais o de secretário sendo ocupado por Vicente Themudo Lessa. Esses dois últimos cargos não faziam parte diretamente da administração, mas do conselho que regia a administração do jornal.

Precisamente, no ano de 1932, assumiu como diretor e gerente do jornal *O Estandarte*, Epaminondas Melo do Amaral, que ficou no cargo até 03 de novembro do presente ano. Com a sua chegada, o jornal sofre inúmeras alterações, dentre elas no seu aspecto material adquirindo um contexto mais tradicional. A capa do jornal volta a ter letras quadradas em

torno de 3 cm, letras pequenas, com espaçamento simples, não possuía desenhos ou gravuras, não tinha uma capa específica de apresentação como anteriormente, em seguida havia três colunas que traziam diretamente as notícias, sem uma reflexão prévia da palavra, e o número de páginas foi reduzido para aproximadamente 8.

Em quatro de novembro de 1932 assume como diretor e gerente o senhor Lívio Teixeira, mantendo todas as características materiais adotadas por seu antecessor e ficando no cargo até 10 de fevereiro de 1938. No dia seguinte assumiu como diretor interino o senhor Vicente Themudo Lessa, que posteriormente vai ficar com o cargo de diretor e gerente do dado jornal, tendo como redatores auxiliares o senhor Orlando Ferraz e Ilídio B. Lopes e como tesoureiro o senhor Odilon Marcondes Trigo.

Em janeiro de 1939, assume como diretor o Rev. Francisco Lotufo, como redator o Rev. Francisco A. Pereira Junior, como redator auxiliar o Rev. Orlando Ferraz e tesoureiro o presbítero Odilon Trigo. Em 1941 um novo corpo administrativo se estabelece sendo o Rev. Orlando Ferraz como Diretor. Como redator responsável e tesoureiro, o senhor Ilídio Burgos Lopes e como redator geral o Rev. Adolfo Machado Correia. Mesmo com a mudança no corpo administrativo do jornal, seu aspecto material continua inalterado.

Aos 15 de março de 1946, o corpo editorial foi novamente reformulado ficando como diretor o Rev. Azor E. Rodrigues, continuando o senhor Ilídio e o Rev. Adolfo nas suas respectivas funções, e admitindo como tesoureira senhora Lidia Lopes Braun. Em 1949 o jornal ganha uma nova capa com letras Edwardian Script ITC, sendo esse o único aspecto que sofreu mudança até o ano mencionado.

É importante ressaltar que Lidia Lopes Braun é a primeira mulher a fazer parte do corpo editorial do jornal, o que vem ao encontro dos avanços sociais que estavam acontecendo no Brasil no período, como por exemplo, a saída da mulher para o mercado de trabalho.

No ano de 1950 as figuras começaram a aparecer mais, a serem mais constante, elas já representavam o meio pelo qual os leitores eram informados sobre as obras das igrejas, as imagens falavam por si só, o que apareciam eram os prédios grandiosos das faculdades de Teologia administrados pelas denominações protestantes, as fotos das pessoas que regiam essas denominações, pessoas que tinham grande representação dentro das igrejas, estudantes de várias regiões do país divulgando o ensino protestante, desde as escolas dominicais às faculdades teológicas, enfim, as fotos eram mais um meio de representação e divulgação do

trabalho protestante.

No ano de 1952, ocorreu uma breve alteração quanto à capa do jornal, esta ganha letras mais quadradas, como as tradicionais, porém ao contrário das de 1932 que eram completamente pretas, a inovação era o elemento vazado em branco dentro das letras atuais e o tamanho passando de 3 para 4 cm, em caixa alta.

No ano de 1961, o jornal *O Estandarte* adquire o formato de jornal nos moldes que conhecemos atualmente, com fotos, notícias seguidas de figuras, letras em vários formatos, anúncios constantes em várias páginas, notas de vários tamanhos, cada notícia com um tamanho diferente, maiores ou menores, de acordo com o grau de importância julgado pelo corpo editorial, recebia seu espaço específico, o formato muda de retrato, para paisagem, perdendo as características de colunas, como nas edições anteriores ao ano de 1961. Nesse sentido podemos dizer que a estrutura do jornal muda completamente a partir do referido ano.

O corpo editorial de 1968 era composto pelo Rev. Álvaro Simões, Presidente Themudo Lessa, Rev. Dr. Paulo Cintra Damiano, Rev. Dr. Silas Ferreira da Silva, Presb. Esaú de Carvalho. Esse corpo editorial é desfeito em 1972 assumindo como diretores e redatores o Rev. Antônio Gouveia Mendonça e o Dr. Rubens Cintra Damiano, fazendo parte da junta de comunicação e imprensa Jonas Nogueira, Josué Xavier e Manuel Simões Filho.

No ano de 1976 o corpo editorial, mais uma vez é refeito, ficando a função de diretor e redator respectivamente com o Rev. Álvaro Simões e Presb. Dr. Benjamin Themudo Lessa, a junta de comunicação foi composta por Revs Álvaro Simões, Paulo Martins de Almeida, Esaú de Carvalho e Diácono e Dr. João Caetano Monteiro Filho.

Nossa pesquisa se limitou a estudar até o ano de 1977, no entanto o jornal *O Estandarte* é amplamente divulgado e distribuído até os dias atuais como órgão da Igreja Presbiteriana Independente. Sua materialidade em muito foi alterada no decorrer do tempo, seguindo os avanços das tipografias e as características tradicionais ou progressistas de acordo com a ideologia de seus diretores e redatores. Só queremos destacar que estudar a materialidade dos jornais é de suma importância, pois se trata de uma maneira de trazer à tona a variação na sua aparência, resultada da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e lugar social ocupado pelos periódicos, e também é um modo de identificarmos a ideologia a que estava vinculada o jornal, quais grupos se queria atingir e de que modo.

## 2.6 Matérias do Jornal *O Estandarte*: Religiosas e Educativas

O conteúdo que cerca os jornais e a imprensa de modo geral foi e continua sendo objeto de inúmeras discussões e muita polêmica, isso gira em torno de duas questões que são primordiais e sempre questionáveis aos pesquisadores que se submetem a pesquisar, enveredando por esse caminho. São elas a neutralidade e a objetividade, sobre o assunto vejamos:

A objetividade que persegue o repórter em nossos dias [década de 1950]- “os fatos são sagrados” é a regra ideal – concorre para melhorar, tornando mais fidedigno o registro jornalístico. Parte cada vez mais importante desses registros se constitui de fatos objetivos da história, os quais, para usar a expressão de Butterfield “podem ser estabelecidos por concreta evidência externa” e “podem e devem ser validos tanto para um jesuíta como para um marxista”.

Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura (JOBIN; DURAS apud LUCA, 2010, p.139).

Os comentários nos levam a pensar que, apesar do debate ser instigante, nada ou quase nada contribuirá efetivamente para o trabalho do pesquisador com suas fontes. Como aponta (LUCA, 2010, p.139), “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”. No entanto a função do pesquisador vai ao encontro a essas perspectivas, no sentido de dispor e utilizar das ferramentas provenientes que irão problematizar o discurso identificando a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, essas reflexões se estendem a outros textos além dos da imprensa. Por essa razão, é importante ficar atento para o trabalho do pesquisador junto aos jornais, “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, e que por si só já abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar contas das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2010, p.140).

Aqui cumpre dar destaque aos discursos que adquiriram significado de muitas formas, uma vez que estamos tratando de jornais protestantes que tinham uma destinação específica, a ênfase aos assuntos religiosos e a natureza do conteúdo, tudo isso difundido para ser acreditado e seguido. Isso se deve ao fato de usar a imprensa como meio de propagar não só a fé protestante, mas a educação instituída, para a vida, comportamentos a serem seguidos por meio da representação dos jornais.

O conteúdo do jornal *O Estandarte* estava todo voltado para um projeto de evangelização, a capa enfocava claramente os objetivos deste, trazendo na sua apresentação a

seguinte mensagem: “nossa obra não é a de civilizar o Brasil, mas de santificá-lo” (O ESTANDARTE, 02-01-1930). Essa santificação seria levar a palavra de Deus aos lugares mais longínquos do país e atrair o maior número possível de leitores e seguidores praticantes do protestantismo.

Quanto ao conteúdo propriamente dito destes jornais, esses eram diversos traziam notícias de várias denominações religiosas e eram um meio de difusão da religião, da educação e dos ideais protestantes. Qualquer pessoa que tivesse interesse de publicar alguma notícia deveria enviar o relato à redação que na época correspondia a caixa 300<sup>13</sup>. As publicações tinham caráter diverso, mas antes de publicadas passavam pelo crivo da redação e não poderiam ser contrárias ao Evangelho.

Os artigos eram razoavelmente pequenos ocupando cerca de uma página, nessas primeiras edições não havia nenhum tipo de propaganda, apenas notícias divulgando o trabalho protestante em todo o Brasil, algumas vezes esporádicas, os jornais traziam anúncios, todos de caráter religioso.

O Estandarte era um impresso publicado semanalmente, destinado às várias camadas sociais, exercendo maior influência entre a classe média em ascensão, trazia notícias de interesses gerais, desde que estes não fossem contrários ao Evangelho, tinha como objetivo primordial a evangelização da Pátria e o direcionamento dos fiéis com a formação e o aperfeiçoamento do caráter dos leitores, desse modo, tendo a função de orientador.

Os fatos tratados nos impressos buscavam abranger de modo integral o panorama extenso da obra de evangelização mundial. Suas notícias eram variantes tratavam de aspectos da mocidade, seus problemas, suas orientações, os elementos femininos nas suas atividades, seu aproveitamento, a infância, os enfermos, os fracos, as viúvas, os órfãos, os desamparados, os desafortunados, a política, a educação, lições de vida de moral, de ética, fragmentos bíblicos, todos esses assuntos eram tratados de modo a apresentar a sociedade um olhar diferenciado, na tentativa de buscar em cada problema e ou/ em cada situação o seu aproveitamento na obra do Reino de Deus.

Toda a obra de evangelização da Igreja Presbiteriana, efetuada a partir dos impressos, procurava moldar os seres humanos integrantes e comungantes na denominação. A tentativa era que os comungantes tivessem um comportamento diferenciado e que atendessem aos princípios da moral e da ética, e também adquirissem sentimentos de patriotismo, essa seria

---

<sup>13</sup> Endereço ao qual eram enviadas as cartas e as correspondências destinadas à publicação no dado jornal

uma maneira de diferenciar o indivíduo pertencente a essa denominação protestante, do restante da sociedade.

Os convertidos deveriam se apresentar à sociedade de forma diferenciada, pois, além de tudo, estava em jogo uma competição religiosa, encetada com os católicos, espíritas e entre outras religiões. De modo implícito, os presbiterianos tentam impor sua autoridade, e, é nesse sentido, que a representação social se apresenta neste grupo.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p.17).

Isso pode ser notado claramente no espaço educacional brasileiro desde a chegada dos protestantes ao Brasil Colônia, quando eles iniciam uma briga ideológica para conquistar esse espaço, pois a nova religião caracterizava-se pela divulgação da palavra. Assim a leitura e a escrita foram estratégias prioritárias para a expansão do protestantismo, e, nesse sentido, o espaço educacional seria de suma relevância.

A questão educacional sempre ocupou espaço significativo na religião protestante, desde a chegada dos primeiros protestantes missionários ao Brasil, inúmeras estratégias foram criadas para educar a população, pois eles acreditavam que, só quem soubesse ler e escrever poderia realmente entender a palavra. Mas, além disso, a Educação foi a estratégia usada por esse grupo para disseminar sua religião, primeiramente através da distribuição de Bíblia, inicialmente utilizada para alfabetizar a população, depois através dos jornais e das revistas, que traziam textos de espécie variada, e histórias de moral e religiosidade para serem seguidas, como exemplo de vida e de fé. Muitos desses textos eram utilizados nas escolas dominicais, criadas na década de 1990 em várias partes do país.

Os jornais protestantes de várias denominações circulavam por todas as partes do país, traziam notícias, fatos, anúncios, casos, cartas, contos, enfim eram uma resenha semanal ou mensal de tudo que esses grupos faziam, entre criação de igrejas, projetos, escolas, institutos, ações de caridade, etc. Desse modo, estudar esses jornais é mapear todas as ações protestante vislumbrando enxergar o todo, no entanto nosso objetivo se restringe às ações educativas, buscando identificar a função desses jornais enquanto estratégia de disseminação da religião protestante, e de que modo eles contribuem no processo educacional das denominações

protestante. A busca é uma tentativa de abstração simbólica, buscando entender, por via dos impressos, o modo como eles representavam a si e aos outros.

Iniciemos com um artigo publicado em 11 de fevereiro de 1893, pelo jornal *O Estandarte* que aponta a situação da educação religiosa do país na dada década. O texto abaixo trata-se de uma visão protestante da educação religiosa católica, disseminada até os anos de 1893, enfocando a infância:

São de muita actualidade as observações judiciosas de Ramalho Ortigão nas suas afiadas Farpas sobre a maneira de ensinar em Lisboa a religião às creanças. Aqui entre nós reproduzem-se os mesmos defeitos, e as nossas creanças vivem debaixo da mesma influencias.

As noções do Christianismo são desfiguradas, o carácter dividido inteiramente deformado, e as impressões religiosas sobremodo dissolventes. [...]:

Conversae por um momento com esses pobres forçados à grilheta do apparatus, e vereis com que ideas a primeira educação das amas e das creadas enche a immensa capacidade que tem a memória desde os dois annos até os seis! Elles estão convencidos de que o judeu que lhe vendeu as tâmaras a porta do jardim tem uma cauda no fim das costas; que o mundo foi feito pelo Jesus: que as doenças, os desastres e os aleijões são castigos dado pelo Jesus; que as trovoadas são o Jesus que ralha com a gente.

De sorte que para elles o doce martyr da dedicação e do amor da humanidade que suas mães adoram de joelhos, fica reduzido ao chaveiro de todos os males, ao dispenseiro de todas as desgraças, ao pasteleiro de todos os desgostos! Não conhecem tão antipathico, tão monstruoso, tão terrível como Jesus, senão um ente que existe em casa de cada um d'elles, escondido nos quartos escuros, a espera que os meninos passem para os devorar. E o papão.

O pai é uma espécie de flagello intermediário dos dois referidos, um ministro da policia enviando extraordinário e representante effectivo dos verdugos invisíveis e mysticos. Quando o Jesus não ralha [...] e o papão não se manifesta porque estão luzes em todos os quartos, disse-se-lhes: Esperem que ahi vem o papá! Quer dizer o emissário de Jesus, que substitue trovões pelos puxões de orelha, e o substituto do papão, que espanca os meninos feios enquanto o papão se não resolve definitivamente a mastiga-los.

A única instrução seria que se lhe deu na primeira infância foi o catecismo. O Padre Nosso cahiu-lhes na memória como a toada somnolenta e monótona de uma melopéia machinal, de cuja intenção e de cujo sentido – mesmo litteral – elles não tem a mínima idéa. Outro tanto lhes succede com os mandamentos da lei de deus e com os pecados mortaes.

Nada mais edificante, sobre a falsa educação religiosa que nós cuidamos dar a nossos filhos do que ouvirmos as suas respostas quando lhes perguntamos o que entendem por essa palavras que os obrigamos a repetir duas ou três vezes por dia – Luxuria – ou a sua interpretação para esta phrase que igualmente nos esforçamos por lhes fazer decorar: não desejar a mulher do teu próximo [...].

Enquanto o evangelho não for o ponto de partida para a educação religiosa, social e domestica, reproduzir-se-ão indefinitamente estes defeitos.



(Carvalho Braga).

A educação para os protestantes sempre foi baseada nos princípios bíblicos, e eles rejeitavam o modo como os jesuítas lidavam com ela, ou seja, com castigos e clausuras, e vinham com uma proposta que eles consideravam moderna de educar o corpo e alma baseados na palavra de Deus. Tal educação ultrapassaria os muros das instituições educativas e se expandiam a todos os meios de comunicações principalmente os jornais que eram o meio propagandístico utilizado pelas missões protestantes para a expansão do trabalho educacional.

Visando a ampliação de um sistema de ensino até então tradicional e ultrapassado, os protestantes vão aos poucos criando “gabinetes de leituras”, escolas dominicais, institutos de educação, até a fundação de grandes faculdades como é o caso do Colege Makenzie. Essas instituições eram destinadas a educar através dos princípios bíblicos, todos com a intenção de adquirir mais adeptos à religião. Vejamos o que registra o jornal *O Estandarte*:

Tendo os abaixo assignado fundado [...] um gabinete de leitura religiosa, moral e litteraria, vem por meio do Estandarte pedir aos irmão e amigos do evangelho e da luz, que se dignem a ajudal-os nessa util empresa, remetendo-lhes jornaes, livros em portuguez, [...] ou qualquer outra importância [...](O ESTANDARTE, 27-12-1990).

São Luiz, 29 de novembro de 1900. Belmiro de Araujo Cesar, Carlos Manuel Lima, Eduardo Neves.

Como podemos observar, ensinar a ler e a escrever tratava-se da tarefa utilizada pelos protestantes para atrair a população para a nova religião. No início essa tarefa não foi fácil, pois a falta de material didático limitava os trabalhos. A citação acima nos apresenta um pedido de material didático ao jornal *O Estandarte* e, portanto, nos deixa perceber a importância desses jornais que serviram como meio de divulgação dos trabalhos das denominações protestante e também como material didático para ensinar a ler e a escrever. Abaixo temos um poema retirado dos impressos, o que nos ajuda a ilustrar a função dos impressos, seu significado social, bem como os ideais que os redatores buscavam transmitir.

#### A OSTRAS

Passeando um dia na praia.

Ouvindo a Orchestra das ondas,

Eu vi uma ostra encarnada

Envolta em conchas redondas...

Envolta assim, como em maguas

Muita gente, anda a boiar,

Até que o impulso das águas

A ponha fora do mar...  
 E sem ninguém, pobrezinha,  
 Sem ter ninguém que a proteja,  
 Ella alli fica sozinha,  
 Junct ao mar que romoreja.

M. Azevedo (OESTANDARTE, 23-02- 1928)

Tais textos vêm apontar que os jornais não tinham somente a função informativa, mas iam além, adentravam a escola e serviam como base pedagógica, principalmente nas escolas rurais e nas escolas das missões onde grande parte das vezes se estabeleciam com certa precariedade de material. Assim os jornais e as revistas serviam como um incentivo à leitura e a escrita, além, é claro, da Bíblia.

Praticamente todas as edições do jornal *O Estandarte* traziam poemas ou textos literários de qualquer outra espécie, o que nos leva a afirmar que esses jornais eram utilizados largamente como meio de instruir a população, seja nas escolas ou em qualquer outro espaço onde esse grupo se reunisse para confessar a sua fé, ou instruir através da religião. A representação da cultura de escola e de igreja estão intimamente ligadas, são espaços sociais diferentes, mas que possuem o mesmo propósito.

Para tanto, esses jornais foram uma das estratégias dos protestantes para atrair fiéis que acabaram trazendo elementos que contribuíram para mudar os caminhos da educação no Brasil. Parte do jornal *O Estandarte* era dedicado a trazer textos poemas, textos literários, textos para a alfabetização, que foram utilizados nos gabinetes de leituras, nas escolas dominicais, nas escolas comuns, e por todo o lugar onde os missionários protestantes se instalaram e fizeram dele um alvo de divulgação da religião protestante.

A religião era o fim e a educação o meio de se alcançar os propósitos. Nessa direção, os colégios protestantes foram os principais instrumentos de inserção ou de participação na cultura e na sociedade mais ampla por parte dos evangélicos e os jornais eram o meio de divulgação de toda a obra de evangelização e de educação espalhada por todo o país.

Inúmeras eram as edições do Jornal *O Estandarte* que traziam a educação como foco, sempre divulgando o trabalho dos institutos teológicos, das escolas confessionais, trazendo textos de origem didática, literária enfim. Porém seria inútil citar cada um deles, por isso resta dizer que educação e religião foram e a inda são os caminhos pelos quais trilharam e trilham o protestantismo no Brasil.

As matérias de ordem educacional eram inúmeras, porém as de origem religiosa superavam em muito estas primeiras. Basicamente todo o conteúdo era de cunho religioso, até mesmo as propagandas dos primeiros jornais *O Estandarte* eram de livros ou de instituições religiosas.

Desde a chegada dos primeiros protestantes ao Brasil, os jornais se constituíram como o principal meio de divulgação dos trabalhos protestantes. Acima, fizemos algumas análises e considerações a respeito do jornal *O Estandarte*, porém outros jornais fizeram e fazem parte desse panorama. No dado trabalho, utilizamos para análise material, somente o jornal *O Estandarte*, pois foi um dos únicos dos quais conseguimos catalogar séries inteiras, no entanto apontaremos alguns outros que contribuíram para nosso trabalho e fizeram parte de história da imprensa protestante no Brasil. Nesse rol, temos *O Puritano* que foi um órgão da igreja presbiteriana do Brasil fundado em 1889, deixando de existir na década de 50 do século XX, pois fez parte de uma fusão com o jornal *O Norte Evangélico*, dando origem a um jornal denominado *O Brasil Presbiteriano* que hoje se constitui como o órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil (RIBEIRO, 1991, p. 274 *apud* NASCIMENTO, 2002, p.07).

Outro impresso protestante que abrangeu um rol de alcance amplo foi o jornal *Expositor Cristão*, seu primeiro exemplar foi Publicado a partir de 1º de janeiro de 1886 Ele nasceu com o nome de *Methodista Catholico* e foi idealizado pelo missionário norte-americano John James Ransom. Ransom, que criou o jornal com a intenção de que ele fosse um veículo de orientação doutrinária e discussão de temas da atualidade, “abraçando a religião cristã em toda a sua plenitude, e fraternizando com todos que crêem em Deus e amam a Nosso Senhor Jesus Cristo” (TUNES, 2009, p.126).

O jornal *Expositor Cristão* é um impresso da missão brasileira da Igreja Metodista Episcopal do Sul. Além do dado jornal, a denominação metodista produzia ainda uma revista destinada à escola dominical e ainda um impresso conhecido como *O Juvenil*, como o próprio nome já diz, destinado aos jovens.

Sabemos que inúmeros outros impressos foram publicados desde a chegada dos primeiros protestantes ao Brasil até os dias atuais, porém destacamos apenas os acima citados, que foram nossas fontes de pesquisa. Os impressos de denominações protestantes que circulavam no Brasil só tiveram publicação significativa a partir do final do século XIX, destacando-se principalmente os impressos Presbiterianos, que não se tratavam de impressos oficiais, mas sim regionais.

No próximo capítulo, analisamos os jornais protestantes destacando as ações educativas realizadas pelos missionários presbiterianos no Sul de Mato Grosso, abordando principalmente a denominação Presbiteriana que foi a pioneira na região no estabelecimento de instituições educativas e tem sido a de maior destaque.

## **CAPÍTULO III**

### **A EDUCAÇÃO COMO PROPAGADORA DA FÉ PROTESTANTE: INSTRUIR, CIVILIZAR E MORALIZAR**

#### **3.1 Dourados: o exemplo analisado da ação protestante em MS**

Dourados é um dos 78 municípios do Sul do Estado de Mato Grosso cuja atividade econômica se baseia no comércio, serviços e na agropecuária. Em termos demográficos e sócio-econômicos, é o segundo do Estado. Situado a 120 km da fronteira com o Paraguai e a 220 km da capital do Estado (Campo Grande), Dourados possui uma área de 4.082 km e uma população de 196.035 habitantes (IBGE, 2010) destacando-se a presença indígena com um percentual superior a 3% em todo estado. O processo de urbanização, intensificado no período 1960-1980 com a agricultura mecanizada, concorreu para que mais de 90% da população resida atualmente em área urbana.

Na época da chegada dos primeiros protestantes missionários, Dourados ainda pertencia ao município de Ponta Porã, desmembrando-se apenas em 1935, pelo Decreto Estadual n.30. Durante o período que antecede a colonização, Dourados era habitado quase que na totalidade por índios das etnias Kaiowá, Guarani e Terena. De acordo com Mancini, Sarat (2006 p.10)

Os primeiros homens brancos (sic!), vindos do litoral paulista, apareceram a partir do século XVIII. [...] No fim do século XIX e início do século XX a povoação se inicia com ex-combatentes da Guerra do Paraguai, com a

chegada de mineiros e gaúchos, em sua maioria fugitiva das conseqüências da Revolução Federalista ocorrida entre 1893 e 1895. As terras passam a ser exploradas mediante a extração da erva-mate nativa e da pecuária extensiva, situação que foi parcialmente alterada com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que possibilitou a abertura das frentes de trabalho com a cultura de café e de algodão, com agricultores vindos do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e de estados do Nordeste.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, implantada depois de 1948, provocou uma intensa corrente migratória, colocou disponível a mão de obra barata que valorizou a terra. A “ocupação dos lotes levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implementação do trabalho assalariado” (GRESSLER, 1995, p.17). A criação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados caracterizou-se como um fator decisivo no surgimento do município, e pode-se dizer que foi uma porta que se abriu para o desenvolvimento da cidade.

No que refere à chegada dos missionários protestantes, a primeira referência encontrada sobre a criação de uma missão protestante no Sul de Mato Grosso foi um artigo publicado no jornal presbiteriano, *O Puritano* (13/8/1927, p.2). O periódico exaltou o idealizador de um projeto de catequese dos índios, reverendo Albert Sidney Maxwell, membro da East Brazil Mission (Missão Leste do Brasil), que há alguns anos tentava reunir instituições interessadas em missões aos indígenas:

[...] Agora vae-se effectivar a Missão entre os Indígenas. Não é de hoje que se vae impondo á consciência da Igreja o dever e a necessidade de irmos ao encontro dos nossos infelizes irmãos das selvas, afim de melhorarmos as suas condições materiaes e espirituas mediante o grande remédio que é o Evangelho do Senhor Jesus [...] Esperamos confiantes a manifestação da Egreja Presbyteriana.

A implantação de uma missão evangélica junto aos índios da reserva de Dourados, antecede inúmeras viagens exploratórias realizadas principalmente pelo missionário Maxwell, principal idealizador do projeto (Missão Evangélica Caiuá) para a catequização dos indígenas. Aproximadamente dois anos antes da instalação definitiva dos missionários no Sul Mato Grosso, o reverendo Maxwell, em uma carta enviada a Varginha (MG) ao jornal *O Puritano*, tentou divulgar e sensibilizar os fieis no tocante ao trabalho missionário entre os indígenas:

Como todos os ministros do Synodo central já sabem, estamos planejando estabelecer uma missão evangélica entre os indígenas. Três denominações a saber, as igrejas Metodista, Presbiteriana Independente e a igreja Presbiteriana, já se manifestaram muito interessadas no plano de trabalho cooperativo entre os índios. O Synodo Central já declarou o seu apoio ao trabalho planejado para a missão indígena. E já há um casal de membros da igreja de Lavras que está querendo dedicar a sua vida ao trabalho entre os selvagens, o Sr. João da Silva e D. Guilhermina. [...] o plano é o seguinte:

pede-se que cada membro da igreja contribua, no segundo domingo de cada mês com pelo menos, duzentos reis, para a missão entre os indígenas.[...] Haverá um membro que não dê os seus tostões para mandar o Pão da Vida aos indígenas? De certo que não Jesus está dizendo “Dae-lhes vós de comer (23-04-1927, p.2).

Outras pessoas também colaboraram para o desenvolvimento do trabalho missionário, e, em uma síntese histórica da Missão Caiuá, aparecem como colaboradores:

O Rev. Isac Gonçalves do Vale, [...] outros elementos tem cooperado abnegadamente: Marta Teixeira de Carvalho de 1947-1951, como diretora da “Nhanderoa”<sup>1</sup>; Zéria Soares professora de nos em 1950 e 1951 [...], Reinaldo Iapechino, auxiliar do diretor na administração da lavoura, Maria Luiza Rodrigues professora normalista [...], Chester Soares Bonfim professor primário[...], Eládio Valentim Afonso, Ademar Garcia, Francisco Brianez, Joaquim Dias e sua esposa Anita e por fim Selanira Pires de Carvalho(RELATÓRIO DA MISSÃO, 1951, p.4).

No dia 22 de abril do ano de 1929 os missionários já se encontravam instalados em Dourados sobre a viagem a Sr. Eurípides C. Mendes, descreveu como:

Excelente e penosa. Excelente, pela novidade das regiões desconhecidas que atravessaram, onde os hábitos e as paisagens eram inteiramente originaes. Penosas, por que, depois de viajarem no meio de uma nuvem de pó, na estrada de ferro, a ponto de lhes darem a impressão de estarem no deserto do Sahara, tiveram de lutar com fortes aguaceiros nas estradas de rodagem, onde, a cada passo quase eram forçados a descer e empurrar o carro que atolava na lama! (O EXPOSITOR CHISTÃO, 05-05-1929, p.2).

Ao chegarem a Dourados, o Rev. Maxwell e o senhor Esthon Marques procuraram uma residência provisória, pois os mesmos não tinham nenhuma intenção de se instalarem definitivamente no espaço urbano. A intencionalidade era fixar residência próximo a maior reserva de índios, ou seja, em um local adequado para o estabelecimento da missão, para proporcionar um acesso fácil dos índios sede da missão e dos missionários até os indígenas. Nesse sentido, o planejamento foi de adquirir terras próximas à reserva indígena Francisco Horta Barbosa. O dinheiro para aquisição dessas terras foi fruto de doações angariadas pelo reverendo Maxwell, foi fruto da generosidade de um cristão que “puzera-lhe nas mãos a importância necessária para adquirir uma gleba de terras em Matto Grosso, para servir de centro a uma estação missionária de catechese dos índios” (O EXPOSITOR CHRISTÃO, 02-01-1929, p.5).

No entanto o processo de aquisição de terras para o estabelecimento da Missão Evangélica Caiuá em Dourados não foi fácil. Dois problemas dificultavam a negociação: a quantidade de dinheiro para aquisição das terras e o espaço adequado. Sobre esse assunto, o médico Dr. Nelson de Araujo narrou em uma carta aberta enviada ao jornal Expositor

Christão:

[...] nos queremos comprar terras que, limitando com as terras da aldeia, fiquem entre esta e a Villa. Nessas condições há terras esplendidas, mas os donos, pensando que somos riquíssimos, estão pedindo um dinheirão. Temos que destruir a lenda e só então é que conseguiremos as terras por um preço razoável. Depois de comprar as terras, teremos o problema da construção da casa. Como se vê, tudo isso vai demorar um pouco, mas não perderemos o nosso tempo e iremos trabalhando como for possível (O EXPOSITOR CRISTÃO, 15-05- 1929).

A instalação dos missionários foi dura e penosa, requereu muita paciência, pois os aspectos materiais eram inviáveis, e o processo para aquisição de bens era demorado, uma vez que dependiam de doações. A construção de casa para estabelecimento das bases para o trabalho missionário foi um processo muito lento.

[...] Foi adquirida, nas proximidades da Reserva Indígena de Dourados, uma propriedade de 1020 hectares, para a instalação da sede missão, mas não foi totalmente do agrado dos missionários, que acabaram comprando um sítio mais próximo do posto SPI, por julgarem ser um lugar mais apropriado para os trabalhos a serem realizados com os índios (CARVALHO, 2004, p.50).

As razões apresentadas para a adoção de um novo espaço foram:

1-Ficar próximo do posto que é o ponto principal de reunião dos índios e onde o grupo permanentemente é maior; 2- Facilidade de comunicação com o posto, com o arraial, onde também há começo de trabalho, e com os outros postos; 3- Poder-se entrar em acordo com SPI visando usar, por hora, o prédio escolar do posto para escola diária da missão e para reuniões dominicais (14 de fevereiro de 1931. Livro 1- Atas da Missão Evangélica Caiuá, p.06, In: CARVALHO, 2004, p.50).

Muitos foram os problemas enfrentados pelos missionários após o seu estabelecimento na missão: a distância dos centros urbano, a falta de material adequado para o trabalho na lavoura, a ausência de material didático na escola, pouco dinheiro para administrar, a dificuldade de comunicação. Além de todos esses problemas de origem material, ainda tinham de enfrentar um maior, advindo dos fenômenos da natureza, como chuvas, calor intenso e muitos mosquitos. A esse respeito, uma carta de Nelson de Araujo, publicada no jornal Expositor Cristão, retrata a realidade da época:

Agora, a chuva, o calor e os mosquitos são os nossos inimigos! As chuvas tem sido abundantíssimas. [...] As estradas estão em condições miseráveis, dificultando as excursões e visitas aos índios. Quando para a chuva vem o calor. Tem sido sufocante. [...] E os mosquitos? Ah! Os mosquitos! Temos passados bons pedaços com eles. Há dias que só é possível dar aula, fazendo uma fogueira no centro da sala para que a fumaça espante os mosquitos, deixando a meninada e o professor sossegados (O EXPOSITOR CRISTÃO, 05-04-1933, p.08).

Após o estabelecimento em Dourados, o projeto de catequese consistia em ações



assistencialistas no sentido de oferecer auxílio médico, orientação sobre higiene, sobre agricultura e aulas de alfabetização.

Aqui serão os índios aldeados por um sistema racional que, sem os afastar repentinamente de seus hábitos selvagens, lhe proporcione meios para irem, paulatinamente se adaptando à vida civilizada. Nesse aldeamento aprenderão eles rudimentos de agricultura e receberão cuidados médicos, ensino religioso, instrução escolar, noções de higiene, enfim o aparelhamento necessário ao seu ingresso à vida fora da floresta (O EXPOSITOR CRISTÃO, 29-08-1928).

Enquanto o espaço físico da missão ainda não ficava propício para as ações, os missionários gastaram seu tempo conhecendo o campo missionário e estabelecendo relações com os indígenas, pois ganhar a simpatia dos indígenas seria o primeiro grande desafio e ainda havia outros agravantes como a língua e a cultura.

A chegada dos missionários protestantes ao território indígena foi marcada pela modificação da tradição indígena, sem o devido cuidado com a sublimação da cultura já estabelecida. Assim, os missionários tentam impor sua fé e seus costumes, esquecendo o modo de organização complexo desses povos, com sua educação passada de geração em geração e sua cultura já constituída historicamente.

Paralelamente a ações de civilidade, havia a pregação da “palavra de Deus”, um dos objetivos primordiais dos missionários. É possível afirmar que a intencionalidade dos missionários não era simplesmente integrar o indígena ao modo de vida do “civilizado”, mas “fazer de cada Cayuá [...] um ente civilizado (sic!) que traga consigo a salvação oferecida por nosso senhor Jesus Cristo na cruz do Calvário” (O EXPOSITOR CRISTÃO, 21-08-1929).

Os missionários acreditavam que a religião protestante era a que levava à “salvação”, fato que nos leva a crer, de acordo com esse pensamento, que, somente quando os índios seguirem as premissas da religião protestante, irão sair da mazela que os inunda há séculos de desrespeito e submissão. Assim, pensamos que o processo de catequização indígena deveria ser em defesa do ser humano e não uma imposição de cultura e religião.

Para tanto, pensar o processo pelo qual os missionários buscavam atingir seus objetivos é pensar em questões políticas econômicas e financeiras. Muito mais do que buscar catequizar indígenas, eles buscavam formar trabalhadores que pudessem, de algum modo, servir ao país, e essa era a grande ideologia imbuída nos discursos missionários, processo pelo qual explica os sacrifícios, seriam os benefícios posteriores, caso os objetivos fossem alcançados.

Se o grande objetivo fosse somente a defesa do ser humano, enquanto pessoa indígena, nas pesquisas e na busca pelo melhor lugar para se estabelecer a missão, haveria pesquisas relacionadas a como tratar essa população respeitando sua cultura e buscando meios para que eles vivessem melhor com ela, valorizando as questões artesanais, seu modo de organização, buscando meios de melhorar e valorizar o plantio e a colheita, em fim, valorizariam os indígenas por si só, ampliando as possibilidades de eles conhecerem novas religiões, uma vez que eles buscavam enfatizar que a religião era seu maior objetivo.

O trabalho dos missionários deveria ter em vistas a valorização do modo de organização desses grupos, e, aos poucos, deveria procurar auxiliá-los, por exemplo, para que obtivessem melhoria nas atividades de plantio e colheita, na produção de seus trabalhos artesanais. Após isso, como o objetivo era a evangelização, os missionários poderiam levá-los aos conhecimentos de novas religiões.

Todos os jornais apontaram que a intencionalidade dos missionários foi a de estabelecer uma missão junto aos indígenas, deixando de fora a população não índia, no entanto acreditamos que muito mais que estabelecer laços juntos aos indígenas, os missionários buscavam efetivar um trabalho de evangelização junto aos não índios, partindo da evangelização da aldeia para a evangelização do município.

Uma vez que no ano de 1929, o Sul de Mato Grosso, onde atualmente se constitui a região da grande Dourados, local da Missão de Evangelização Caiuá, tinha uma população de mais ou menos 2.000 habitantes, sendo que a grande maioria era de indígenas, os índios seriam um “alvo mais fácil”, pois se acreditava que eles seriam mais passivos e não resistiriam a uma nova cultura, cheia de tecnologia, no entanto, não foi bem isso que aconteceu, já que eles se mostraram resistentes à imposição de uma nova cultura e se favoreceram dos benefícios oferecidos pela Missão.

Os indígenas frequentavam a Missão, assistiam às aulas da escola dominical e da escola comum, recebiam as roupas doadas pelos missionários e os instrumentos para o trabalho agrícola, no entanto sempre retornavam a suas moradias e continuavam com seus costumes, falando a sua língua e realizando seus rituais.

A Missão representava um ponto de apoio, porém a cultura imposta pelos missionários não foi capaz de retirar a singularidade ou as práticas enraizadas no modo de vida dos grupos indígenas. Ainda assim, a forma de representação de sua cultura adquiriu uma nova conotação, e novos valores foram introduzidos pela cultura do não índio.

No que diz respeito ao trabalho junto ao não índio, esse ocorreu paralelamente ao trabalho da Missão, sobre isso, em carta aberta enviada ao jornal *O Expositor Cristão*, o Dr. Nelson de Araujo relata:

Os habitantes de Dourados estão se interessando pelo nosso trabalho. No domingo passado dia 14, tivemos uma escola dominical, que foi assistida por três pessoas. Estas pessoas gostaram muito e disseram que no próximo domingo voltarão e trarão outras pessoas. Parece-me que dentro em pouco teremos uma escola organizada. Já é motivo para dar graças a Deus (O EXPOSITOR CHISTÃO, 15 -05-1929, p.2).

Assim, os missionários agiam paralelamente, inicialmente com escolas dominicais para indígenas e não indígenas, e posteriormente com uma educação institucionalizada também para esses dois grupos, indo sempre do primeiro para o segundo grupo, a crescendo mais rapidamente entre os não índios.

Então a criação de uma escola na qual os indígenas aprendessem a ler e a escrever foi primordial para o trabalho da missão, a primeira iniciativa foi a escola dominical que funcionava aos domingos. Posteriormente funda-se uma escola na missão. No ano de 1933, a escola da missão contava com 32 alunos, dentre eles, 10 meninas e 22 meninos, e as aulas eram ministradas em um salão no Posto Francisco Horta – Serviço de Proteção aos Índios (SPI). No que diz respeito à rotina da escola, uma nota do jornal *O Expositor Cristão* mostra que:

Temos duas escolas dominicais pela manhã entre os índios e duas à tarde entre os “brancos” (civilizados); cultos às quartas-feiras, aula de costura uma vez por semana, aula noturna, três vezes, escola diária cinco dias por semana e assistência médica diariamente (21/03/1939, p.09).

No ano de 1939 a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos Mandou para a missão uma verba e os membros (da Missão) decidiram construir um prédio que servisse como templo para a escola; isto é, na sede, com o dinheiro, também foi construída a escola primária para ao indígenas, adultos e crianças, onde eles aprenderam a língua oficial, além de ler e escrever; havia também, aula de artes para as mulheres, e aula noturna para os adultos.

Muito lentamente a estrutura física da missão e as condições de trabalho vão ficando mais propícias. No ano de 1951, com 24 anos de vida, a Missão contava com uma Escola Primária, um orfanato, um ambulatório médico com serviço especial, intenso e extenso de assistência aos índios doentes, com distribuição de remédios, roupas, mantimentos, e objetos de uso doméstico e pessoal e ainda uma Igreja Evangélica Caiuá. Segundo dados da síntese histórica da Missão Caiuá, a entidade ainda possuía:

Serviço especial de propaganda, sistemático, cuidadoso, com visitação aos aldeamentos das matas. [...] está organizado um serviço de discoteca, com vitrola onde discos evangélicos são tocados, representando interessante força de atração aos índios das matas (RELATÓRIO DA MISSÃO, 1951, p.5).

Muitos eram os meios que os missionários utilizavam para conquistar os “selvagens” e os introduzirem na civilização. Eles, aos poucos, iam induzindo objetos pouco conhecido pelos indígenas como uma forma de persuadir e demonstrar a obra de Deus, principalmente através dos cantos, visto que era a forma que eles mais interagiam em virtude da dificuldade de compreensão da língua do não índio.

Nessa direção os missionários faziam visitas constantes às reservas indígenas em tentativa de engajar os indígenas no empreendimento missionário, utilizando o canto como meio de atração, pois os missionários sempre procuraram a melhor forma de estabelecer relações permanentes com os índios.

Desse modo, educar e civilizar eram os objetivos dos missionários, e a educação oferecida pelos missionários, partia da Bíblia, com princípios cristãos, e seria uma educação para a vida, que ultrapassaria os muros das escolas, sejam elas dominicais ou institucionalizadas. Quando falamos de educação, a entendemos no mesmo sentido que Nascimento estabelece:

Educação é um processo pelo qual se modelam comportamentos, valores, crenças. Através dela o indivíduo é capaz de apreender os significados do grupo social no qual está inserido e, ao incorporar esse aprendizado à sua singularidade é formado por essa sociedade transformando-a também (NASCIMENTO, 2007, p.26).

Nesse sentido, Dourados se constituiu como um campo de ações missionárias evangélicas e educativas muito propício que gerou muitos resultados, mas talvez não tenha conseguido ser o modelo para o Brasil, como pensamos ser o objetivo dos protestantes, quando decidiram estabelecer uma missão protestante destinada a civilizar indígenas, no período de fixação missionária, em uma vila praticamente desabitada.

Por que não se fixaram em outros espaços com mais estrutura e mais próximo dos grandes centros urbanos que facilitaria a realização do trabalho? Na verdade, não temos a resposta exata para essa pergunta, mas supomos que um dos motivos principais seja o grande número de indígenas na região, o que nos leva a crer que se todos os indígenas aderissem a religião protestante, Dourados seria um modelo de campo missionário a ser seguido com um contingente de adeptos à religião protestante muito grande, e logo a educação seria o “carro chefe” com o processo civilizatório.

No entanto esse objetivo primeiro dos missionário não foi alcançado por completo, pois os indígenas nunca deixaram totalmente seus hábitos e costumes, e o processo de civilização ainda é um desafio. Muitos indígenas seguem a religião protestante e a educação, tanto a instituída como a institucionalizada, ganhou espaço e se estabeleceu, com o surgimento de escolas de várias denominações, sendo a pioneira a escola Presbiteriana Erasmo Braga.

Outra perspectiva seria a oportunidade de crescimento futuro do dado vilarejo, uma vez que o vilarejo havia sido escolhido como modelo, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, experiência que vem do governo Vargas e que implantou nas terras férteis do município uma colônia agrícola, fato que gerou a atração de muitos imigrantes para esse espaço (BRASIL PRESBITERIANO, 1966).

A cidade de Dourados foi um berço de ações protestantes e essas ações vieram a somar com a educação, uma vez que o projeto missionário não ocorreu prioritariamente no plano religioso, mas também no intelectual, no ideológico e no político, com ações educativas, civilizadoras, e de caridade. Assim é que a educação confessional protestante se estabeleceu, seja por via dos missionários, seja por outras razões desconhecidas.

O Sul de Mato Grosso foi um sertão, que abriu as fronteiras para uma frente protestante, que teve certa representatividade para o Brasil. Dourados é a representação da unificação das igrejas em um projeto de evangelização e civilização através da educação, que trouxe frutos para educação. Atualmente o município conta com cinco escolas de origem confessional, sendo uma delas uma faculdade de teologia<sup>14</sup>.

### **3.2 A participação da Igreja Presbiteriana na escolarização da população de Dourados**

O processo de escolarização brasileiro conta com certa influência dos grupos protestantes, suas igrejas e denominações desde o início do século XIX. A abertura dos portos em 1810 trouxe ao país uma nova aspiração não só econômica, mas também religiosa e filosófica. Isso gerou a imigração de famílias protestantes, missionários e pastores que

---

<sup>14</sup> O nome de todas as escolas constam na página 21 do primeiro capítulo deste trabalho.

fundaram escolas nas regiões onde viviam. Grande parte das famílias que aportaram aqui vinham no sentido de divulgar sua religião, em um país eminentemente católico.

Após conhecerem o campo brasileiro, observaram que a grande maioria da população não sabia ler nem escrever. Assim iniciaram um processo sistematizado de alfabetização da população, por meio das escolas dominicais, de visitas residenciais, dos gabinetes de leituras, e num segundo momento, com a criação do espaço escolar institucionalizado, para atender suas necessidades, era preciso alfabetizar, pois todo o processo de conversão baseava-se na leitura da Bíblia. Nesse sentido o analfabetismo impedia o processo de conversão, o progresso e a ascensão social, ideia implantada pela corrente liberal capitalista.

As escolas dominicais, que foram criadas junto às igrejas, não foram determinantes no processo educativo, mas sim os colégios endereçados à classe média, criados em muitas regiões do país, que se tornaram uma referência para a sociedade em que estavam inseridos. Iniciaram pequenos, com ciclo básico e se tornaram universidades, como por exemplo a Mackenzie em São Paulo, e a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, no município de Dourados, que ainda não funciona com ensino superior, mas tem um projeto, inclusive de utilização de todo o material pedagógico do Mackenzie College.

A Igreja Presbiteriana no Brasil se difunde principalmente através da educação, através do ensino bíblico e doutrinário nas EBDs (Escola Bíblica Dominical<sup>15</sup>), posteriormente através dos institutos, escolas e faculdades.

Dentre as escolas de origem confessional ligadas à Igreja Presbiteriana, conseguimos mapear através da revisão dos jornais as seguintes: Instituto Gammon (Lavras, 1869), Escola Americana / Mackenzie College (São Paulo, 1870), Colégio Evangélico Agnes Erskine (Recife, 1904), Instituto Ponte Nova (Wagner, 1906), Colégio Quinze de Novembro (Garanhuns, 1907), Instituto Cristão de Castro (Castro, 1915), Colégio Evangélico do Alto do Jequitibá (Presidente Soares, 1923), Colégio Evangélico de Buriti (Buriti, 1924), Instituto José Manoel da Conceição (Jandira, 1928), Colégio Dois de Julho (Salvador, 1928), Escola Presbiteriana Erasmo Braga (Dourados, 1939).

Acima temos respectivamente, o nome das escolas de origem presbiteriana, a cidade em que esta foi fundada e o ano de criação. Na sequência faremos um breve resumo da constituição dessas escolas.

---

<sup>15</sup> O termo "Escola Dominical" foi primeiramente usado pelo jornalista episcopal Robert Raikes, na Inglaterra, a partir de 1780, quando começou a oferecer instrução rudimentar para crianças pobres de sua cidade Gloucester.

Instituto Presbiteriano Gammon é uma instituição educacional presbiteriana. Foi criado e idealizado pelo Dr. Samuel Rhea Gammon. Inicialmente foi implantado em Campinas no ano de 1869, mas devido ao surto de febre amarela, os americanos ali instalados se deslocaram para a cidade de Lavras – MG, no ano de 1893.

A Escola Americana / Mackenzie College, é “fruto” de uma escolinha criada na sala de jantar da senhora Mary Ann Annesley Chamberlain, esposa do Rev. George W. Chamberlain, na rua Visconde de Congonhas do Campo, no ano de 1870. No ano seguinte a escolinha é transferida para a sede da Igreja Presbiteriana de São Paulo, na rua Nova de São José, em 1876 ela passa a ter sede própria, e em 1895 é inaugurado o Edifício Mackenzie, para sediar a Escola de Engenharia. Abriga hoje o Centro Histórico Mackenzie; em 1998, a universidade passa a se chamar Universidade Presbiteriana Mackenzie. São criados a Editora Mackenzie e o Portal Mackenzie (Internet)<sup>16</sup>.

O Colégio Evangélico Agnes Erskine era inicialmente chamado de Colégio Americano de Pernambuco, recebeu o último nome em homenagem a mãe de Mrs. Sproul, doador do novo espaço físico da instituição que foi fundada em 16 de agosto de 1904. Sua história está ligada ao trabalho missionário presbiteriano no Norte do Brasil. Sua fundadora foi Miss. Elisa Reed, missionária americana enviada pelo Board de Missões da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos<sup>17</sup>.

A fundação do Instituto Cristão se deu a partir de estudos e levantamentos da Igreja Presbiteriana de um local adequado onde se poderia criar uma escola para educar meninos e meninas. A criação do instituto se deu através do empenho de Anna Midkiff. Assim, foi fundado o dado instituto no ano de 1915 pelo missionário evangélico Rev. Harry P. Midkiff, enviado ao Brasil pela Missão Presbiteriana "South Brazil Mission", esposo de Anna Midkiff. Num primeiro momento, o colégio recebeu o nome de “Instituto Cristão das Artes Plásticas”, depois com a ampliação da escola, este recebeu um nome mais adequado. Ela está localizada na cidade de Castro, no Estado do Paraná.

O Colégio Evangélico do Alto do Jequitibá foi uma instituição iniciada pela D. Constância Nora, esposa do Rev. Aníbal Nora, que, movida pelo sentimento de responsabilidade de ensinar e educar o povo da cidade, fundou uma pequena Escola Primária.

---

<sup>16</sup> Dados retirados do site do Mackenzie College: <http://www.mackenzie.br/10294.html>: acesso em 12 de julho de 2010

<sup>17</sup> Dados disponíveis em: <http://www.agnes.com.br/historia.php>: acesso em : 12 de junho de 2010

Mais tarde, em 1923, foi implantado o *Gymnásio Evangélico* e, em 1942, foi criado o *Colégio Evangélico de Alto Jequitibá*.

A história da Escola Evangélica de Buriti começou propriamente no ano de 1913, quando a Missão Evangélica Presbiteriana do Brasil Central enviou o reverendo Franklin Graham, em uma viagem a cavalo, desde a Bahia até a Bolívia, para procurar locais favoráveis para o estabelecimento de uma missão, e um desses locais foi justamente Buriti que na época era uma fazenda decadente. Em 1923 funda-se a escola nas dependências da fazenda, na qual toda sua estrutura inicial é conservada até os dias atuais, como forma de manter a escola como um monumento histórico.

O Instituto José Manoel da Conceição, fundado na cidade de Jandira em 1928, foi fruto de um projeto do Reverendo William A. Waddell, que concebeu a ideia de aproveitar uma propriedade que então possuía o Instituto Mackenzie no quilômetro 32 da Estrada de Ferro Sorocabana, e que tinha pouca utilidade para o possuidor. Desse modo, estabeleceram uma escola a serviço da Igreja no Brasil.

Dando continuidade aos trabalhos dos missionários da Missão Leste do Brasil, foi fundada em 06 de abril do ano de 1939, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga mantida pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Até 1961, a escola funcionou anexa à Igreja Presbiteriana de Dourados.

Em 29 de janeiro de 1906, Waddell fundou a Escola Americana de Ponte Nova ou Instituto de Ponte Nova, que foi mantido pela Missão Presbiteriana do Brasil Central e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. “A Fazenda Ponte Nova estava localizada entre a cidade de Lençóis e Wagner, na Bahia” (LOPES, 2009, p.36).

O Colégio Quinze de Novembro nasceu do trabalho do Rev. Willian Buttler e sua esposa Rena Buttler e do Rev. Martinho de Oliveira, com o apoio da *Brazil Mission* da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (Igreja do Sul), no ano de 1907.

O Colégio Dois de Julho foi fundado em 1926 por Peter Garret Baker, pastor da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e Irene Hight Backer, professora. Juntos criaram uma “escolinha” nas imediações do Dique do Tororó, para atender as crianças pobres e não alfabetizadas da região, porém, oficialmente, o Colégio Dois de Julho só passa a existir em 1927, como escola institucionalizada. No princípio o colégio era conhecido como Escola Americana, e no ano de 1938 a missão norte- americana adquiriu o Palácio Conde dos Arcos no bairro Garcia. Após essa expansão, outros prédios foram construídos para atender a



demanda.

A última escola, por ordem cronológica que elencamos, foi a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, que também é a que mais se aproxima em termos demográficos do nosso lócus de pesquisa. A escola é criada alguns anos após o estabelecimento da Missão Caiuá, mais precisamente em 06 de abril de 1939 por missionários de Missão Leste do Brasil, a partir da necessidade de educar os não índios.

Na verdade os planos presbiterianos se voltavam todos para o projeto missionário. A questão da evangelização dos não índios não estava nos planos presbiterianos e se deu de modo inesperado com a chegada do Rev. Mario Sydentricker por volta nos anos trinta. Os planos eram o de fixar residência no município de Ponta Porã, no entanto ao chegar no dado município, o Rev. ficou muito decepcionado sabendo que lá já havia igreja protestantes da denominação batista. Em razão disso, ele achou desinteressante estabelecer uma missão em um campo já determinado ou sob o domínio de uma outra denominação protestante, uma vez que o objetivo principal era divulgar a religião protestante independente da denominação para os campos mais longínquos do país.

O Rev. Mario havia se desligado do seu campo em Minas Gerais<sup>18</sup>, e sem campo em Minas e em Mato Grosso, mais especificamente no município de Ponta Porã, ele viajou até Dourados, onde já havia uma missão estabelecida, porém destinada à catequese e civilização indígena. O local estava com um pequeno processo de povoação, e o Rev. Mario decidiu se estabelecer ali. Nesse sentido, Dourados foi um espaço de ações sem planejamento que teve toda uma estruturação e projeção de evangelização após o estabelecimento no município. Ele não foi um campo de ações organizadas anteriormente, mas, a partir da chegada do Rev. Mario, iniciou-se o processo de projeção e estruturação de Dourados como campo missionário.

O Rev. Mario Sydentricker e sua esposa Margarida permaneceram durante 15 anos em Dourados. Sua permanência redeu grandes conquistas, sendo uma delas o templo da Igreja Presbiteriana que fica localizado na avenida Marcelino Pires, principal avenida da cidade. O templo tem espaço para 500 pessoas e é uma das mais belas construções da cidade, em anexo à igreja foi construída uma casa pastoral.

Em notícias do ano de 1967, intitulada de “Dourados, a Herança de um Missionário sem Campo”, o jornal Brasil Presbiteriano aponta as propriedades da igreja presbiteriana no

---

<sup>18</sup> Missão Leste do Brasil.

município tratado, para tanto mapeia:

Em quarteirão de 10.000 m<sup>2</sup>, a 400 metros da avenida o Hospital Presbiteriano Dr. e Sra. Goldshi King, propriedade da Igreja Presbiteriana do Brasil [...]. Em terreno de 38.500 m<sup>2</sup> a um quarteirão da avenida a escola Erasmo Braga considerada a melhor escola primária de Mato Grosso. [...] terreno de 2.500 m<sup>2</sup>, a 2 quarteirões da avenida, com residência para mais um pastor.

Terreno de 1.500 m<sup>2</sup>, 1.050 m<sup>2</sup>, 1.800 m<sup>2</sup>, 450 m<sup>2</sup>, com três residências para médicos do Hospital, e um prédio onde hoje<sup>19</sup> funciona a Escola de Auxiliar de Enfermagem, com salas de aula e internato. Tudo isso propriedade da Igreja Presbiteriana do Brasil (BRASIL PRESBITERIANO, 15-05-1967, n.10).

O campo missionário do vilarejo do Sul de Mato Grosso, que mais tarde tornou-se a cidade de Dourados, foi aberto pela Missão Evangélica Caiuá de catequese aos índios, com a colaboração de três igrejas reunidas, sendo elas: Metodista, Presbiteriana e Presbiteriana Independente<sup>20</sup>.

Os primeiros professores foram Acácio Arruda e Áurea Batista Brianez, os mesmo professores que davam aula na escola da Missão Caiuá. Eles se empenhavam para alfabetizar os não índios e civilizar os indígenas. A escola teve início com duas salas de aula e sessenta alunos, e estava diretamente ligada com a missão Leste, mas tinha um caráter diferenciado da escola criada na missão: ela vinha endereçada à classe média alta douradense, se propunha educar e formar líderes cristãos e sociais e colocar cada vez mais em evidência a religião protestante, mais especificamente a denominação presbiteriana.

Até 1961, a escola funcionou anexo à Igreja Presbiteriana de Dourados, na esquina da AV. Marcelino Pires com a Hayel Bom Facker.



**Figura 1** - Escola Presbiteriana Erasmo Braga, ainda funcionando em anexo a Igreja Presbiteriana<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Ano de 1967.

<sup>20</sup> Informação extraída do jornal *O Puritano* (de 23 de março de 1927, p.02).

<sup>21</sup> Atualmente a Igreja Presbiteriana Central é conhecida como Igreja do Relógio.

Em 1961 a escola foi transferida para a Rua João Rosa Góes, nº 703, em novo prédio, moderno, amplo e adequado. Toda a sua estrutura física possui traços da arquitetura Norte Americana, com telhados em duas “águas”, seguindo a cobertura do início ao fim, dando a impressão de chalé, e suas janelas são baixas e cumpridas tomando a maior parte da parede.



**Figura 2** - Prédio Moderno da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, retirada do Jornal Brasil Presbiteriano

Consideramos a escola presbiteriana como pioneira na instalação e difusão do ensino protestante no município de Dourados, após a sua instalação, aos poucos outros grupos foram chegando e se estabelecendo, como os batistas e os luteranos.

Desse modo, o ensino protestante foi ganhando espaço no município de Dourados, e se apropriando desse espaço ideologicamente para educar a classe média, fundamentados no princípio da fé cristã. Esse processo foi iniciado com o trabalho missionário dos indígenas e posteriormente ampliado a outros grupos da população do município.

No que tange à análise da educação, alguns elementos foram significativos para compreendermos como se dá o processo educacional nas diferentes instituições abertas pelas frentes missionárias uma delas é a procura de espaços com pouca estrutura civilizatória. Nesse sentido, o trabalho com os indígenas e com as crianças ganham espaço primordial, pois o missionário sempre vai apresentar o indígena como um ser não civilizado com costumes atrasados e rupestres, um “coitado” que só será “salvo” através da religião protestante.

Quanto à infância, esta aparece como uma fase da vida em que não há uma cultura cristalizada, pois é nessa fase da vida que as crianças recebem e incorporam, na sua totalidade, valores e práticas culturais do mundo adulto.

Assim sendo, os missionários tentaram, de várias maneiras, subtrair as crianças e os indígenas do convívio permanente com suas famílias, buscando educá-los em um ambiente

entendido como cristão e civilizado, no convívio com práticas e rituais, nesse caso, de confissão protestante.

Com a instalação da Missão Caiuá, logo os missionários conseguiram atrair os indígenas, e, desse modo, em carta ao jornal *O Estandarte* o Sr. Evonio Marques aponta: “Um belo dia tiveram a felicidade de receber a visita de um cacique caiuí, acompanhado de seus guerreiros. Com eles tiram o retrato e concentraram os planos de evangelização” (*O ESTANDARTE*, 15-08-1929, n.20).

O fato de os indígenas selarem acordo com os missionários ou frequentarem os serviços assistencialistas não significava que estavam assimilando outra cultura. Constantemente eles frequentavam a escola dominical, se deixavam atender pelo médico, aceitavam os objetos e valorizavam os objetos e as roupas distribuídas pelos missionários, mas, de modo algum, deixavam de viver no mato e praticar seus rituais.

A partir dessas ações, tornaram-se evidente para os missionários as dificuldades que enfrentariam na tentativa do processo de conversão. Assim cada vez mais eles tentam atrair as crianças indígenas, reforçando a ideia de que o futuro do processo civilizatório estava na educação e catequese das crianças. “Haja vista que elas ainda não haviam sido contaminadas pelos equívocos culturais que impregnavam o mundo e a consciência dos adultos” (*CARVALHO*, 2007, p.75). Em carta ao jornal “*O Expositor Cristão*”, narrando sua visita à Missão Caiuá, o Rev. Afonso Romano Filho comenta: “dos adultos poucos resultados adviram, mas da criançada que é grande, a igreja poderá formar uma geração cristã e boa” (*O EXPOSITOR CRISTÃO*, 1940, p.07).

A educação sempre foi o carro chefe das frentes protestantes, principalmente dos metodistas e presbiterianos. Assim o estabelecimento de missões junto à população marginalizada nada tinha de ingênua, era uma estratégia utilizada pelos protestantes para se estabelecerem no país. Nesse sentido, o processo de civilização e catequização de indígenas era necessário para atrair e formar uma população nos moldes cristão protestantes.

Carvalho (2007, p.75), analisando as ações missionárias junto aos indígenas, aponta:

Os religiosos concebiam a educação como um instrumento fundamental para a prosperidade e o progresso cultural dos índios, pois através da instrução escolar, da formação de hábitos higiênicos, dos cuidados médicos e das noções básicas para a agricultura, poder-se-ia introduzir novos comportamentos, considerados mais adequados à vida em sociedade, instrumentalizando-os para viverem “fora da floresta”. Nesse contexto, o papel da educação seria cirúrgico e disciplinatório, contribuindo para

eliminar os hábitos considerados selvagens e anti-higiênicos dos índios, combatendo a sua indolência e preguiça, buscando torná-los cidadãos úteis para a igreja e a nação.

Observamos que a pretensão dos missionários nada tinha de ingenuidade, uma vez que formar os indígenas através dos costumes do não índio ou dos missionários, mais especificamente, com ações civilizatórias, não significava somente um crescimento religioso, mais um crescimento econômico haja vista que eles seriam mão de obra instruída e qualificada nos sertões poeirentos do Sul do antigo Mato Grosso. Nesse sentido, os missionários formariam trabalhadores sóbrios e disciplinados, brasileiros e cristãos úteis aos interesses nacionais.

Na tentativa de atingir esses objetivos, eles instalaram ações educativas e evangelizadoras de modo a abranger toda aldeia, e assim criaram escolas institucionalizadas e catequéticas, visando primordialmente as crianças e os indígenas. Assim, em Dourados, no ano de 1939, já havia: “Duas escolas dominicais pela manhã entre os índios e duas à tarde entre os “brancos” (civilizados): cultos às quartas-feiras, aula de costura uma vez por semana, aula noturna três vezes, escola diária cinco dias por semana e assistência médica diariamente” (ESTANDARTE, 1939)

A citação acima nos permite analisar dois aspectos, o primeiro é a expansão das obras educativas visando fins econômicos futuros, e, assim sendo, Dourados seria um município de grande representatividade para todo o país, por meio do sistema civilizatório da população indígena.

Por outro lado, nos mostra como os missionários representavam os índios e os não índios. Independentemente do que eles entendiam por civilização, destaca-se a generalização de que todos os indígenas eram seres não civilizados, logo, os não índios eram os civilizados, e os missionários eram os guerreiros que vinham tirar esses povos das mazelas da escuridão que os assombravam.

É importante ressaltar que o trabalho com as crianças era enfatizado devido à crença de que por meio das ações de civilidade e evangelização, (ideologia protestante) as outras gerações seriam educadas a partir de costumes tidos como “civilizados”, logo haveria um abandono absoluto dos costumes indígenas.

A insistência dos missionários pela educação na infância justificava-se “pela crença de que as crianças poderiam assumir a tarefa de complementar a integração e a comunicação de seus patrícios a nação brasileira” (CARVALHO, 2007, p.76).

Sobre os projetos futuros da educação, o Sr. Guaracy Silveira, presidente da Associação Evangélica de Catequese aos Índios, em carta aberta enviada ao jornal *O Expositor Cristão*, narra: “futuramente queremos educar e formar índios em nossos colégios secundários e superiores e convencê-los de que a eles compete a obra de formar a cidade índia e integrá-la na comunhão brasileira” (O EXPOSITOR CRISTÃO, 1940, p.10).

É importante ressaltar que o Sr. Graracy fala de educação de indígenas em escolas para não índios, no entanto aos índios só compete formar sua etnia específica, e, os brancos “civilizados” continuariam recebendo educação primária e secundária em escolas para não índios. Em nenhum momento é citada a possibilidade de integração de povos.

Quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos missionários, tanto entre os indígenas, como entre os não índios, após a década de 1930 no Sul de Mato Grosso, essas eram precárias, pois não havia material didático adequado, e a aquisição destes era muito difícil. A infraestrutura da Escola da Missão e mesmo da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, apesar de ser um prédio imponente, não havia materiais didáticos suficientes e adequados, sendo constante a falta de recursos para a organização das atividades de ensino.

Estamos tratando o Sul de Mato Grosso como um exemplo para ilustrar a realidade do resto do país, pois na década de 1930, a educação no Brasil vivia condições precárias, com a ausência quase absoluta do ensino público, falta de profissionais qualificados, e recursos didáticos e econômicos que tornassem a educação acessível à população. Isso refletia em números exorbitantes de analfabetismo, e logo essa situação era favorável às frentes missionárias, que entravam “desbravando” o Brasil através da educação, mais especificamente através da leitura e da escrita, a partir da Bíblia.

Era preciso integrar culturalmente os povos indígenas e os não indígenas, assim a educação seria a peça fundamental da integração dessa população que tinha costumes tão diversos. Nessa direção, a ausência do Estado na área da educação no Sul de Mato Grosso, na década de 1930, é o reflexo da maior parte do país, foi um ambiente propício para o estabelecimento não só da missão, mas de todas as outras instituições confessionais protestantes que se estabeleceram posteriormente na região.

Avaliamos essas instituições como colaboradoras do Estado, uma vez que na ausência deste, elas se propõem a educar e a civilizar uma parte delimitada da população, com fins específicos, na verdade, visando projetos econômicos futuros. Por esse motivo é que acreditamos que os missionários se utilizavam de órgão do Estado para beneficiar a missão,

como é o caso do uso do Posto Francisco Horta Barbosa (posto do SPI<sup>22</sup>), que na falta de infraestrutura adequada para o estabelecimento da escola, serviu para a realização de cultos, aulas, escola dominical. Assim o jornal *O Expositor Cristão* registra “O Posto Francisco Horta é a sede da Missão Evangélica Caiuá” (EXPOSITOR CRISTÃO, 21-03-1939, p.9).

Quanto ao trabalho pedagógico na missão, este era realizado no período da chegada dos missionários pelo professor Esthor Marques. Com o afastamento desse, em agosto de 1930, o médico Nelson de Araujo assume a função, até a chegada da Sra. Áurea Batista em 1937.

Quanto à rotina e as atividades realizadas na escola em carta aberta ao jornal *Expositor Christão*, Nelson de Araujo, relata:

Cada dia, sigo um programa. Há dias que os índios estão muito desatentos. Passo todo o dia em brinquedos e cânticos. Em outros dias, levo revistas ilustradas e distribuo uma para cada aluno. Após ver e rever a revista, cada um conta o que viu e faz as perguntas que desejam. Já levei o “Bem - te - vi”. Foi muitíssimo apreciado. Em outro dia mostrei o National Geographic Magazine. Foi um sucesso! Um número trazia várias fotografias da China e quando um menino viu os retratos dos chineses, gritou “estou vendo índio”. Foi um reboiço na classe para ver o “índio”. Um outro artigo trazia um ótimo artigo sobre peixes, com belíssimas ilustrações coloridas, que levantaram o grito: “Para porã”- peixe bonito – Outro reboiço! Os retratos de animais são apreciadíssimos (EXPOSITOR CRISTÃO, 19-04-1933, p.6).

A citação acima deixa claro que a falta de material didático específico era um dos problemas enfrentados pelos professores, no entanto os textos, as imagens dos jornais e revistas serviam como base para o trabalho. Nessa direção é que os jornais protestantes ganham fôlego, sendo são somente meios de divulgação de notícias, mas objetos de instrução e educação.

Além das revistas e jornais, também havia as “cartilhas de alfabetização, tais como a “Cartilha do Povo”, [...] e a revista infantil ‘Bem-ti-vi’, publicada pela igreja Metodista” (CARVALHO, 2007, p.79). Mais uma vez fica claro que os jornais e as revistas protestantes tinham uma função educativa, por isso traziam textos de alfabetização, poemas, e mensagens cristãs para serem seguidas.

O principal objetivo do trabalho missionário era ensinar o código de leitura e escrita aos indígenas, e, por conseguinte, aos não índios, com um trabalho paralelo fora da aldeia. No entanto o trabalho com esse primeiro grupo exigia além da leitura e da escrita, um projeto

---

<sup>22</sup> (SPI) Serviço de Proteção ao Índio.

civilizatório que incluía valores e normas da cultura ocidental, e em ambos os grupos era sempre enfatizada a evangelização. Assim as aulas eram espaços de ensino de cantos e orações, além da leitura diária da Bíblia, que os alunos eram instigados a decorar.

É de suma importância ressaltar que o estabelecimento da missão e o trabalho missionário no Sul do antigo estado de Mato Grosso não foi fácil. As dificuldades encontradas não estavam apenas no trabalho pedagógico, mas a primeira barreira encontrada no trabalho com os indígenas foi a língua, depois a infraestrutura, a falta de materiais. Por isso, o Dr. Nelson de Araujo, em suas cartas ao jornal, enviadas ao *Expositor Cristão* começou a fazer apelos aos fiéis para que estes remetessem à missão vários materiais e recursos dos quais se tinha certa urgência. Dentre estes estava um intérprete de língua guarani, um automóvel, uma motocicleta, objetos para mobília do orfanato, roupas, e ainda material didático como:

Livros e materiais escolares, como cadernos, lápis, lápis de cor, de escrever, giz, lousas, livros (mesmo usados) de grupo escolar de primeiro a quarto ano.

Livros de romances de boa moral e educativa, livros bíblicos cívicos, para jovens e adultos, programas de Natal, Dia das Mães, podendo tudo ser adquirido de segunda mão (EXPOSITOR CRISTÃO, 27-06-1939, p.8).

Notamos que tanto para os indígenas quanto para os missionários, a maior dificuldade estava relacionada à língua falada pelos indígenas. Os missionários não entendiam o que os indígenas falavam e vice versa. E na criação de uma escola fora da missão, a dificuldade maior era a falta de material didático e financeiro. Esse simples fato nos mostra a diferenciação e a relação dos missionários com os grupos e sua representação.

Apesar do empenho, os missionários tinham clareza que o processo de civilização e cristianização era um empreendimento que requeria tempo e disposição, por isso eles investiam na educação das crianças, pois acreditavam que elas poderiam contribuir para a educação da geração futura. No entanto, todo o empenho dos missionários com relação à população indígena esbarrou em um grande empecilho que foi a continuidade das tradições deles. Embora se beneficiarem e gostassem dos utensílios, das roupas e da proposta educacional dos missionários, eles não deixaram a sua cultura de lado, continuaram falando a sua língua, vivendo na floresta e cultivando os seus costumes, mesmo com algumas modificações no seu modo de vida.

Nesse sentido os missionários utilizaram as mesmas estratégias nas escolas dominicais dos não índios, os mesmo materiais, porém a questão cultural não se constituía como um



empecilho, uma vez que os moradores da “cidade” tinham costumes ocidentais. Por essas razões os missionários conseguem se estabelecer entre os não índios mais facilmente, e continuam o trabalho indígena, conseguindo alcançar alguns objetivos, porém não com a concretude planejada.

Por fim, acreditamos que o trabalho missionário foi o semeador do germen educacional protestante no município de Dourados, destacando a catequese indígena na difusão do trabalho com os indígenas e criação da escola dominical para os não índios, visto que a maioria das pessoas não sabiam ler. Funda-se a escola da missão na tentativa de propagar o evangelho para os indígenas a partir da leitura da Bíblia, o mesmo ocorre com a fundação da escola Presbiteriana Erasmo Braga, que vai ser a precursora na difusão do ensino e da religião protestante no Sul de Mato Grosso, depois dela outras escolas são criadas e se estabelecem com a mesma função, ganhando maior destaque entre a classe média da região.

### **3.3 Os impressos e suas representações**

A luta das representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.17). Desse modo, teceremos uma breve análise dos jornais disseminados no Sul de Mato Grosso, apontando como os valores dos grupos protestantes estão impressos nesse material.

O que conseguimos durante todo o caminho percorrido foi observar que os jornais disseminados no Sul de Mato Grosso foram os mesmos distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e em todo o território brasileiro.

Esses impressos tinham como função fundamental divulgar o trabalho missionário realizado em todo o Brasil. No Sul de Mato Grosso, as ações que recebem destaque nos impressos foi primeiramente a ação missionária de catequese aos índios Caiuá, através de cartas enviadas a edição dos jornais. De que se tem conhecimento, não havia um impresso único ou universal em que as denominações locais divulgassem o seu trabalho, por isso se utilizavam dos órgãos oficiais da igreja.

As notícias eram variadas, tratavam de relatos do andamento do trabalho missionário, da fundação das escolas catequéticas, dos cultos junto aos indígenas, do tempo que dificultava o trabalho, das distâncias percorridas, dos sacrifícios empregados nas ações da missão, e eram, além de tudo, um meio de pedir contribuição financeira para a continuidade do trabalho missionário.

Os impressos chegavam ao Sul de Mato Grosso via correios, demorava muito tempo do momento do envio das cartas que serviam como reportagem para o momento da publicação. O envio das cartas para serem publicadas nos impressos demorava muito mais, o que dificultava aos comungantes da mesma denominação soubessem a realidade ocorrida e ajudassem no desenvolvimento das ações religiosas realizadas em outras partes do país que não a sua. A falta de meios de comunicação mais eficazes naquele momento reduziu as ações aos limites do período. A falta de meios de transportes rápidos, os meios de comunicação reduzidos, a falta de estradas adequadas nos primórdios dificultaram ainda mais o trabalho dos evangelizadores no Sul de Mato Grosso.

A respeito de tudo o que já foi dito, concluímos que as estratégias utilizadas para a evangelização nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de todos os demais Estados que, de algum modo, receberam e recebem missionários ou evangelizadores protestantes foram as mesmas utilizadas no Sul de Mato Grosso. Todos com propósitos de evangelização, faziam acordos para implementar os seus projetos e, por esse motivo, aqui não nos limitamos a falar de impresso por denominação protestante, pois as obras missionárias e evangelizadoras eram divulgadas em todos os jornais protestantes independentemente da denominação. Nesse sentido é comum encontramos a mesma matéria, escrita pelo mesmo autor em jornais de denominações protestantes diferentes.

A representação de maior peso imbuída nos impressos trata-se da educação, através do patriótica, da purificação, de seguir a palavra de Deus, para encontrar a salvação.

### **3.4 A Apropriação e a Representação do discurso educacional veiculado nos impressos protestantes**

O discurso educacional veiculado nos impressos protestantes tratava da educação e

civilização indígena Desde a chegada dos primeiros protestantes ao Brasil, a educação sempre foi um meio de desbravar o país, e conseguir adeptos à religião protestante.

A inserção se deu principalmente através das classes marginalizadas, e essa foi uma estratégia muito utilizada pelos protestantes. Dessa forma os indígenas foram um alvo propício para a penetração protestante. Vejamos um relato do Sr. José Primenio, publicado no jornal *O Estandarte*:

Quando o Brasil foi descoberto era unnumeravel a população selvagem que estendia-se por todas as partes. Era tão grande a população indígena que ainda hoje, apesar da guerra de extermínio que tem sofrido, e ainda soffrem, dos que tem a presumpção de serem civilizados [...]. A tarefa é muito difficil, não há duvida; mas não é impossível. Se pudéssemos conseguir evangelizar alguns desses que já são mais ou menos domesticados, teríamos os batedores para abrir os caminhos pelo qual poderíamos penetrar as aldeias [...]. Si orarmos com fé e fizermos provisão pecuniária, creio que não estará longe o dia de ser o evangelho proclamado aos selvagens (O ESTANDARTE, 1895, p. 03).

Desde muito cedo, a civilização indígena era visada pelos protestantes, que buscavam civilizá-los e educá-los nos moldes ocidental. Assim o discurso veiculado era o de que os indígenas eram seres não civilizados, por viverem nas matas, e não era levado em consideração a sua cultura e as diferenças peculiares que faziam do seu modo organizacional um modo complexo e diverso.

Em outra reportagem também do Sr. José Primenio, divulgada no jornal *O Estandarte*, lê-se o seguinte comentário:

É impossível deixar de pedir aos discípulos de Jesus, que se compadecem dos pobres selvagens, que, quaes feras, vivem errantes pelo interior deste vasto país que habitamos. Desprezados, perseguidos, abandonados da sociedade, vivem como se não fossem, como nós, creados a imagem e semelhança de Deus! Nós, christãos de qualquer denominação, não podemos, não devemos adiar por mais tempo a catechese, a evangelização desses povos! (O ESTANDARTE, 1895, p.04).

Analisando a citação acima, é possível perceber que as descrições que os missionários fazem sobre os indígenas buscam reforçar e destacar a imagem do indígena como um ser selvagem e sem cultura que só com a ajuda dos protestantes sairão das mazelas da escuridão em que vivem.

Quanto à imagem veiculada dos missionários, estes aparecem como “heróis” que desbravavam o país levando a civilização aos lugares mais longínquos. Vê-se isso claramente nas notícias das missões já estabelecidas. Vejamos a notícia que traz o jornal *Expositor Cristão* sobre a Missão Evangélica Caiuá:

Mas o aspecto mais inspirador da Missão aos Caiuás está nas jovens que ali se encontram, ensinando pequeninos índios e os adultos que desejam a luz da civilização cristã. Trocam o conforto do lar pelo sertão árido e perigoso, pois em alguns lugares já perdemos, massacrados, diversos missionários. (ESPOSITOR CRISTÃO, 04 DE ABRIL DE 1939, p.8)

Mais uma vez a representação apologética do missionário é enfatizada e o indígena é descrito como de costumes primitivos e precários, reforçando-se a ideia de que eles necessitavam ser resgatados para o convívio com a civilização.

Já foi dito anteriormente que de várias formas os missionários tentaram engajar os indígenas nas obras missionárias, com a distribuição de objetos de roupas e utensílios domésticos e agrários. Para isso, notificaram uma campanha em prol dos indígenas, sendo que as arrecadações eram principalmente de roupas de frio:

Todos os membros da missão vão passando bem de saúde, mas muito mal com o frio, que está fortíssimo este anno. Por diversas vezes tem cahido geadas e por diversas vezes ainda cairá. Graças a Deus todos temos agasalhos, que tornam bem mais suportável a temperatura, baixa, mas infelizmente há outros que não possuindo taes meios de protecção soffrem bastante durante o inverno. E no numero desses infelizes estão os índios Cayuás. Só quem tem contacto com essa pobre gente, pode fazer uma idéa do sofrimento [...]. os membros da Missão Evangélica Cayuás, tiveram oportunidade de apreciar scenas que tocariam às pessoas menos sensíveis e resolveram lançar um appello às egrejas evangélicas, pedindo que todas enviassem o mais cedo possível, roupas usadas ou novas, cobertores, etc. e outras quaesquer cousas que pudessem evitar tantos sofrimentos (EXPOSITOR CRISTÃO, 10-07-1929, p.5).

Observamos que todo o projeto de catequese, civilização e educação indígena é marcado, de um lado, pela posição apologética dos missionários como os bonzinhos e heróis que adentraram o sertão do Sul de Mato Grosso desbravando e oferecendo a suas vidas em prol da causa indígena. Por outro lado, os indígenas são sempre representados como seres inferiores, que padeciam de carências e dificuldades, suas casas eram feitas de modo primitivo. No entanto é possível dizer, por exemplo, que o formato das casas e as fogueiras feitas ao centro eram o meio cultural que os índios usavam para se aquecerem durante o frio, porém, nada disso era levado em consideração.

Nesse sentido, acreditamos que o modo como os missionários percebiam os indígenas era totalmente diferente do modo como eles se percebiam, e o acesso a roupas e outros utensílios não tinham uma representação de civilidade como para os missionários que tinham esses hábitos imbuídos em sua dinâmica diária.

Assim a utilização de objetos de origem não indígena não significa que os índios abandonaram sua cultura e começaram a cultura não índia, isso faz parte de um longo

processo de convívio, conflito e trocas entre o mundo dos índios com os não índios, que com o tempo passaram a entender a importância e a necessidade de se apresentarem vestidos, no entanto os significados e os valores eram totalmente diferenciados.

Nessa direção, a representação da imagem indígena divulgada nos jornais protestantes estava marcada por uma perspectiva etnocêntrica e ocidental, caracterizada pela veiculação de imagens negativas sobre as práticas e valores da cultura indígena. Assim as práticas materiais e simbólicas dos índios foi a maneira encontrada para fundamentar e justificar ideologicamente os projetos e mecanismos missionários.

Por trás de todo esse projeto de catequese e civilização indígena, porém, estava a ideia de transformar os indígenas ociosos em trabalhadores nacionais, daí a importância dos indígenas aprenderem a língua portuguesa e serem educados, na verdade eles seriam capacitados para o trabalho.

O mesmo projeto de educação era trabalhado paralelamente em diversas regiões do país com os não indígenas, iniciando com as escolas catequéticas. O crescimento destas culminou com a criação de grandes escolas e institutos endereçadas à classe média alta do país.

As denominações protestantes que mais se destacaram na área educacional foram a Metodista e a Presbiteriana. As obras desta segunda já foram citadas em um momento anterior, portanto, na sequência, faremos um breve mapeamento das instituições educacionais metodistas que foram as precursoras na área educacional:

[...] Os methodistas iniciaram aqui sua obra educativa com o colégio Piracicabano, fundado pela educadora Miss Martha Watts [...]. Seu progresso no Brasil, tem sido rápido e solido. Alguns numerosos estabelecimentos educativos, alguns dos quais famosos como o Granbery, de Juiz de Fora, o Collegio de Porto Alegre, o Piracicabano, o União, de Uruguayana, o Centenário, de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, o instituto de Passo Fundo, no mesmo Estado, o Methodista, de Ribeirão Preto, o Bennett, do Rio de Janeiro, o Isabella Hendriz, de Belo Horizonte, conta com muitos outros de menores proporções e não poucas escolas primarias espalhadas pelos diversos Estados do Brasil. (O ESTANDARTE, 04 -09 -1930, p.11).

Como podemos verificar, os metodistas se expandiram através da educação, a mesma estratégia utilizada pela frente missionária protestante presbiteriana. Não sabemos se os metodistas agiam diretamente com a classe média alta ou se tinham trabalhos endereçados às classes marginalizadas, assim como os presbiterianos que agiram nos dois maiores campos sociais, visando sempre atrair adeptos a sua religião.

A representação que ficou impressa nos jornais das instituições educativas protestantes endereçadas às camadas mais altas era de uma educação inovadora, com forte cunho patriota e nacionalista, baseados na fé cristã e na purificação do corpo e da alma.

São escolas que têm como função social a “salvação dos escolhidos de Cristo”, no que tange à estrutura física se mostravam imponentes, e tinham toda uma estrutura baseada nos moldes norte-americanos.

Quanto à representação dos jornais, eles eram uma instituição educativa móvel, tinham a função de educar os lares, trazer alguns textos de uso escolar, que seriam mais utilizados nas escolas catequéticas que nas instituições endereçadas à classe média. Para estas, os jornais tinham a função de anunciar os trabalhos realizados pelas diversas instituições protestantes nos lugares mais longínquos do país.

Assim sendo, os jornais apontam que a educação independente do grupo a que era destinado foi a estratégia utilizada para a expansão da religião, e se constituiu como o meio de penetração em todas as classes sociais.

Sabemos que ainda há muito a ser feito e a ser analisado nos impressos protestantes, tanto na área educacional, como em outras áreas. O presente trabalho foi apenas mais uma iniciativa que pretende contribuir com as pesquisas que se enveredem por meio dos jornais protestantes, buscando respostas para as lacunas abertas da história da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os impressos protestantes buscando verificar sua participação no processo de expansão das ações educacionais protestantes nos permitiu identificar a função destes na região Sul de Mato Grosso. A pesquisa nos permitiu observar que esses impressos, em grande parte das vezes, foram utilizados como material didático pedagógico.

Os impressos que chegavam ao Sul de Mato Grosso eram os mesmo divulgados em outras partes do Brasil, e os mesmos chegavam aqui por via dos correios, demorando em torno de três meses da data da impressão até o destino. Isso ocorria em virtude do estado em que se encontravam as rodovias e ferrovias do Brasil da época, ainda mais as que ligavam o Sul de Mato Grosso ao resto do país. A região, na época (1928), era considerada um sertão a ser desbravado, onde a maior parte da população era indígena.

Os impressos foram mais uma das estratégias usadas pelos grupos protestantes, principalmente os presbiterianos na busca por atingir o maior número de adeptos possível a sua religião. Nesse sentido, evangelizar os indígenas em uma região que tinha uma porcentagem superior a 50% de indígenas no período estudado, (1928-1977), correspondia a atingir uma população grande, e obter resultados rapidamente.

Ao término do nosso trabalho, observamos que a religião e a educação protestante chegam e se estabelecem ao Sul de Mato Grosso, por via dos projetos missionários. Dentre esses projetos, destacamos o de ações de catequese indígenas destinados aos Caiuás, que visava a catequese indígena por meio de ações de civilização, com valores cristãos ocidentais, e de educação. Nesse projeto, a função dos impressos era a de divulgar o trabalho que estava sendo desenvolvido pelos missionários com vistas a angariar fundos para a missão.

Essa divulgação era feita via cartas dos missionários à edição do jornal e. nessas cartas, eles relatavam o que estava acontecendo na missão, desde os cultos aos trabalhos com adultos e crianças. Dentre esses trabalhos estava o de educação; os missionários tentaram de

várias formas civilizar os indígenas, ensinar a língua portuguesa e os costumes ocidentais.

No entanto, por trás desse projeto, estava imbuído um projeto econômico maior. A visão dos missionários sobre os indígenas era a de que eles eram preguiçosos, e não tinham modos, nesse sentido educá-los de acordo com os valores ocidentais era um meio de mostrar a eles a importância do trabalho para a subsistência humana, e ainda um meio de colaborar com o Estado. Na verdade, esse projeto era dual, pois ao mesmo tempo em que buscavam efetuar obras para o desenvolvimento intelectual, econômico e social indígena, por meio da divulgação de sua religião, eles mantinham contato estreito com o Estado, com acordos que beneficiavam ambos os lados. Se, de um lado, o indígena não colaborava para o desenvolvimento econômico do Estado, atribuindo-lhes ainda gastos, seria benéfico, para o Estado, transformar essa parte da população em trabalhadores nacionais. Por esse motivo, todo o trabalho de catequese era voltado ao patriotismo.

A escola, nesse processo, ganha um papel fundamental, aprender a ler e a escrever era um dos princípios fundamentais para o trabalho. Nesse sentido, aprender a ler através da palavra da Bíblia seria primordial, pois a ênfase dada era sempre nos textos de obediência e de auto-controle, transformando os “selvagens”<sup>23</sup> em criaturas dóceis e passivas.

Outro aspecto que ficou claro em nossas análises são os mecanismos que os missionários usavam para efetivarem seus objetivos. Na educação, os jornais serviam como estratégia de alfabetização, pela falta de livros adequados seus textos, poemas, e principalmente os cânticos e as imagens eram um atrativo para os indígenas. Assim sendo, era selecionado o material que mais atraía os indígenas. Os impressos foram a representação dos grupos protestantes, mas, por meio deles, nos foi possível abstrair o costume, as expressões, o estilo de vida e principalmente a ideologia.

No que se refere ao trabalho, o meio utilizado para atração dos indígenas eram os mecanismos de troca, próprios da cultura ocidental, e tinham o objetivo de introduzir uma nova ética de trabalho. Nesse sentido, se havia uma sedução por dado objeto os indígenas tinham que trabalhar para obtê-los, e assim trocavam seu tempo, pelo objeto de desejo. Essa estratégia não foi tão profícua, pois ao adquirirem o objeto de desejo, os indígenas voltavam a sua rotina anterior. Desse tempo ocioso, nasce a representação do índio como preguiçoso. No entanto esses são valores ocidentais que em pouco contribuía para o modo como os indígenas estavam habituados.

---

<sup>23</sup> Adjetivo usado pelos missionários para caracterizar os indígenas.



Nessa direção, o jogo de imagens e de representação apresentadas pelos missionários, em suas cartas enviadas aos jornais, mostram como eles reconheciam a si e ao outro, dos indígenas a representação era de selvagens, preguiçosos, coitados, bárbaros, incultos.

No tocante à população não índia, que incluía principalmente os sertanejos, era vista como uma população decaída e indolente, responsável pela decadência dos indígenas.

No que tange às terras, as representações eram de uma região cheia de riquezas naturais e econômicas que necessitavam ser exploradas, mas era também um sertão, deserto e inculto.

Quando o objetivo era fazer dos missionários heróis e angariar fundos para o projeto missionário, o Sul de Mato Grosso não passava de um sertão que eles tinham que desbravar; quando o objetivo era estabelecer a missão e mostrar características convincentes de que a região era propícia, então ela era tida como uma terra rica e fértil.

Esse jogo de veiculação dessas imagens por meio dos impressos não são, de nenhum modo, gratuitos, pois eles tornaram-se instrumentos de poder, na medida em que serviram para legitimar e justificar determinadas práticas sociais.

Conforme já mencionado neste trabalho, objetivo dos missionários só foi em parte alcançado, pois os indígenas não aderiam totalmente ao projeto missionário, e continuaram a preservar sua cultura e suas crenças, forçando os missionários a serem tolerantes e flexíveis.

Os indígenas assimilavam somente aquilo que eles próprios julgavam útil. Os missionários não mediram esforços para a criação de uma escola junto aos não índios, para, paralelamente, manter contato com a população índia e não índia.

Nessa direção é que foi criada, em Dourados, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, que tinha como professores os mesmos missionários que se dedicavam ao projeto de civilização indígena. No entanto, essa escola se volta a atender a classe média alta da região Sul de Mato Grosso. Nessa escola, o jornais tinham a função somente de divulgar todo o trabalho religioso protestante efetivado pelas diversas denominações em todo o país, pois eles recebiam material didático adequado. Não temos nenhum indício que aponte que os textos dos jornais eram utilizados nessa instituição, no entanto, nas escolas dominicais, que também eram destinadas a ensinar a ler e a escrever, as reflexões eram todas feitas a partir dos textos de jornais; para isso, cada denominação utilizava o impresso que mais se adequava a sua filosofia religiosa.

Não pretendemos aqui esgotar toda a representação que os jornais tiveram nas ações educacionais, nos atemos mais às questões missionárias, pois elas foram a pioneira no processo educacional protestante da região Sul de Mato Grosso e também foram as ações que os jornais que conseguimos adquirir como fonte trouxeram mais enfaticamente. Assim, nesse sentido as lacunas existentes com relação à educação institucionalizada destinada à classe média alta dessa região foi pouco apontada, não nos permitindo fazer uma análise de qual realmente foi a função dos jornais nessas instituições, no entanto os indícios encontrados nos permitiu fazer apenas essa leitura.

Um dos motivos dessa análise, às vezes sucinta, às vezes parcial, foi que grande parte dos jornais encontrados não continham todas as páginas, ou por serem jornais muito antigos ou porque o material que adquirimos em xerox ficou comprometido. O único jornal do qual conseguimos séries inteiras e visíveis foi o jornal *O Estandarte*, mas no que tange à questão da educação, ele estava sempre voltado para os trabalho de formação teológica, e de criação de faculdades. A educação tida como básica é pouquíssimo enfatizada, e a maior parte das notícias aponta apenas o Estado de São Paulo como pano de fundo, dificultando assim um maior entendimento. Essas séries inteiras foram publicadas apenas há alguns meses no portal da própria Igreja Presbiteriana Independente<sup>24</sup>, daí o grande problema: antes dispúnhamos de pouco material, dois meses antes de fechar o texto da dissertação, apareceram muito mais de três mil jornais, contendo de 04 a 18 páginas.

Sabemos dos limites que teve nosso trabalho, no entanto trabalhos futuros podem ser empreendidos na busca pelo complemento e pelo preenchimento das lacunas existentes. Fizemos muitos recortes e escolhas que nos conduziram apenas a uma análise de parte das ações desenvolvidas pelos protestantes, procuramos destacar somente as ações educativas, mas outras pesquisas ligadas à saúde, ao trabalho, às relações entre missionários e indígenas, entre os missionários e outras populações marginalizadas, às escolas destinadas às elites poderão ainda ser realizadas por nós ou por outros pesquisadores. Outros olhares podem e devem ser incididos sobre os impressos, sobretudo buscando sempre uma compreensão mais detalhada, para que possamos ter sempre mais uma peça que compõe o grande quebra cabeça da historiografia brasileira.

---

<sup>24</sup> Site em que estão disponibilizados os mais de três mil jornais citados no texto:  
<http://interdocs.com.br/oestandarte/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCOSTTA, Marcus Levi Albino. *Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892*. Campinas: FAPESP, 1996.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. Apud: Fontes Históricas. Contexto, São Paulo: 2010.

BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2008.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BORG, Walter. Investigación educacional: una introducción. In: HAYAMAN, J. C. *Investigación y educación*. Buenos Aires: Paidós, 1974.

CARVALHO, Raquel Alves de. *Os missionários metodistas na região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1946)*. 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIMEP, Piracicaba.

CHARTIER, Roger. *A História cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1995.

\_\_\_\_\_. Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 163-180.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. Estudos Avançados maio; 1991

\_\_\_\_\_. A história entre narrativa e conhecimento. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 81-100.

EBY, Frederick. *História da Educação Moderna*. Trad. Maria Ângela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia, Malvina Cohen Zaide. 2ª.ed. Porto Alegre, 1976..

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. *História da Educação e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação* v.11, n.32, 2006.

FRAGO, Vinão. *Antonio Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones*. Historia de la educación. vol. XII-XIII, Madri, 1993-94.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. 1992. *O aparecimento do livro*. São Paulo: EDUSP.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

GINZBURG, Carlo. “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*” IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONZÁLEZ, J. L.; ORLANDI, C. C. *História do Movimento Missionário*. São Paulo: Editora Hagnos, 2008.

KINDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo*. Trad. Elias Dolianiti. Companhia Editora Nacional; 1941.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. Ebu. São Paulo, 1986.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes Históricas*. Contexto, São Paulo: 2010.

LORI, Alice Gressler. *Dourados: 60 anos de emancipação 1935-1995*. Prefeitura municipal de Dourados, 1995.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1995.

MANCINI, A. P. G.; SARAT, M. C. *História e Memória do Município de Dourados-MS de 1940 – 1970*. Dourados, 2006.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical* Maceió: EDUFAL, 2007.

NOGUEIRA, Sérgio. *Anna Mãe Louise Wollerman: recorte biográfico e sua contribuição para a historiografia batista de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. Dourados: Inove, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

RICHARDISON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social Métodos e Técnicas*. São Paulo Atlas, 1999.

REILY, Duncam Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo:Paulo: ASTE, 1993.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, agosto de 2006.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: Protestantismo e Cultura na Primeira Republica Brasileira*. São Luiz: Edefma, 2006.

SALVADOR, José Gonçalves. O Metodismo Brasileiro de 1836 a 1886. In: Situações missionárias na História do Metodismo. São Bernardo do Campo: Editeo, 1991.

SILVA, Ademar Alves da. A presença da Igreja Batista em Mato Grosso do Sul: uma análise para o município de Três Lagoas. *Anais da VI semana de História de Dourados*. (org.) GONÇALVES, Carlos Barros; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Dourados/MS: UFGD: APGH, 2009.

## **Periódicos**

*O Estandarte*, janeiro, março – 1893.

*O Estandarte*, agosto, setembro, outubro, novembro – 1895.

*O Estandarte*, janeiro, julho, novembro – 1903.

*O Estandarte*, setembro – 1922.

*O Estandarte*, n. 4 – 1927.

*O Estandarte*, n. 2 [...], novembro – 1928.

*O Estandarte*, abril, maio, julho, agosto, [setembro] – 1929.

*O Estandarte*, fevereiro – 1930.

*O Estandarte*, n. 8 [...] dezembro – 1932.

*O Estandarte*, setembro – 1933.

*O Estandarte*, julho – 1934.

*O Expositor Cristão*, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, outubro, dezembro – 1903.

*O Expositor Cristão*, junho – 1906.

*O Expositor Cristão*, julho, agosto, dezembro – 1910.

*O Expositor Cristão*, maio, agosto, setembro – 1920.

*O Expositor Cristão*, abril, julho – 1921.

*O Expositor Cristão*, janeiro, novembro – 1923.

*O Expositor Cristão*, setembro – 1924.

*O Expositor Cristão*, maio, junho, julho – 1925.

*O Expositor Cristão*, janeiro – 1926.

*O Expositor Cristão*, agosto, setembro, outubro, novembro – 1928.

*O Expositor Cristão*, janeiro, maio, junho, agosto – 1929.

*O Expositor Cristão*, dezembro – 1931.

*O Expositor Cristão*, fevereiro, abril – 1933.

*O Expositor Cristão*, abril – 1939.

*O Expositor Cristão*, janeiro, julho – 1940.

*O Expositor Cristão*, janeiro, fevereiro – 1941.

*O Expositor Cristão*, setembro – 1943.

*O Puritano*, abril, agosto – 1927.

*O Puritano*, maio, junho, julho – 1929.

*O Puritano*, julho – 1930.

*O Puritano*, junho, dezembro – 1932.

*O Puritano*, janeiro – 1933.

*O Brasil Presbiteriano* – julho de 1967.

*O Brasil Presbiteriano* – 1966.

## **Leis**

BRASIL. Constituição, 1824.

BRASIL. Lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

## **Sites**

.Casa Civil [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp31.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp31.htm) -. Acesso em: 08 jun. de 2010

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil <http://www.ipib.org/> .Acesso em: 08 de jul. de 2010.

## Fontes diversas

ASSOCIAÇÃO Evangélica de Catequese dos Índios. *Missão Caiuá* – Relatório de 1951.

CARTA do Reverendo Alberto Maxwell para Sebastião Machado. Dourados, 25 de abril de 1929.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. p. 65-109. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

DUNSTAN, J. Leslie. *Protestantismo*. (tradução Álvaro Cabral), RJ : ZAHAR, 1964.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação* n.0, 1995

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 67-96.

GALLOIS, Dominique T., GRUPIONI, Donizete. O Índio na Missão Novas Tribos: In: *Transformando os Deuses: Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Org. Robin M. Wright. São Paulo: UNICAMP: FAPESP, 1999. p.77-130.

GONÇALVES, Carlos Barros. *O Movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da missão Caiuá em Dourados*. Dissertação do programa de História. UFGD, Dourados, 2009.

HACK, Osvaldo H. *Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

NASCIMENTO, Ester, Fraga Vilas-Boas .Carvalho . A Palavra Impressa como Estratégia de Difusão do Protestantismo no Brasil nas Décadas de 50 e 60 do Século XIX. In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002, Natal.



RIBEIRO, B. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.

TUNES, Suzel Magalhães. Ecumenismo no jornal Expositor Cristão *Revista Caminhando* v. 14, n. 1, p. 125, 136, jan. jun. 2009.

VINÃO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, set/dez. 2001.

VINÃO FRAGO, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1998.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1980.

---